

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

DOUGLAS FRANCO BORTONE

**RELIGIOSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELATOS DAS OCUPAÇÕES
SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015-2016**

Alfenas/MG

2022

DOUGLAS FRANCO BORTONE

**RELIGIOSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELATOS DAS OCUPAÇÕES
SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015-2016**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Educação e Sociedade: sujeitos, ideias e políticas.

Orientador: Prof. Dr. Luis Antônio Groppo

Alfenas/MG

2022

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Central

Bortone, Douglas Franco.

Religiosidades e movimento estudantil : relatos das ocupações
secundaristas no Brasil em 2015-2016 / Douglas Franco Bortone. - Alfenas,
MG, 2022.

106 f. : il. -

Orientador(a): Luis Antônio Groppo.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Alfenas,
Alfenas, MG, 2022.

Bibliografia.

1. Juventude. 2. Ocupações secundaristas. 3. Pertencimento religioso. 4.
Religião. I. Groppo, Luis Antônio, orient. II. Título.

DOUGLAS FRANCO BORTONE**RELIGIOSIDADES E MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELATOS DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015-2016**

A Banca examinadora abaixo-assinada aprova a Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal de Alfenas. Área de concentração: Fundamentos da Educação e Práticas Educacionais.

Aprovado em: 28 de abril de 2022.

Prof. Dr. Luís Antonio Groppo
Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG

Prof. Dr. Vinícius Oliveira Seabra Guimarães
Instituição: Faculdade de Piracanjuba - FAP-GO

Prof. Dr. André Luiz Sena Mariano
Instituição: Universidade Federal de Alfenas UNIFAL-MG



Documento assinado eletronicamente por **Luís Antônio Groppo, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luiz Sena Mariano, Professor do Magistério Superior**, em 28/04/2022, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vinicius Oliveira Seabra Guimarães, Usuário Externo**, em 28/04/2022, às 15:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unifal-mg.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0714832** e o código CRC **D2B77D82**.

Aos meus pais, e a minha esposa, Amanda, que nunca mediram esforços para acreditar e investir em minha formação. Sem eles, jamais conseguiria ter chegado aqui.

AGRADECIMENTOS

Os anos de 2020 e 2021, sem dúvidas, foram marcados pelos desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Não somente no campo da educação (como todos nós presenciamos intensamente), mas em todas as estruturas pessoais. Bruscamente fomos forçados a repensar nossas relações e a nos limitar à virtualidade dos encontros. No entanto, agradecer é preciso, mesmo que o mar ainda esteja para se abrir!

Não poderia deixar de agradecer a Deus! Não por ser clichê, mas por reconhecer que toda fonte de força, paz, alegria e esperança neste tempo tão desafiador veio dEle Para alguns, uma energia positiva; para outros uma fonte de vibração; para mim a razão de tudo o que há no universo.

Sou grato por cada pessoa, que construiu história em mim, durante o período de pesquisa. Em especial às mulheres da minha vida, Amanda e Hellena. Foram elas que mais me compreenderam, quando precisei abrir mãos do nosso tempo de descanso para me dedicar à escrita e aos estudos. Sem o apoio e o carinho, que foram dispensados a mim, não teria estrutura para chegar aonde estou.

Gratidão, de uma forma muito especial, ao meu orientador Prof. Dr. Luís Antônio Groppo, quem me inspirou e acreditou que eu seria capaz. É alguém que muito me impulsiona na vida. Isto porque sua humanidade transcende as barreiras da academia. Sempre acolhedor e disposto a ajudar, nos motiva sempre ao crescimento. Obrigado, Groppo!

À Universidade Federal de Alfenas e ao Programa de Pós-Graduação em Educação que, em 2019, se tornou minha segunda casa. Um lugar que não dá vontade de ir embora! Lá aprendi muitas coisas, minha visão se abriu e com o coração, em cada cafezinho, fui me apaixonando com a possibilidade de uma docência transformadora. Também fiz muitos amigos, que quero levar para sempre na vida.

Ao Edmar Augusto Semeão Garcia, um amigo mais chegado que irmão, minha gratidão! Desde 2019, Edmar tem sido um parceiro na pesquisa e na vida.

À querida Mara Aline, por toda parceria e amizade desde o início do curso. Cada carona e viagem para Varginha/MG era uma resenha incrível. Sorrimos, lamentamos e choramos (faz parte do processo!).

Aos amigos Breno Correia, Mariana Mancilha, Marcelo Vissoto e Jefferson Rio Branco, Luiz Fernando, colegas de turma, minha gratidão. Vocês foram suporte nos muitos momentos em que pensei que não daria conta!

Aos amigos Elvis Messias, Karolyne Rebeca, Andréa Benetti, Jorge Luiz, Ana Porelli, Bruno Gomes, André Yuri e Lucas Andrade minha gratidão pela partilha, ideias e conversas que muito me ajudaram neste processo.

Aos professores do PPGE/Unifal, em especial ao Profa. Cristiane Xavier, Prof. Dr. André Mariano, Prof. Dr. Natalino e Prof. Dr. Marcos Roberto, que abriram caminhos e apontaram horizontes.

Ao Prof. Dr. André Mariano, em quem vejo simplicidade, afeto e atenção; cujo exemplo de vida nos encanta e nos aproxima. Minha gratidão, por todas as vezes que falou ao meu coração, mesmo quando não usou palavras. E ao Prof. Dr. Vinícius Seabra, pelas ricas contribuições no momento de qualificação, pela partilha nos corredores (virtuais) da Unifal, por todo incentivo e amizade.

Ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifal-MG, na pessoa dos professores Dr. Daniel e Dra. Carla Hellena (coordenadores), pelo tempo em que estive como representante discente do Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Certamente, o comitê se tornou um espaço formativo muito importante para minha trajetória acadêmica.

Ao Grupo de Estudos sobre a Juventude e a Equipe de Pesquisa sobre as Ocupações Secundaristas, espaço onde surgiu minha pesquisa, onde encontrei amigos e aprendi muito sobre os desafios, dilemas e riquezas que cercam nossa juventude.

À querida Andréa Fernandes, que muito me inspirou em seguir o caminho da pesquisa em educação. Desde 2018, me motivou, ajudou, apresentou percursos e sonhou comigo este sonho. Em muitos momentos, me pastoreou e me ajudou a encontrar a direção que precisava.

À Igreja Metodista na 4ª Região Eclesiástica, por acreditar e investir em minha vida, em especial às Igrejas Metodistas em Pouso Alegre/MG, Ubá/MG, Tocantins/MG, Guidoal/MG e às comunidades em Canaã e Colônia Pe. Damião, onde tenho exercido minha vocação pastoral nos últimos anos.

Aos secundaristas, que gentilmente contribuíram nas entrevistas para realização da pesquisa, assim como todas e todos que direto ou indiretamente participou da construção deste trabalho.

Enfim, ser grato é reconhecer que nenhuma conquista é solitária. Nossas vitórias são construídas coletivamente, porque cada pessoa que passa por nossa vida deixa algo em nós. Assim, manifesto minha honra e gratidão!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

“Naquele instante tudo mudou.

Mudou a rotina.

Mudou o sentido.

Mudou os objetivos.

O inesperado atravessou o mais sagrado:

a vida” (GARCIA, 2022).

RESUMO

As ocupações secundaristas marcaram, significativamente, o cenário da atuação da juventude em movimentos sociais e na militância política. Essas manifestações, ocorridas nas escolas, se tornaram um ciclo de protestos contra medidas do governo, que interferiam diretamente na vida dos secundaristas. Com origem em uma pesquisa maior, de âmbito nacional, a saber: "*Ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos*", nosso recorte neste projeto de dissertação concentra-se na análise da experiência religiosa dos secundaristas e seus impactos em sua participação nos respectivos movimentos. A religião está presente na sociedade, moldando a visão de mundo do ser humano e cada vez mais tensionando a educação. Para compreender e analisar essas subjetividades da juventude e sua participação política, trazemos como referenciais teóricos, a filosofia política de Jacques Rancière e debates clássicos e contemporâneos da sociologia da religião e sociologia da juventude. Os primeiros resultados, destacados na seção quatro, são produtos de oitenta entrevistas realizadas pela Pesquisa Nacional, a partir das quais foram realizadas quatro novas entrevistas, destacadas na seção cinco, apontando para os impactos do movimento de ocupação no pertencimento religioso dos ex-ocupas. Por fim, abordamos as trajetórias das espiritualidades juvenis concomitantemente com a experiência de subjetivação política.

Palavras-chave: Juventude. Ocupações Secundaristas. Pertencimento Religioso. Religião.

ABSTRACT

The school occupations realized by student movements had a significant impact on the Brazilian youth's social and political scenery. These demonstrations took place in schools and became a wave of protests against the decisions made by the government that directly affected the student protesters. Starting from large national research named "Ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos" (Student's occupations in Brazil in 2015-2016: formation and self-formation of the occupations as political subjects") this dissertation focuses on the analysis of the religious impacts on the students protestors and in their participation in the respective movements. Religion is present in society, shaping the way of thinking and causing tension in education scenery. To understand and analyze these subjectivities of the youth Brazilian student protestors and their political participation, this paper references Jacques Rancière and his political philosophy and classic contemporary debates on the sociology of religion and the sociology of youth. The first results are highlighted in section four and are the final product of eighty surveys performed by national research from which four more new surveys were made and those are explored in section five show the impacts of occupancy movements in the religious belonging context. Finally, we approach the trajectories of youth spiritualities concomitantly with the experience political subjective.

Keywords: Youth. High School Occupations. Religious Belonging. Religion.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cartaz da 14ª Semana do/a Estudante	34
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Pertencimento religioso das/dos ocupas entrevistados se filiavam no momento da ocupação	41
Gráfico 2 –	Engajamento religioso dos ocupas entrevistados	42
Gráfico 3 –	Presença de jovens sem religião, agnósticos e ateus nas ocupações.....	50
Gráfico 5 –	Atuação política dos secundaristas nas ocupações	55

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Artigos publicados no indexador Scielo.....	22
Quadro 2 –	Periódicos	24
Quadro 3 –	Secundaristas que se autodeclararam como pertencentes a religiões afro-brasileiras	46
Quadro 4 –	Trajetória das experiências religiosas de ocupas entrevistados filiados a religiões afro-brasileiras	48
Quadro 5 –	Caracterização dos secundaristas entrevistados pela segunda vez	63
Quadro 6 –	Trajetória escolares de secundaristas entrevistados pela segunda vez	64
Quadro 7 –	Atuação política pós-ocupação de secundaristas entrevistados pela segunda vez	65

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Religiões e denominações evangélicas às quais os ocupas entrevistados se filiavam no momento da ocupação	40
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABU	Aliança Bíblica Universitária
ACB	Ação Católica Brasileira
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONEP	Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
FNET	Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ISER	Instituto de Estudos da Religião, Instituto de Estudos da Religião
JAC	Juventude Agrária Católica (masculina)
JACF	Juventude Agrária Católica Feminina
JUC	Juventude Universitária Católica
MG	Minas Gerais
NER	Núcleo de Estudos em Religião
PA	Pará
PT	Partido dos Trabalhadores
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UECB	União dos Estudantes Cristãos do Brasil
UJS	União da Juventude Socialista
UMESP	União Municipal dos Estudantes de Ponta Grossa
Unifal	Universidade Federal de Alfenas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	JUVENTUDE, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO	21
2.1	LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE JUVENTUDE, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO	22
2.2	RELIGIÃO, SECULARIZAÇÃO E PROCESSOS FORMATIVOS.....	26
2.3	RELIGIÃO E MOVIMENTOS ESTUDANTIS.....	31
3	RELIGIÃO E AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 – 2016	36
3.1	AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL	37
3.2	A PESQUISA NACIONAL.....	39
3.3	MAPA DAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS OCUPAÇÕES.....	40
3.3.1	Engajamento religioso ao ingressar na ocupação	41
3.3.2	Secundaristas e as religiões afro-brasileiras	46
3.3.3	Sem religião, agnósticos e ateus	50
3.3.4	Atuação política do grupo religioso na época das ocupações	54
3.3.5	Impactos das ocupações e mudanças no pertencimento religioso dos ocupas	56
3.4	RELAÇÕES INTER-RELIGIOSAS NO INTERIOR DAS OCUPAÇÕES E PROCESSOS EDUCATIVOS	59
4	TRAJETÓRIAS DAS ESPIRITUALIDADES JUVENIS	63
4.1	ANTES DE TUDO, AFETO E ESPERANÇA.....	67
4.2	DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA À SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA	73
4.3	O PROCESSO DE DESFILIAÇÃO RELIGIOSA	75
4.3.1	Sexualidade	78
4.3.2	Descrença nas instituições religiosas	81
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	88
	APÊNDICES	96
	ANEXOS	101

1 INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema de pesquisa proposto surge a partir de reflexões e indagações pessoais sobre o fenômeno religioso no Brasil atual, suas implicações nas juventudes e sua influência nos movimentos estudantis. Considerei que minha formação anterior em Teologia poderia contribuir, significativamente no campo da educação, na interpretação e sistematização de dados sobre os discursos religiosos presente nesses espaços. Ainda, a teologia e os estudos sobre a religião, ao lado dos estudos no campo da pesquisa em Educação, aprofundados ao longo do mestrado, podem oferecer aporte teórico no exercício da cidadania, alteridade e desejo de transformação social.

Durante o curso do Mestrado em Educação, debruicei-me nos estudos da educação, juventude e religião. Ao longo dessa jornada, além dos requisitos exigidos para o cumprimento do curso, pude participar de eventos científicos, nos quais seis com apresentações de trabalhos relacionados ao meu objeto de pesquisa. Destes, oito resultaram em artigos, resumos expandidos publicados em anais de eventos e capítulos de livros (BORTONE, 2019, 2020a, b, 2021; OLIVEIRA, M. A.; BORTONE, 2021; PORELLI *et al.*, 2021).

A presente dissertação buscou traçar novos olhares sobre a influência da participação juvenil no movimento estudantil na reconfiguração da experiência religiosa da juventude, tendo como recorte o movimento de ocupação das escolas ocorrido no Brasil em 2015-2016. A relevância da pesquisa concentra-se na proposta de investigação de novas pistas que busquem compreender o fenômeno religioso e seus impactos na educação e no engajamento social da juventude, problematizando seu pertencimento religioso e suas relações com a educação.

Tenho buscado, a partir das experiências de ex-estudantes que ocuparam suas respectivas escolas, analisar os pontos de tensão e aproximação que a socialização religiosa promove nos respectivos sujeitos, causando-lhes processos de rupturas e ressignificação da crença.

Para tal, foram realizadas novas entrevistas, não previstas na Pesquisa Nacional, para aprofundar a análise sobre a participação dos estudantes e seu engajamento em espaços políticos e religiosos, antes e após as ocupações, relacionando os objetivos da Pesquisa Nacional com a proposta da nova pesquisa por

meio de análises transversais. O tema da experiência religiosa muito se destacou nas entrevistas realizadas, motivo que nos colocou sob o desafio de interpretar esse dado.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento da dissertação tem como base o projeto da Pesquisa Nacional¹, cujos objetivos específicos apontavam análises transversais, a fim de conhecer a atuação juvenil em outros espaços de socialização. Ambas as pesquisas têm metodologia semelhante, apontando para valorização dos participantes e de dados qualitativos que representem os sentidos e significados do movimento das ocupações secundaristas para seus participantes. Portanto, a escolha metodológica para essa pesquisa também será qualitativa, valorizando as subjetividades² da experiência religiosa em interface com a militância dos atores do movimento das ocupações secundaristas.

A compreensão é categoria chave nas chamadas pesquisas ou metodologias qualitativas. Ela está na origem desta concepção de ciência e é ponto em comum das múltiplas metodologias qualitativas. É a chamada tradição *verstehen* ou hermenêutica, a qual pressupõe que as ações dos sujeitos sempre têm um ou mais sentidos ou significados a compreender. Em todas estas metodologias qualitativas, o pesquisador é o principal instrumento de investigação, o que pressupõe contato direto e prolongado com a realidade pesquisada, que gera uma profusão de dados predominantemente qualitativos, tais como descrições detalhadas, citações literais do que é dito e trechos ou íntegras de documentos. A realidade é concebida como uma construção social, da qual o investigador é partícipe e em cujo seio o significado das ações só pode ser compreendido levando-se em conta as inter-relações mais amplas estabelecidas por estas ações com seu contexto (holismo). (GROPPO; ANTÔNIO, 2016, p. 20).

A Pesquisa Nacional realizou 80 entrevistas semiestruturadas com ocupas de 10 estados da federação: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Ceará, Goiás e Pará. Envolveu 12 instituições de Ensino Superior, com o objetivo de conhecer os impactos do movimento das ocupações e o momento pós-ocupação em suas trajetórias de vida. A experiência religiosa aparece como relevante tema transversal, com possibilidade de novas análises e relações.

¹ Esta dissertação se insere na pesquisa nacional "*Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016*", coordenada por Luís Antonio Groppo, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL) em 16/10/2018, com o CAEE 94809518.1.0000.5142.

² Adotamos o conceito de subjetividade como representação, autoidentificação dos estudantes e características pessoais que refletem em suas ações e modos de ler do mundo, valorizando o que é próprio da condição juvenil (GRINSPUN *et al.*, 2005).

A organização metodológica da pesquisa, para a presente dissertação, se realiza em três momentos. O primeiro momento compreende uma pesquisa bibliográfica composta por livros, teses, dissertações, artigos e produções do Núcleo de Estudos em Religião (NER)³. Em uma busca pelo indexador SciELO, foram consideradas produções que traziam consigo resultados de pesquisas empíricas com jovens e vinculadas com a religião e a educação.

No segundo momento, foi feito um levantamento de dados sobre a experiência religiosa dos ocupas e, no interior das ocupações, foram considerados os seguintes dados das entrevistas realizadas pela Pesquisa Nacional: (1) nome e pseudônimo; (2) idade; (3) raça; (4) orientação sexual; (5) experiência religiosa antes e pós-ocupações; (6) tipo de participação nas ocupações; (7) tipo de participação nos espaços religiosos. Das 80 entrevistas realizadas, 10 foram selecionadas, por apresentarem maior destaque para o tema da religião nos relatos de experiências pessoais e de onde foram selecionadas as pessoas para uma segunda entrevista.

O terceiro momento compreende a pesquisa de campo, com a realização de quatro novas entrevistas com ocupas que participaram da Pesquisa Nacional. As novas entrevistas têm como proposta analisar quatro tipos de experiências religiosas que mais se destacaram nas trajetórias das e dos ocupas: (a) os que permaneceram com a filiação religiosa; (b) o que se declaram agnósticos; (c) os que se declaram sem religião; (d) os que se declaram com religião de matriz africana.

Dos 10 ocupas entrevistados pela Pesquisa Nacional, no qual o tema da religião mais se destacou, quatro aceitaram participar das entrevistas. Considerando ser uma pesquisa qualitativa, a seleção buscou valorizar a representatividade e a diversidade presentes no movimento estudantil e em suas experiências pessoais.

Devido ao contexto da pandemia da Covid-19 (SARS-CoV-2), as entrevistas aconteceram de forma *online*, observando as orientações do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) para procedimentos em pesquisas em ambiente virtual publicada em 24 de fevereiro de 2021. Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unifal – MG, com CAEE 44465221.6.0000.5142, iniciamos os primeiros contatos para realização das novas entrevistas. Foi usado o aplicativo

³ O Núcleo de Estudos em Religião “Carlos Rodrigues Brandão” (NER), da Universidade Federal de Goiás (UFG) é coordenado pelo Prof. Dr. Flávio Munhoz Sofiati e tem como proposta realizar pesquisas sobre a religião, a partir da Ciências Sociais. Mais informações sobre o NER estão no sítio eletrônico disponível em: www.ner.fcs.ufg.br.

Google Meet, em conta institucional do pesquisador, nas plataformas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG).

Diante dos possíveis riscos eminentes da realização de entrevistas remotas, característicos de ambientes virtuais, buscou-se garantir, a todo momento, a integridade do participante. Assim, as medidas minimizadoras buscaram assegurar o conforto e a tranquilidade no decorrer de cada encontro.

As novas entrevistas foram realizadas com um roteiro prévio de perguntas, compreendendo a trajetória escolar, política e religiosa dos entrevistados. Seguindo o modelo adotado pela Pesquisa Nacional, o roteiro de perguntas foi elaborado previamente com novas perguntas, de caráter semiestruturado. Cada encontro teve duração média de uma hora, sendo gravadas em formato de áudio, transcritas e armazenadas em HD externo específico para a pesquisa. As entrevistas aconteceram no período de 5 a 17 de agosto de 2021, sendo três no período da tarde e uma pela manhã.

A dissertação se estrutura em três partes: a) referencial bibliográfico; b) relatos e registros sobre a religião nas ocupações secundaristas; c) trajetória das espiritualidades juvenis.

A primeira parte é composta com um referencial teórico, unindo estudos no campo da educação e da ciência da religião, observando as principais publicações sobre juventude, religião e educação, a partir de pesquisas empíricas, envolvendo jovens estudantes com pertencimento religioso ativo.

Na segunda parte, apresentamos os relatos e registros sobre a religião nas ocupações secundaristas a partir de dados da Pesquisa Nacional, destacando o pertencimento religioso dos ocupas, os ocupas sem-religião, os que participam das religiões afro-brasileiras, participação política, engajamento religioso e a mudança de religião entre os ocupas. Assim sendo, os dados analisados nessa etapa foram fundamentais para a realização de novas entrevistas, que compreende a terceira parte dessa análise. As entrevistas realizadas no ano de 2019 e 2020, foram realizadas pela equipe nacional e encontra-se no banco de dados da pesquisa⁴.

Por fim, a terceira e última parte, apresentamos os resultados e análises referentes às novas entrevistas. Buscamos observar as influências da participação no movimento estudantil na reconfiguração da religiosidade das juventudes, destacando

⁴ Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/fontes/>.

os principais temas que apareceram na realização das entrevistas, considerando suas trajetórias e o processo de pós-ocupação e suas relações com a religião e política.

Por fim, observa-se que “não há dúvidas que nada há de mais estimulante para aprofundar uma pesquisa do que confrontar as próprias interpretações, as próprias dúvidas e as conclusões” (MANACORDA, 2007, p. 149). O pesquisador assume a postura em compreender e interpretar tais experiências. Destaca-se que o procedimento da pesquisa leva em consideração os fundamentos da sociologia da educação, com foco na atuação dos estudantes secundaristas.

2 JUVENTUDE, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

Estudar juventude e suas variáveis, como a experiência religiosa, é navegar sob um mar de subjetividades, quando se pensa na diversidade existente no mundo juvenil contemporâneo. O que buscamos com o levantamento bibliográfico é destacar conceitos e fundamentos que possibilitem a problematização do tema proposto pela pesquisa: o pertencimento religioso, suas implicações no engajamento militante e suas relações com a educação. As produções destacadas a seguir, forneceram dados importantes para o caminho proposto pela pesquisa, possibilitando um novo olhar sobre o tema e a necessidade de perceber os efeitos do fenômeno religioso na vida dos estudantes.

O conceito de religião, aplicado nas análises feitas nesta dissertação, tem caráter sociológico: a religião é compreendida, principalmente, a partir de Berger (2018), como um fenômeno e empreendimento humano. Na perspectiva do autor, “toda sociedade humana é um empreendimento de construção do mundo. A religião ocupa um lugar destacado nesse empreendimento” (BERGER, 2018, p. 17). Consideramos, aqui, religião como ação, produto humano e, conseqüentemente, um produto da sociedade (BERGER, 2018). Tal compreensão nos possibilita considerar, como religião, toda ação social e coletiva em que os sujeitos desenvolvem a partir de um conjunto de crenças, símbolos, valores e ritos.

Por conceber religião como um fenômeno social, consideramos, também, que o dado religioso é dinâmico, passivo de constantes modificações em sua estrutura e elementos ritualísticos. Fato é, que o campo religioso brasileiro se encontra em processos de ressignificação, adquirindo e exportando sentidos e significados, numa perspectiva interdependente. O ser humano é tanto produto da sociedade como a sociedade é produto do ser humano (BERGER, 2018).

Seguindo esse caminho, buscamos definir religiosidade como a vivência e a socialização do ser humano com a religião (FRAAS, 2006). Esta dissertação enfoca mais a religiosidade, como conjunto de experiências e processos de socialização relacionados à religião, do que a religião, entendida como sistema de crenças e ritos. Também, menos ainda, a dissertação está preocupada com a religião institucionalizada na forma de igrejas. Entretanto, certamente o que nossos depoentes pensam e vivem a respeito de religião e igreja será considerado, como parte de suas religiosidades.

2.1 LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO SOBRE JUVENTUDE, RELIGIÃO E EDUCAÇÃO

Os artigos foram selecionados, a partir do indexador SciELO, por sua relevância no contexto acadêmico. Assim, o filtro realizado para a busca levou em consideração os seguintes pontos: a) publicações brasileiras; b) publicações nos últimos dez anos e c) pesquisas empíricas no campo das ciências humanas. O resultado encontrado na data da pesquisa realizada, em junho de 2021, foi de 16 artigos, sendo que, somente sete, atendiam aos requisitos mencionados acima. Foram usadas as seguintes palavras-chave para a busca: religião, juventude e educação.

Para sistematizar os dados encontrados, elaboramos o Quadro 1 elencando principais destaques, como: título da produção, autores, ano de publicação, palavras-chave e perfil da juventude pesquisada.

Quadro 1 – Artigos publicados no indexador Scielo

(Continua)

Título da produção	Autores	Ano da publicação	Palavras-chave	Perfil da juventude pesquisada
1. <i>Vínculos religiosos entre estudantes universitários: comparações entre licenciatura e bacharelado</i>	Schelig, Eva Lenita; Knoblauch, Adriane; Bellotti, Karina Kosicki	(2020)	religião; juventude; bacharelado; licenciatura	juvens universitários matriculados em cursos de bacharelado e licenciatura.
2. <i>Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas</i>	Groppo, Luís Antônio; Borges, Lívia Furtado	(2018)	grupo evangélico; universidade; práticas formativas	juvens universitários, evangélicos, pertencentes a Aliança Bíblica Universitária (ABU).
3. <i>Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual</i>	Afonso, Maria Lúcia Miranda; Rodrigues, Maximiliano; Oliveira, Eduardo Francisco	(2018)	juventude; gênero; educação em direitos humanos; homofobia	juvens universitários

Quadro 1 – Artigos publicados no indexador Scielo

				(Conclusão)
Título da produção	Autores	Ano da publicação	Palavras-chave	Perfil da juventude pesquisada
4. <i>Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do sexo</i>	Gomes, Elias Evangelista	(2015)	socialização, gosto sexual, exercício do sexo, juventude, religião, pornografia	juvens evangélicos de uma igreja neopentecostal
5. <i>Toca de Assis em crise: uma análise dos discursos dos que permaneceram na comunidade</i>	Medeiros, Katia Maria Cabral; MARIZ, Cecília Loreto	(2013)	catolicismo; novos movimentos religiosos; religião e juventude	juvens católicos
6. <i>O novo significado da "opção pelos pobres" na Teologia da Libertação</i>	Sofiati, Flávio Munhoz.	(2013)	sociologia da religião; igreja católica; teologia da libertação; pastorais da juventude; opção pelos pobres	juvens católicos participantes da pastoral da juventude
7. <i>Convivendo com o "diferente": juventude carismática e tolerância religiosa</i>	Miranda, Júlia.	(2010)	pluralismo religioso; tolerância religiosa; comunidade e identidade católicas; catolicismo plural	juvens católicos carismáticos

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o Quadro 2, a seguir, três artigos foram publicados em revistas na área da religião, dois em educação, um em antropologia e um em uma revista não departamental. Os periódicos são classificados com o conceito Qualis A1. A área da religião e educação representam o maior número de produções envolvendo juventude, religião e processos educativos. Por outro lado, é importante perceber que a conjugação da juventude com a variável da religião está presente na antropologia, política e demais áreas do conhecimento. Destacam-se as publicações do Instituto de Estudos da Religião (ISER)⁵, no esforço de compreender o fenômeno religioso na sociedade, garantindo a diversidade religiosa existente no contexto brasileiro.

⁵ O Instituto de Estudos da Religião (ISER) tem como proposta fomentar pesquisas, estudos e intervenções sociais que relacionem o fenômeno religioso com o debate público, garantindo a promoção da diversidade religiosa e a laicidade do estado. Assim, os fundamentos do ISER são: religião e justiça social, dando origem a duas áreas de atuação: Religião e Espaço público e Sistema de Justiça e de Direitos. Disponível em: <https://www.iser.org.br/>

Quadro 2 – Periódicos

Área	Título da produção	Periódico	Instituição
Religião	Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas	Religião & Sociedade	Instituto de Estudos da Religião (ISER)
	Toca de Assis em crise: uma análise dos discursos dos que permaneceram na comunidade	Religião & Sociedade	Instituto de Estudos da Religião (ISER)
	Convivendo com o "diferente": juventude carismática e tolerância religiosa	Religião & Sociedade	Instituto de Estudos da Religião (ISER)
Educação	Vínculos religiosos entre estudantes universitários: comparações entre licenciatura e bacharelado	Educar em Revista	Universidade Federal do Paraná (UFPR)
	Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual	Cadernos de Pesquisa	Fundação Carlos Chagas
Antropologia	Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do sexo	Etnográfica	Centro de Rede em Investigação em Antropologia
Ciências Humanas	O novo significado da "opção pelos pobres" na Teologia da Libertação	Tempo Social	Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A partir das pesquisas mencionadas no Quadro 2, percebe-se que, nos últimos dez anos, os estudos sobre juventude se ocuparam também de análises sobre a adesão e envolvimento do segmento juvenil com a religião e seus desdobramentos na formação pessoal, social e política. Nesse aspecto, as análises desenvolvidas pelos respectivos autores apontam para os processos educativos presentes no campo da experiência religiosa e seus desdobramentos na vida pública.

No entanto, esse período também revela dois pontos importantes para serem analisados: primeiro, por considerar pesquisas que não retratam a trajetória da juventude e os pontos que evidenciam suas relações com o pertencimento religioso e, segundo, pelo baixo número publicações nos últimos anos. Segundo Fernandes (2007) “a produção acadêmica sobre juventude articulada à variável religião não tem se mostrado tão profícua quanto se observa em relação a outras categorias” (FERNANDES, 2007, p. 155).

Somado à fala de Fernandes (2007), pouco se conhece sobre as relações do pertencimento religioso da juventude com as escolas de Ensino Médio⁶. Os dados levantados exploraram significativamente o ambiente universitário, o que pode apresentar o pertencimento religioso como apenas uma decisão momentânea, como parte de um momento de vida. Groppo e Borges (2018) muito se aproximam do objetivo, que será proposto adiante, destacando as competências da experiência religiosa na vivência do coletivo Aliança Bíblica Universitária (ABU).

Uma outra busca pelo indexador SciELO, usando palavras-chave como: religião, movimento estudantil e juventude, religião afro-brasileira demonstrou o que fora afirmado por Fernandes (2007). Não foi encontrado nenhuma pesquisa e/ou produção relacionada ao tema. Ao mesmo tempo que o pertencimento religioso das juventudes participantes das religiões afro-brasileiras e orientais têm crescido no Brasil, nos últimos anos, pouco se sabe sobre suas relações com a escola (RIBEIRO, 2019).

Contudo, as demais produções apresentadas destacam temas importantes para a caracterização da juventude que afirma seu pertencimento religioso. As pesquisas de Gomes (2015), Miranda (2010) e Sofiati (2013) destacam quanto os espaços religiosos desempenham funções socializadoras. Sejam pelas Pastorais da Juventude, conforme em Sofiati (2013), ou pequenos grupos, no caso dos encontros das células destacados por Gomes (2015). São instâncias socializadoras que compõem o tempo livre da juventude que passa, também, em grande parte, a ser mediado pela igreja.

Torna-se necessário observar as instâncias socializadoras que abarcam a juventude, com o objetivo de compreender os impactos da religiosidade em suas trajetórias de vida, a partir de sentidos e significados deixados pelo contato com a religião. As análises acerca do conceito de juventude é um primeiro passo para essa relação.

Groppo (2017) traz importantes discussões teóricas sobre a sociologia da juventude e reforça o que os demais pesquisadores têm afirmado nos últimos anos: é necessário observar as diversas especificidades que este grupo social possui. Abramo

⁶ Em Melucci (1997) podemos compreender adolescência como fase inicial da juventude. Na perspectiva do autor, “[...] é a idade na vida em que se começa a enfrentar o tempo como uma dimensão significativa e contraditória da identidade. A adolescência, na qual a infância é deixada para trás e os primeiros passos são dados em direção à fase adulta [...]” (MELUCCI, 1997, p.8).

e Branco (2005) apontam para a necessidade de se falar em *juventudes*, no plural, por considerarem as especificidades e as desigualdades existentes dentro deste grupo.

É notável uma preocupação, entre os pesquisadores, sobre os aspectos que permeiam a condição juvenil. As especificidades que cercam o ser jovem no mundo contemporâneo são múltiplas, tornando necessário caracterizar, ainda mais, esse grupo social. Com isso, torna-se cada vez mais urgente e desafiador compreender o envolvimento de jovens estudantes com o pertencimento religioso e suas relações com a escola, sabendo que a sociabilidade dos jovens, em parte relevante, é mediada pelas instituições religiosas (NOVAES, 2016). A religião, em sua dimensão social, tem sido um espaço de acolhimento, encontros e relações socioafetivas entre seus pares, o que nos impõe o desafio de compreender como é vivenciado o tempo livre desses jovens, para além da escola.

2.2 RELIGIÃO, SECULARIZAÇÃO E PROCESSOS FORMATIVOS

Pensar na relação entre religião e educação exige um grande esforço, quando o que se sabe dessa relação está voltado aos estudos da disciplina do Ensino Religioso no Ensino Fundamental e às problematizações advindas das escolas confessionais e suas estruturas. Setton (2008) destaca a importância de que a sociologia da educação se ocupe também em observar a dimensão formativa e socializadora da religião para o campo da educação. Ao fazer uma leitura sobre o tema da religião e educação em periódicos, publicados no período de 2003 a 2013, Setton e Valente (2016) destacam que tais relações não têm sido exploradas, apesar de apresentarem relevância para os estudos da sociologia da educação. As produções sobre o tema não são tão profícuas quanto outras temáticas que têm interessado à sociologia da educação.

O caminho para a análise das relações entre educação e religião, aqui apresentadas, se baseia no fato de que a religião, assim como outras instâncias socializadoras, produz valores e subjetividades que lhes são próprias. Setton (2008) compreende que “a família, a religião, a escola seriam, então instituições ou subespaços sociais capazes de projetar entendimentos sobre a realidade do indivíduo, ajudando-os a construir o convívio, a ordem e ou a transformação social” (SETTON, 2008, p. 17).

Em Paulo Freire (1978), o processo educativo das igrejas “não pode ser compreendido fora do condicionamento da realidade concreta onde se situam” (FREIRE, P., 1978, p. 11). Assim, tanto a educação quanto a ação da igreja só podem ser compreendidas em sua totalidade quando olhamos para a história e percebemos que nem a igreja e, tampouco, a educação assumem posturas neutras na sociedade. Tanto a igreja quanto a educação, como espaços socializadores, podem ser agências de transformação da consciência e, assim, tocarem o mundo.

O que se pretende, aqui, é observar, teoricamente, o quanto os processos formativos presentes na dinâmica da vivência religiosa influenciam modos e comportamentos dos estudantes no ambiente escolar e nos movimentos sociais. Setton (2008) segue o caminho de Sposito (2003) buscando “examinar sob o ponto de vista sociológico, os fenômenos educativos e não apenas uma divisão arbitrária disciplinar que não encontra eco nos processos sociais reais” (SPOSITO, 2003, p. 211).

Assim sendo, a experiência religiosa traz consigo marcas transgeracionais, vivências, conceitos, símbolos e uma linguagem própria; atravessa o ambiente escolar como reflexo da experiência social do sujeito. Se, de um lado, a religião atua na construção de sentidos para alteridade, de outro, ela pode, também, atuar na legitimação da alienação, segregação e racismo.

Se o nosso espaço social é violento e intolerante, a escola, como lugar onde transitam os valores e os saberes da sociedade, também o será. A escola é um dos lugares onde, além de aprendermos um conjunto de conhecimentos advindos de nossa cultura, aprendemos também uma maneira específica de nos relacionarmos com as outras pessoas, com o mundo e com nós mesmos. Na escola também aprendemos a ser, e somos impelidos a não ser. E não aprendemos de qualquer modo. (BOTELHO, 2019, p. 117).

E. Rodrigues (2013), em suas pesquisas sobre o Ensino Religioso, destaca duas dimensões da religião: a ontológica e a sociopolítica. Ontológica, por compreender seu aspecto relacional com um ser ou realidade transcendente na formação de subjetividades e crenças; em outras palavras, a dimensão ontológica refere-se à vida privada. Sociopolítica por perceber que a experiência privada da religião vem desaguar na vida pública, normatizando conceitos e estabelecendo parâmetros (OLIVEIRA, M. A.; BORTONE, 2021).

A bibliografia clássica sobre o fenômeno religioso, entretanto, não pode ser ignorada, já que ela ainda traz uma discussão profunda sobre o tema que nos ajuda

a compreender como a religião atua como fator estruturante da sociedade. A compreensão da religião, em sua dimensão sociopolítica, poderá nos ajudar a entender sua atuação na educação e na sociedade.

Para Berger (2018), a religião faz parte da construção de mundo. A religião, na sua perspectiva, é fenômeno estruturante da sociedade, atribuindo sentidos e significados à vida pessoal e social dos indivíduos. Assim, por atuar na manutenção de mundo, a religião também promove alienação em relação às construções naturais da vida humana. Nesse aspecto, Berger (2018) desenvolve uma teoria que nos ajuda a compreender as experiências religiosas das juventudes na contemporaneidade.

[...] a secularização a nível societal não está necessariamente vinculada à secularização a nível da consciência individual. Algumas instituições religiosas perderam poder e influência em muitas sociedades, mas crenças e práticas religiosas antigas ou novas permaneceram na vida das pessoas, às vezes assumindo novas formas institucionais e às vezes levando a grandes explosões de fervor religioso. Inversamente, instituições religiosamente identificadas podem desempenhar um papel social ou político mesmo quando muito poucas pessoas confessam ou praticam a religião que essas instituições representam. (BERGER, 2000, p. 10).

Na compreensão de Max Weber (2004), a experiência religiosa dos sujeitos pode ser interpretada por meio de suas ações direcionadas por um sentido, nas quais se destacam as tensões e aproximações entre o campo religioso e a atuação política. Para Sofiati (2009), Max Weber

[...] preocupou-se em analisar as condições e efeitos de determinados tipos de ação comunitária cuja compreensão só pode ser alcançada a partir das vivências, representações e fins subjetivos dos indivíduos. Logo, não teve por objetivo analisar a essência da religião, mas a ação religiosa orientada para o mundo. (SOFIATI, 2009, p. 39).

Tanto Berger (2018) quanto Weber (2004), como sociólogos da religião, apontam contribuições significativas que conformam um pano de fundo sobre o tema aqui estudado. Suas análises servem de balizas para compreendermos os atravessamentos da religião, na ação coletiva e individual dos sujeitos.

As discussões sobre os processos de secularização não estão desassociadas dos estudos da religião na modernidade. Berger (2018) e Hervieu-Léger (2015) apontam que o processo de secularização previa a perda de regulação da religião e/ou instituição religiosa sobre os sujeitos. Assim, na perspectiva de Berger (2018) os sujeitos não estariam mais sob a dominação de símbolos e instituições religiosas. No

entanto, o secularismo não se tornaria o fim da religião, mas uma possível reconfiguração da crença.

Hervieu-Léger (2015) destaca que “a secularização, não é, acima de tudo, a perda da religião no mundo moderno. É um conjunto dos processos de reconfiguração das crenças” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 41). Portanto, a diferença é que a crença deixa de ser algo privativo das instituições religiosas e se reconfigura a partir de experiências, satisfação e a própria verdade.

O dado religioso, do ponto de vista sociológico, é analisado considerando três elementos: secularização, pluralismo e privatização. A era secular trouxe consigo múltiplas possibilidades de compreensão do sagrado, assim como pode ser percebida uma perda considerável de regulação institucional sobre a sociedade. Não só a religião oferece elementos estruturantes para a sociedade, mas também ações secularizadas tensionam a dinâmica da religião. Berger (2018) define secularização como o “processo pelo qual setores da sociedade e da cultura são subtraídos à dominação das instituições e símbolos religiosos” (BERGER, 2018, p. 144). Aspectos, esses, que constituem, em grande parte, tensões em relação ao pertencimento religioso de pessoas às religiões institucionalizadas. Ainda, citando Berger, “a secularização também tem um lado subjetivo” (BERGER, 2018, p. 144). Nas palavras de Ortiz (2001):

A modernidade-mundo não se organiza segundo princípios religiosos (o que não significa que não existam países, por exemplo, no mundo árabe, onde o predomínio da religião, como “consciência coletiva”, não tenha, um peso capital). Apesar do florescimento de novas crenças religiosas, da intensificação de uma religiosidade individualizada, da vitalidade de religiões que pareciam extintas, uma constatação se impõe: o lugar que o universo religioso ocupava nas sociedades tradicionais foi definitivamente remodelado pela modernidade. Entretanto, não se pode deixar de entender que a ação das religiões num mundo globalizado adquire uma outra configuração. (ORTIZ, 2001, p. 64).

Compreender que secularização também é subjetiva, nos possibilita entender possíveis tensões, uma vez que o ser humano secularizado realiza novas escolhas cada vez menos pautadas por elementos religiosos, levando as instituições ao processo de ressignificação e adaptação dos seus valores, doutrinas e estruturas organizacionais.

Na perspectiva da antropologia da religião, Eller (2018), ao lançar luz sobre os movimentos religiosos contemporâneos, aponta que novas expressões religiosas,

assim como as autoidentificações como ateus, agnósticos e sem-religião, são constituídos socialmente, assim como a identificação do ser religioso. Desse modo, as relações sociais podem alterar o status da religião e seu significado para os indivíduos.

Evidentemente, portanto, o “secular” não é necessariamente a ausência ou o “oposto do religioso”. Os estudiosos sugeriram a noção de “religião secular” e boa parte da religião vernácula representa um cruzamento entre “o religioso” e o “secular”. Existem, evidentemente, indivíduos, organizações e governos que são abertamente hostis à religião. Contudo, mais frequentemente o secularismo é um dos efeitos (bastante misto e ambíguo) da modernização sobre a religião. Outro tem sido a proliferação de novos movimentos religiosos, alguns apresentando pretensões universalistas e outros sendo inteiramente locais. (ELLER, 2018, p. 429).

Berger (2018), nas palavras Hervieu-Léger (2015), destaca que a perda da regulação institucional surge a partir de um processo de autonomia dos sujeitos em relação à religião, “principalmente na liberdade com que os indivíduos constroem seu próprio sistema de fé, fora de qualquer referência a um corpo de crenças institucionalmente validado” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 41).

Nessa perspectiva, é possível vislumbrar um caminho para a análise das relações entre o pertencimento religioso e as atuações juvenis nas escolas de Ensino Médio. As dimensões da religião, destacadas por E. Rodrigues (2013), ajudam a perceber o quanto as dimensões ontológicas e sociopolíticas formam as múltiplas identidades juvenis. No campo da educação, Paulo Freire (1987) menciona esse desejo ontológico como a capacidade que o ser humano tem de *ser mais* a partir da descoberta de seus direitos. Assim sendo, a religião e a educação, na ótica da libertação, assumem a denúncia da opressão e alienação para a valorização da vida humana. Macedo, Maia e Santos (2019) interpretam a *pedagogia de terreiro* a partir de epistemologias decoloniais, destacando a forma como os saberes são construídos na dinâmica das religiões afro-brasileiras, rompendo com o histórico de dominação cultural judaico-cristã.

No entanto, não se nega a face opressora da religião em seu viés segregador, catequético e dogmático. Há de se considerar que, historicamente, conforme aponta Botelho (2019), a religião no espaço da educação básica exerceu um papel significativo na exclusão das religiões de matrizes africanas, por meio do ensino religioso. Ainda, ressalta que

A presença do ensino religioso esteve ligada por muito tempo com as crenças cristãs (e em muitos casos, é ainda hoje). Estudantes que tivessem outras crenças religiosas, ou que não tivessem crença alguma, se sentiam constantemente agredidos por esse tipo de atividade educacional. (BOTELHO, 2019, p. 118).

Certamente, há muito que explorar nesse território. Se a experiência religiosa dos estudantes constitui sua representação social e, conseqüentemente, alcança a comunidade escolar, o processo educativo deve oportunizar diálogo e igualdade de expressão das crenças, sem distinção, para que a laicidade do estado e a liberdade de expressão estejam garantidas e manifestas em todos os lugares.

O debate sobre a juventude e o Ensino Médio apresentaram, nos últimos anos, uma produção acadêmica significativa, buscando conhecer suas particularidades e, sobretudo, os processos de desigualdades e exclusão desse grupo em relação à formação escolar no Ensino Médio. Novaes (2005) apresenta brevemente, na sua pesquisa, uma relação da religião com o nível de escolaridade, com o acesso e a permanência de jovens com pertença religiosa. A autora destaca que, de acordo com os estudantes participantes da pesquisa, os jovens com pertencimento religioso, em igrejas consideradas históricas concluíram, o Ensino Médio e ingressaram no Ensino Superior, diferente de jovens evangélicos pentecostais, que interromperam os estudos no Ensino Fundamental, sendo poucos os que chegaram à universidade.

Recentemente, uma pesquisa realizada por Gabriel (2020) apontou a influência da participação religiosa na trajetória de jovens participantes de um grupo católico. Os dados obtidos demonstram o quanto o pertencimento religioso atua na ressignificação das escolhas pessoais e projetos de vida deste grupo. Assim sendo, não se pode desconsiderar a religião como aspecto constitutivo das múltiplas identidades juvenis que transitam nos ambientes onde estão envolvidos, seja na escola ou em coletivos políticos.

2.3 RELIGIÃO E MOVIMENTOS ESTUDANTIS

As relações entre religião e movimento estudantil estão marcadas por tensões, advindas do envolvimento político dos estudantes secundaristas, em relação aos posicionamentos institucionais da expressão religiosa que os representa.

No Brasil, as relações já mencionadas, surgem principalmente no contexto católico, cujos objetivos iniciais estabeleciam afinidades com o projeto da igreja. Nesse contexto, surgem a Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Agrária Católica masculina e feminina (JAC e JACF) e a Juventude Estudantil (JEC), que integravam a Ação Católica Brasileira (ACB). O principal objetivo era proporcionar suporte espiritual aos estudantes, numa perspectiva doutrinária e conservadora. Por estar institucionalmente ligada à Igreja Católica, carregavam consigo aparatos ideológicos próprios para difundir crenças e valores de sua confissão de fé (GÓMES DE SOUZA, 1984).

Contudo, a JUC passa por um momento de subversão, questionando principalmente a postura política da Igreja Católica. O trabalho de Gómes de Souza (1984) busca situar o contexto em que JUC faz esse movimento, apontando que, “politicamente, se esboça bem mais claramente um ponto de ruptura entre uma etapa que vigorava uma democracia liberal (que vai de 1945 a 1964) e o período seguinte dos governos militares.” (GÓMES DE SOUZA, 1984, p. 51). É nesse cenário que a participação dos secundaristas em movimentos como a JUC também conforma espaços para a formação política e o envolvimento nas lutas democráticas. Gómes de Souza (1984) destaca que os quatro anos que antecedem o golpe militar em 1964 foram os anos de maior impacto do movimento.

Assim, a efervescência das lutas de 1964, cuja inserção da juventude ganha evidências em um ciclo de manifestações, no qual Groppo (2015) destaca em sua obra como uma “*Onda mundial de revoltas*”, aponta que o engajamento do movimento estudantil, dos anos 1960, não ocorreu de forma isolada no Brasil, mas também em várias localidades do mundo. As pautas que reuniam os estudantes nesse período eram comuns ao desejo de transformação social (GROPPO, 2015).

A JUC pode ser compreendida, no Brasil, como um dos movimentos estudantis pioneiros, no que se refere a perceber a presença da religião nesses espaços. Coppe (2009) traz, em sua pesquisa, relatos e registros da história da União dos Estudantes Cristãos do Brasil (UECB), apontando a piedade e responsabilidade política como duas marcas intrínsecas da UECB. O autor apresenta três fases da UECB, que representam um deslocamento da vida de piedade até o envolvimento com a sociedade e seu engajamento militante, no qual destaca “uma descoberta da política como campo principal do exercício da responsabilidade cristã para a transformação da sociedade humana.” (COPPE, 2009, p. 80).

Concomitantemente ao processo de ocupação das escolas no Brasil, as pastorais da juventude, da Igreja Católica, lançaram a 14ª edição da “*Semana do Estudante*” com o tema: “*Juventude e direito à educação: educação libertadora constrói nossa casa comum*”. Organizada anualmente, em ocasião do Dia do Estudante, sua proposta concentra-se em despertar na juventude um envolvimento com as questões sociais presentes em suas respectivas escolas, apontando a juventude como protagonista da construção do mundo com que tanto sonha.

O sítio eletrônico oficial da Comissão Episcopal Pastoral para a Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷, registra que a divulgação do evento, em 2016, conforme Figura 1, teve inspiração nas ocupações secundaristas. O cartaz aponta para o engajamento da juventude no cuidado com a escola, promovendo reparos e manutenção do ambiente escolar.

⁷ Disponível em: <https://jovensconectados.org.br/pastorais-da-juventude-lancam-cartaz-da-semana-do-estudante-2016.html>.

Figura 1 – Cartaz da 14ª Semana do/a Estudante



Fonte: Jovens Conectados (2016).

Portanto, a religião ocupa um espaço central no desenvolvimento da mobilização estudantil. Foi por meio desses espaços que os movimentos estudantis se organizaram e se projetaram para o envolvimento político, como destacado por Sofiati (2012), e como nos mostra a experiência obtida nas manifestações dos anos de 1964. Obviamente, o espaço religioso não foi o único meio ou centro das organizações estudantis, mas desempenharam um papel que resultaria em aproximações e tensões.

As relações aqui mencionadas se constituem em grandes tensões entre as performances institucionalizadas da religião e o desejo subjetivo de envolvimento dos sujeitos com as demandas sociais e políticas do país. O processo de secularização do mundo nos faz perceber o quanto a participação do movimento estudantil influencia a dinâmica da religiosidade juvenil.

No interior dos espaços religiosos, os sentidos para o engajamento social são conservados, mesmo abarcando as tensões políticas (FERNANDES, 2007). Assim,

ainda que aconteça uma ruptura institucional, os aspectos formativos adquiridos se espelham nas diversas frentes de participação deste grupo.

Ainda hoje, a juventude, com pertencimento religioso ativo, está presente em espaços que demandam políticas públicas da juventude. Eles estão presentes nas universidades e nas escolas, aplicando a espiritualidade nos problemas sociais emergentes (GROPPO; BORGES, 2018; NOVAES, 2012; PORELLI *et al.*, 2021).

3 RELIGIÃO E AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015 – 2016

Houve tempo em que os descrentes, sem amor a Deus e sem religião, eram raros. Tão raros que os mesmos se espantavam com a sua descrença e a escondiam, como se ela fosse uma peste contagiosa [...] Mas alguma coisa ocorreu. Quebrou-se o encanto. O céu, morada de Deus e seus santos, ficou de repente vazio. Virgens não mais apareceram em grutas. Milagres se tornaram cada vez mais raros, e passaram a ocorrer sempre em lugares distantes com pessoas desconhecidas. (ALVES, 1984, p. 7–8).

A presente seção tem como objetivo destacar relatos e registros da religião no movimento das ocupações secundaristas, a partir de dados coletados pela Pesquisa Nacional. De forma quantitativa, busca-se apresentar o quanto um movimento político estudantil é capaz de tensionar as trajetórias de vida dos estudantes que ocuparam suas respectivas escolas, incluindo as suas experiências religiosas.

O debate sobre a presença da religião na política está cada vez mais evidente, sobretudo no contexto atual, em que o neoconservadorismo religioso ganhou espaço, inclusive nas mídias sociais, colocando em risco o estado de direito e as instituições democráticas. Assim, me aproprio do conceito de Cunha (2016), que destaca o neoconservadorismo como “reação transformações socioculturais que o país tem experimentado, em especial a partir dos anos de 2002, com abertura e a potencialização de políticas voltadas para direitos humanos e gênero” (CUNHA, 2016, p. 148).

Fernandes (2007) aponta questionamentos importantes, buscando ampliar as relações da militância com a socialização religiosa da juventude, que colaboram para o que pretendemos apresentar aqui. Para a autora, torna-se necessário compreender quais símbolos e narrativas são oferecidas pela religião ao segmento juvenil, possibilitando engajamento social. Assim, a autora conclui que “pode ser que a religião reinaugure a política e o engajamento juvenil colocando-os em novas bases sobre as quais nossas análises estão apenas engatinhando.” (FERNANDES, 2007, p. 162).

No entanto, a linguagem religiosa como representação social, constituída de símbolos, mitos, ritos e práticas (ELLER, 2018), nos possibilita compreender o quanto a dimensão religiosa se estabelece na política, forjando tensões e aproximações. Eller (2018) afirma que:

Por mais “transcendental” que possa ser, a realidade religiosa deve ser tornada imanente para que os humanos possam conhecê-la e interagir com

ela – comunicar-se com ela e a respeito dela. Ela deve assumir formas concretas, tanto não humanas como também humanas. (ELLER, 2018, p. 96).

Pode ser que Eller (2018) ajude a responder os questionamentos feitos por Fernandes (2007), à medida que se compreende a religião como *fundamentalmente social*, cuja linguagem é composta por mitos, carregada de interpretações e significados, e capaz de agenciar o comportamento humano.

Portanto, o envolvimento dos estudantes, aqui pesquisados, e o respectivo engajamento com as ocupações devem ser problematizados a partir da pertença religiosa dos sujeitos como espaço formativo e de engajamento e interação social. Sabe-se que a religião é um grande guarda-chuva, que se desdobra em diversas possibilidades de crenças, que interpreta diferentemente o contexto social onde está inserida. Assim, a militância pode ser interpretada pelo sujeito religioso – e estruturas religiosas – em diferentes modos.

Pretende-se apresentar o quanto essas dimensões da religião estiveram presentes no processo de ocupação das escolas e participação política, a partir de experiências de jovens que participaram da Pesquisa Nacional.

3.1 AS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL

Nos anos de 2015 e 2016, jovens de todo Brasil se uniram e ocuparam as escolas como forma de protesto e resistência às propostas, inicialmente de governos estaduais e posteriormente do governo Temer, que se demonstravam regressivas em relação ao direito à educação. No segundo semestre de 2016, destacou-se a luta contra o congelamento de investimentos em políticas públicas, por um período de vinte anos, sobretudo na educação e na saúde. Também, contra a reforma do Ensino Médio e o projeto Escola Sem Partido. O movimento traz um novo olhar sobre a juventude e sua inserção na militância.

Costa e Groppo (2018) sistematizaram as experiências das ocupações em dois momentos. Os autores destacam que é apenas uma forma didática para compreendermos esse ciclo de manifestações juvenis ao longo desse período. A primeira onda aconteceu em nível estadual, no qual os estudantes protestaram, principalmente, contra as reformas educacionais que os governos dos estados de São Paulo, Goiás, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará. As manifestações contra projetos neoliberais para a educação estavam escondidas por trás de um plano de

reorganização escolar, como no caso específico do estado de São Paulo. Portanto, o plano de reorganização escolar resultaria no fechamento significativo de escolas no Estado de São Paulo (COSTA; GROPPPO, 2018).

A precarização do ensino era o projeto político que perpassava todos os estados envolvidos na primeira onda de ocupações. Projetos que tinham como a privatização de fundações públicas ligadas ao ensino, como no Estado do Rio Grande do Sul, até a possibilidade de repasse da gestão de escolas públicas a organizações sociais, como no Estado de Goiás.

A segunda onda das ocupações acontece em setembro de 2016, quando várias escolas em território nacional começaram a serem ocupadas, tendo como modelo a primeira onda. A pauta era o projeto nacional, que reformularia o Ensino Médio por meio da Medida Provisória 746. Diferentemente da primeira onda, as ocupações não ficaram restritas às escolas, mas passaram alcançar, sobretudo, as universidades e institutos federais com o envio da PEC 55 ao Congresso Nacional. Destaca-se que, embora o movimento tenha se espalhado pelo país, o Estado do Paraná se apresenta com maior força durante a segunda onda das ocupações, no qual “cerca de 1.000 das instituições de ensino que foram ocupadas estavam nesse Estado do Sul do país, praticamente metade do total.” (GROPPPO, 2018b, p. 105).

Já o Estado de São Paulo e outros, como maior força na primeira onda, não obtiveram o mesmo engajamento neste segundo momento. Sobre isso, Costa e Groppo (2018) apontam dois motivos: “em parte por um compreensível desgaste pelo movimento precedente, em parte por causa de táticas intimidadoras usadas pelas forças policiais” (COSTA; GROPPPO, 2018, p. 105).

O caráter formativo esteve presente nas duas ondas do movimento das ocupações, realocando a juventude em um novo espaço social de luta e engajamento político. Toda essa experiência rompe com o senso comum que apontava a juventude como sujeitos incapazes de atuação política autônoma e autoformação política. Groppo (2018a) destaca que a autogestão e as atividades formativas estavam presente nas duas ondas de ocupação, possibilitando um olhar para escola pública para além das dimensões estruturais, gerando um maior interesse e envolvimento dos jovens estudantes com a realidade de sua escola.

3.2 A PESQUISA NACIONAL

O movimento das ocupações estudantis, no Brasil, resultou em diversas experiências e possibilidades de análise que vinculam educação, formação política e trajetória de vida dos estudantes. A Pesquisa Nacional, que dá origem a essa dissertação, teve como principal objetivo compreender os impactos da ação coletiva na formação dos estudantes, sobretudo em sua constituição como sujeitos políticos. Para melhor lançar luz sobre esse processo formativo, a Pesquisa Nacional traçou como objetivos específicos a importância de conhecer outras instâncias socializadoras dos participantes das ocupações e como elas estiveram presentes nos discursos e práticas dos estudantes. Assim, compreende-se que a participação dos ocupas em organizações políticas, sociais e/ou religiosas pode desempenhar um papel significativo nos estudos e pesquisas sobre as ocupações. Outrossim, pretende-se verificar a participação dos ocupas nesses espaços no momento pós-ocupação.

Ainda, os objetivos propostos pela Pesquisa Nacional possibilitam análises transversais, relacionando outros pontos que se destacaram em seus primeiros resultados. Portanto, buscamos aqui apresentar o quanto os processos religiosos estiveram presentes nas ocupações secundaristas; sejam na confissão de fé dos ocupas, nas rodas de conversas ou em eventos que informalmente aconteceram no período da ocupação.

A Pesquisa Nacional entrevistou 80 estudantes que ocuparam suas respectivas escolas durante o período do Ensino Médio, aplicadas em 10 unidades da federação, envolvendo 12 instituições de Ensino Superior. Sua metodologia para o levantamento de dados se apoia na representatividade dos sujeitos das ocupações, com a realização de entrevistas de caráter semiestruturado, cujas perguntas versam sobre trajetória pessoal e escolar, narrativas sobre as dinâmicas das ocupações, engajamento político anterior e pós-ocupação.

Assim, a Pesquisa Nacional, em sua proposta investigativa, ao buscar conhecer também a vivência dos ocupas nos espaços religiosos, dialoga com o que os pesquisadores sobre juventude e religião vem apontando. Novaes (2006) aponta que o engajamento dos jovens nos espaços religiosos pode apontar uma nova forma de fazer política, atribuindo a eles novas percepções.

Portanto, pretendemos, nesta seção, mapear as experiências e perfis religiosos presentes nas entrevistas realizadas pela Pesquisa Nacional e, posteriormente, realizar análises de experiências representativas.

3.3 MAPA DAS EXPRESSÕES RELIGIOSAS NAS OCUPAÇÕES

Das 80 pessoas entrevistadas pela Pesquisa Nacional, 45 ocupas ingressaram nas ocupações com identificação e pertencimento religioso definido; outros 35 ocupas se identificavam como sem religião, ateus e agnósticos. Nota-se que mais de 55% dos estudantes apresentaram elementos religiosos nas entrevistas, ainda que alguns com maior destaque do que os outros. A porcentagem dos ocupas com pertencimento religioso nas ocupações pode aumentar se entendermos que, mesmo entre aqueles que se autoidentificam como sem religião, alguns apresentam algum tipo de espiritualidade, conforme apresentaremos adiante.

A Tabela 1 apresenta, somente, as religiões e denominações evangélicas que foram identificadas nas entrevistas, bem como a frequência que se destacam entre os estudantes. Em alguns casos, os estudantes apenas abordaram, de modo generalizado, sua confissão de fé (cristãos ou evangélicos), não sendo possível ser especificado.

Tabela 1 – Religiões e denominações evangélicas às quais os ocupas entrevistados se filiavam no momento da ocupação

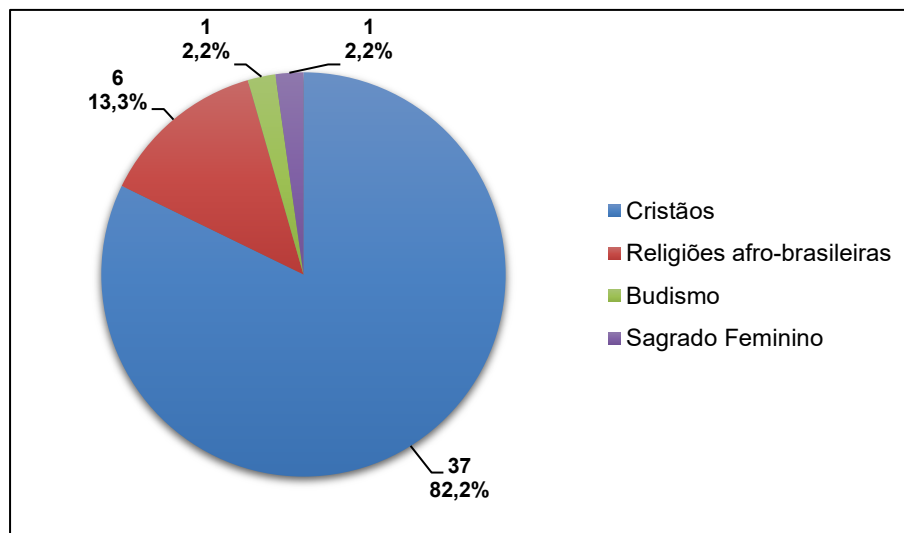
N	Expressão religiosa e/ou denominação	Frequência entre ocupas (n)
1	Igreja Católica	17
2	Igreja Bola de Neve	1
3	Igreja Batista	1
4	Igreja Metodista	1
5	Igreja Apostólica Aliança Bíblica	1
6	Igreja Universal do Reino de Deus	1
7	Candomblé	1
8	Umbanda	4
9	Matriz Africana	1
10	Budismo	1
11	Sagrado Feminino	1

Fonte: Elaborada pelo autor (2022).

Embora perceba-se, na Tabela 1, a diversidade religiosa presente na ocupação, há um número significativo que se identifica com o cristianismo (católico e/ou evangélico). Os demais ocupas não apresentaram, nas entrevistas, algum pertencimento religioso, o que não quer dizer que não o tenha, mas com possibilidade de um perfil desinstitucionalizado.

Do grupo que se identifica como cristão: 17 estudantes apresentam pertencimento religioso católico; 17 estudantes apresentam pertencimento religioso evangélico e 3 estudantes se declaram apenas cristãos. Seis estudantes apresentam pertencimento religioso às religiões afro-brasileiras (Candomblé e Umbanda), um estudante apresenta pertencimento religioso ao Budismo e um estudante apresenta pertencimento religioso em um coletivo de bruxas, denominado Sagrado Feminino (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Pertencimento religioso das/dos ocupas entrevistados se filiavam no momento da ocupação



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

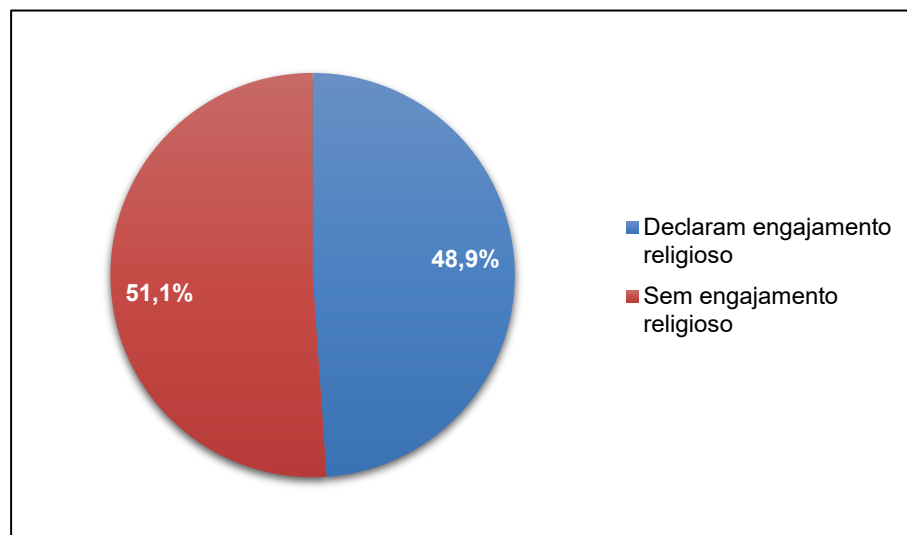
3.3.1 Engajamento religioso ao ingressar na ocupação

A correlação entre o engajamento religioso e a participação política da juventude é um ponto importante para nossa análise, porque os debates em todo desse tema nos apontam para o desenvolvimento de competências úteis, a partir da socialização em espaços religiosos. Fernandes (2007), citando as pesquisas de Novaes e Catela, nas quais foram observados dois grupos de jovens (católicos e

evangélicos da Igreja Batista do Rio de Janeiro), destacou que o engajamento religioso influenciou significativamente no envolvimento dos jovens no mundo do trabalho, na participação política e social, considerando que “vários jovens cariocas tiveram seus destinos alterados na medida em que a circulação de ideias de cidadania, solidariedade, presentes no discurso religioso, abria canais de comunicação e participação da juventude” (FERNANDES, 2007, p. 155).

Os estudantes que ingressaram nas ocupações com pertencimento religioso ativo, participavam das atividades oferecidas pelos espaços religiosos onde frequentavam. No Gráfico 2, percebe-se um envolvimento significativo da juventude nesses espaços que, por vezes, se tornam um ambiente de formação, amizade, encontros e partilha.

Gráfico 2 – Engajamento religioso dos ocupas entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Considera-se por engajamento religioso⁸, a condição de ocupas que, antes de ingressarem nas ocupações, participavam ativamente das atividades dos respectivos espaços religiosos, a saber:

- a) participação em grupos de jovens e grupos de oração;

⁸ Entendemos como engajamento religioso o empenho e comprometimento dos estudantes em seus respectivos espaços religiosos, como exercício de liderança, envolvimento em projetos sociais e comprometimento com a confissão de fé adotada, no momento dos relatos destacados nas entrevistas. Ainda, o engajamento religioso se aproxima do engajamento político/militante em sua qualidade de promover o bem comum, a justiça e a solidariedade (FERNANDES, 2009a; NOVAES, 2005).

- b) participação em eventos sociais promovidos pelas instituições religiosas;
- c) passeatas contra violência contra mulher;
- d) envolvimento com a Pastoral da Juventude;
- e) exercício da liderança de grupos e atividades religiosas;
- f) envolvimento com atividades sociais da igreja em bairros carentes.

Desse grupo, 23 estudantes não demonstraram engajamento para além da frequência às atividades religiosas (reuniões periódicas como cultos, missas e outros). Somente 22 estudantes estiveram ativamente envolvidos com as respectivas atividades no ambiente religioso; todos eles, também como influência deste envolvimento, vieram a desempenhar funções de liderança ou organizacionais na ocupação, tais como organização das atividades, mobilização dos estudantes, intercâmbio e comunicação com outras escolas ocupadas.

Ainda, os ocupas que ingressaram nas ocupações com pertencimento religioso ativo ocuparam posições de trabalho em equipe, de falar publicamente, de liderança e consciência coletiva, demonstrando aproximação com as diversas competências úteis para a ocupação.

A experiência de Marielle (Belém/PA) retrata e representa o quanto a Pastoral da Juventude faz parte do processo formativo dos estudantes, atribuindo-lhes competências úteis para o engajamento nas ocupações.

Eu sou fruto também da Pastoral da Juventude. Foi lá onde tudo começou. Eu digo que abriu meus olhos, tirou muitas ignorâncias da minha cabeça. Eu tive a minha primeira coordenação com 13 anos. Aí eu via a Pastoral da Juventude e queria estar lá, só que eu não tinha idade, era 12 anos para 13. Eu cresci, fui crescendo e com 15 anos eu entrei e fui coordenadora da Pastoral da Juventude, e mesmo sendo um grupo dentro da igreja, era muito voltado para a área social e foi aí que eu fui descobrindo que eu nasci para ajudar as pessoas. (MARIELLE, entrevista, Belém/PA, 2019)

É importante pensar nos processos formativos que constituem a Pastoral da Juventude. Sofiati (2012, p. 334) retrata esse processo como um “conjunto dos métodos pedagógicos e das opções políticas assumidas pelas PJB”, cuja metodologia é desenvolvida em pequenos grupos com o método ver-julgar-agir-rever-celebrar, possibilitando um olhar crítico sobre a realidade social e religiosa do país (SOFIATI, 2012).

Outra dimensão importante nas Pastorais da Juventude é sua base na Teologia da Libertação, que permite perceber as estruturas opressoras da sociedade

como um pecado estrutural e, assim, fazer sua escolha pelos pobres. Nas palavras de Sofiati (2012)

[...] a TL tem como perspectiva interpretar a realidade latino-americana à luz do evangelho, utilizando termos e conceitos marxistas, além de fazer a “opção preferencial pelos pobres”, isto é, uma escolha política pautada pela noção de classe social. (SOFIATI, 2012, p. 335).

No entanto, embora a Teologia da Libertação esteja mais evidente no contexto católico, parte do protestantismo brasileiro a absorveu, destacando-se pelo envolvimento da juventude, principalmente, nas questões sociais e políticas (RIBEIRO, 2018a). Nesse contexto, “a movimentação da juventude, em especial por formas de inculturação do Evangelho incluindo novas práticas sociais e litúrgicas, possuía um eco considerável na temática do compromisso social cristão⁹, uma das ênfases teológicas deste período” (RIBEIRO, 2018a, p. 687).

[...] a pastoral também era a favor das ocupações na época e, também, tem uma parte da igreja que é ligada a isso, não aos movimentos sociais, mas uma luta por coisas melhores. Eu lembro que na época que tinha padres a favor e incentivaram a gente (PRIMÍCIA, entrevista, Chapecó/SC, 2019.)

A experiência de Guilherme, que pertencia à Igreja Católica, atuante na Pastoral da Juventude:

Eu tinha muito assim... na minha adolescência eu tinha uma ligação com a Igreja Católica e dentro da Igreja Católica tem um grupo chamado PJMP - Pastoral da Juventude do Meio Popular, que é um grupo de jovens da Igreja Católica que são bem mais progressistas, fazem um debate social dentro da Igreja e dentro da comunidade, inclusive, as pautas que geralmente são abominadas pelas Igrejas, que é a questão LGBT, diversidade. E dentro desse grupo a gente fazia debates e ações pra dentro da comunidade. Então, antes do Coletivo eu tive esse espaço dentro da militância dentro da Igreja por essa Pastoral. (GUILHERME, entrevista, Goiás, 2019.)

A experiência de Emílio, que pertencia ao Budismo, destaca o apoio da sua religião nas ocupações

Eu me apoiei muito na minha religião durante a ocupação. Minha religião é bastante progressista, por mais que não se declare assim... mas é uma religião que motiva os jovens a fazer mudanças na sociedade. Então, quando surgiu essa oportunidade de participar de um movimento grande eu pensei

⁹ A dimensão do compromisso social é também característica da Teologia da Missão Integral, cuja proposta busca a transformação em todas as áreas da vida humana (PADILLA, 2014). Nota-se alguns principais expoentes: René Padilha, Samuel Escobar e Richard Shaull.

na minha missão enquanto ser humano e espiritualmente eu penso que eu tenho como contribuir nessa transformação da sociedade e aí eu sai de lá muito mais próximo e ligado à minha religião e faz nove anos que sou budista. (EMÍLIO, entrevista, Santa Catarina, 2019.)

A experiência de Ana Clara, filha de pastores evangélicos, conta que ela cresceu vendo o exemplo de sua mãe acolhendo pessoas em sua casa e promovendo eventos sociais. Ela destaca ainda que a mãe possui uma visão *mais progressista* que sempre a apoiou, principalmente na decisão de ocupar uma escola diferente da que estudava. Relata ainda que o relacionamento com a mãe mudou após a ocupação, tornando-se mais compreensível e com um diálogo mais aberto sobre política e educação.

Na igreja evangélica, onde eu fui criada, acontece o Passa à Macedônia e minha mãe sempre fez passeatas contra violência contra mulher, violência doméstica, contra mulher e sempre via essas pequenas ações que eram ligadas à Igreja, mas que fazem um sentido político. Não deixa de ter um sentido político. E aí, eu via isso, mas era muito por cima. Não tinha um viés ideológico, justamente por estar ligado à Igreja, era mais uma questão religiosa, mas também de certa forma influenciava nesse meio político e tudo (ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2019.)

Fernandes (2009b), ao realizar uma pesquisa com jovens católicos e evangélicos na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro, buscando compreender os sentidos da participação política para esse grupo, percebeu que “as igrejas oferecem oportunidades no campo das ações sociocomunitárias e educativas, mas não têm demonstrado atuação relevante na esfera política, entretanto, estimulam os jovens a atuar nessa esfera” (FERNANDES, 2009b, p. 123).

Em relação aos ocupas, o que se percebe é um limite entre as atividades ofertadas pelas instituições religiosas e a participação na esfera pública, de maneira mais organizada e efetiva. O que ultrapassa a participação local, no âmbito da instituição, resulta em um processo de desvinculação pelos mesmos motivos nos quais os jovens se identificam como sem religião: o pragmatismo religioso. No entanto, as competências que lhes são adquiridas nesses espaços perpassam toda a trajetória dos estudantes; não só na decisão de ocupar e/ou exercer a liderança na dinâmica das manifestações, mas também no modo em que se percebe o mundo.

3.3.2 Secundaristas e as religiões afro-brasileiras

Outro grupo que se destaca nas ocupações é o daqueles que se identificam como pertencentes às religiões afro-brasileiras. Eles ocupam o segundo maior número de ocupas com pertencimento religioso nas ocupações. Os dados quantitativos apresentados aqui apontam para a necessidade de ampliar um olhar sobre as relações da juventude com as religiões afro-brasileiras, para além das discussões curriculares (Quadro 3). Historicamente os terreiros estavam submetidos ao ocultamento de suas expressões, de forma negativa, pejorativa e preconceituosa; depois, chegaram a ser vistos como representantes da diversidade cultural popular existente no Brasil; mas hoje voltam a ser alvos do chamado racismo religioso.

Quadro 3 – Secundaristas que se autodeclaram como pertencentes a religiões afro-brasileiras

Pseudônimo	Idade	Pertencimento religioso	Atuação política
Alysson	19	Umbanda	Após a ocupação se envolveu com o grêmio estudantil. Destaca a defesa da Umbanda como uma atividade política.
André	26	Candomblé	Organizou as atividades da ocupação. Participou do Levante Popular da Juventude (LPJ).
Augusto	20	Candomblé	Participou do grêmio e formou a USES (União Sorocaba dos Estudantes Secundaristas).
Caroline	20	Umbanda	Na ocupação participou de diversas comissões. Sem militância prévia.
Have	20	Umbanda	Participou da juventude do PT (Partido dos Trabalhadores) e integrou o grêmio que ocupou sua escola e a Superintendência Regional de Ensino.
Ana Paula	21	Umbanda	Integrante do Juntos! (antes, durante e após a ocupação).
Daniel Oliveira	19	Matriz Africana	Integrante dos coletivos “Juventude” e “Vamos à luta”
Mayna	19	Umbanda	Sem militância prévia. Na ocupação, atuou na cozinha e em ações de revitalização da escola.
Larissa	19	Umbanda	Fazia parte da chapa eleita pelo grêmio.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As religiões afro-brasileiras abarcam símbolos e culturas populares que legitimam as lutas sociais, o que, na perspectiva de Santos (2016), é compreendida como “legitimadora e subversiva” (SANTOS, 2016, p. 23). Essa aproximação é perceptível no caso de Ana Paula, uma jovem gaúcha, cuja família sempre esteve envolvida com a Umbanda. Seus avós, pais de santo, lideravam um espaço religioso, conhecido popularmente como terreiro¹⁰. Sua mãe, da mesma confissão de fé, sempre apoiou sua participação na ocupação. Ana afirma que a ocupação “ajudou a fortalecer o seu lado espiritual”, quando a espiritualidade ganha uma dimensão social, prática e subversiva.

Para André, a experiência de ocupar reforçou o seu pertencimento religioso no Candomblé, ampliando o olhar político e a crença na possibilidade de transformação das pessoas a partir da educação. Assim, compreendemos a espiritualidade a partir de I. D. Oliveira e Jorge (2013, p. 31) como “algo inerente ao ser humano”, independente da confissão de fé, um conjunto de valores e símbolos que norteiam e impulsionam toda ação humana. Para Caroline “todo mundo tem um sentido mesmo, espiritual, ou tipo de luta de classe ou de melhorar as pessoas” (CAROLINE, entrevista, Curitiba/PR, 2019).

A legitimação cultural também é vista no relato de Have, jovem, negro e homossexual que se identifica com a Umbanda por questões identitárias e enraizamento cultural.

Antes eu não tinha envolvimento nenhum com religião, depois nunca mais quis, mas devido aos meus ascendentes, historicamente dizendo, tenho minhas raízes africanas, então sim, hoje eu tenho uma religião, hoje eu sou umbandista. E eu me aproximei por amor, por amor à religião, com reconhecimento nacional, por afirmação, reafirmação, ao mesmo tempo do sentimento nacional, do sentimento de enraizamento nesse Brasil. Então, eu vi que o não chegar era preconceito meu, então, nas ocupações das pessoas, das religiões envolvidas, eu não me aproximei, protestantismo, evangelismo, não me aproximei, pois não me agrada, porque aquele momento eles deveriam ter visto enquanto pessoas e não foram capazes. (HAVE, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2019.)

¹⁰ *Terreiro* é conhecido como espaço de realização dos ritos da Umbanda e Candomblé. Em Caputo (2012) os *terreiros* assumem a dimensão do acolhimento, do aprendizado, da cultura e da partilha do conhecimento. Ainda, na perspectiva de Santana (2017) “os Terreiros de candomblé são ambientes onde essas famílias se estruturam e convivem [...] As pessoas que convivem neste espaço são diariamente apresentadas a ensinamentos religiosos e culturais, além de princípios e valores humanos” (SANTANA, 2017, p. 18).

O relato de Have aponta para o que Oliveira e Jorge (2013) discorrem sobre a Umbanda como religião genuinamente nacional. Tanto Have quanto Ana Paula apresentam em suas falas aspectos importantes da religiosidade afro-brasileira. Os motivos são: “[...] ela recupera personagens da história social brasileira e os reinterpreta adequando-os à perspectiva religiosa, tendo sempre como basilar a relação entre os seres sobrenaturais e seres naturais, seres elevados e seres menos elevados” (OLIVEIRA, I. D.; JORGE, 2013, p. 45).

Sobre a trajetória religiosa, grande parte dos estudantes filiados às religiões de matrizes afro-brasileiras mantiveram seu pertencimento, conforme aponta o Quadro 4. No entanto, é possível perceber também os seguintes destaques: a presença de múltiplas pertencças e o trânsito religioso entre três estudantes.

Quadro 4 – Trajetória das experiências religiosas de ocupas entrevistados filiados a religiões afro-brasileiras

Pseudônimo	Pertencimento religioso antes da ocupação	Pertencimento religioso pós-ocupação
Alysson	Umbanda	Umbanda, porém, com possibilidades de conhecer outras religiões.
André	Candomblé	Candomblé
Augusto	Sem religião, porém, destaca que acreditava em Deus, mas sem filiação institucional. Antes de conhecer a Umbanda, passou pelo Candomblé.	Candomblé
Caroline	Católica	Umbanda, porém, declara uma religiosidade fluida, aberta a conhecer outras religiões.
Have	Umbanda	Umbanda
Ana Paula	Umbanda	Umbanda
Daniel Oliveira	Matriz Africana	Matriz Africana
Mayna	Umbanda	Umbanda
Larissa	Umbanda	Umbanda

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Exemplos como de Alysson, Augusto e Caroline se tornaram cada vez mais possíveis diante da transformação do campo religioso brasileiro e da possibilidade de novas experimentações com o sagrado.

Não nasci católica, me batizaram católica, aí a minha mãe sempre foi católica, mas para o lado do espiritismo e tal. E daí eu fiquei “hum interessante”, aí eu

vi as ramificações. Falei “hum, interessante”. Eu tenho um pouco medo do candomblé. Respeito, claro, pelo amor de Deus! [...] Eu sou uma pessoa que varia de religiões, “hum, será que eu sou budista?” “Hum, será que eu vou pro Hindu?” “Pai Odin está me olhando?” Aí eu vou lá pro terreiro. (CAROLINE, entrevista, Curitiba/PR, 2019)

Novaes (2005) destacou esse fenômeno como “duplo pertencimento” (NOVAES, 2005, p. 275). Jovens que, mesmo se identificando com uma determinada religião, permanecem abertos a conhecer outras. No caso das religiões afro-brasileiras, na perspectiva de Novaes (2005), “revela estratégias de apresentação social ante os preconceitos e perseguições sofridos pelos adeptos” (NOVAES, 2005, p. 275).

Os processos educativos nas religiões afro-brasileiras consistem em seu forte enraizamento cultural e histórico, nas práticas e manifestações populares no interior de sua espiritualidade. Diferente de outras tradições religiosas, a transmissão oral ocupa um lugar central na difusão das crenças e formação das subjetividades. Na Umbanda e no Candomblé, a tradição oral é o meio pelo qual o conhecimento, ritos e significados são compartilhados, principalmente para aqueles que desejam se engajar nelas (MACEDO; MAIA; SANTOS, 2019; OLIVEIRA, I. D.; JORGE, 2013).

Ainda, há de se considerar que os aspectos regionais são extremamente importantes na interpretação dos elementos e sentidos que este grupo religioso possui. Dentro do mesmo grupo das religiões afro-brasileiras, há especificidades que variam de lugar para lugar. A compreensão de uma *pedagogia do terreiro*, na perspectiva de Macedo, Maia e Santos (2019), deve trazer como base os estudos culturais e decoloniais, na perspectiva da ruptura do padrão religioso dominante, que exclui a riqueza da pluralidade.

Dados da Pesquisa Nacional no Estado do Rio Grande do Sul, destacaram que os três ocupas com pertencimento religioso afro-brasileiro tiveram suas trajetórias profundamente afetadas pela experiência de ocupar. Nas palavras de Groppo e Silva (2020), “foi uma vivência transformada das relações educacionais e políticas. Oportunizou processos de subjetivação política que significaram também processos de desidentificação em relação aos papéis sociais previamente formulados” (GROPPO; SILVA, 2020, p. 420).

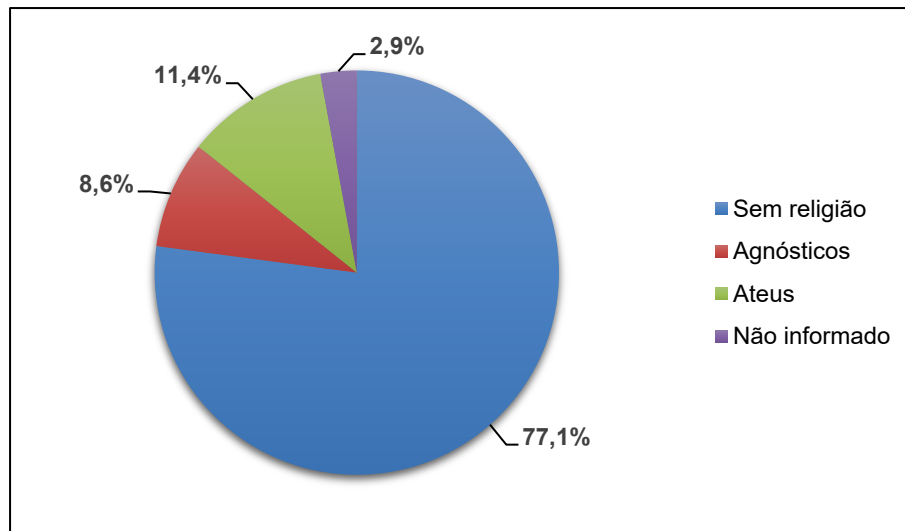
Portanto, considero a importância de compreender as religiões afro-brasileiras como instituições que interpretam e ressignificam demandas sociais. Subalternizadas pelas narrativas e estruturas de poder da hegemonia religiosa cristã, as experiências

de terreiro e a formação identitária dos sujeitos são ocultadas, a todo instante, pela cultura dominante. Não há como negar que as lutas e a tradição reverberam em elementos úteis para a participação política de seus adeptos.

3.3.3 Sem religião, agnósticos e ateus

Outro grupo de ocupas, composto por 35 estudantes, ingressou nas ocupações se identificando como sem religião¹¹, agnósticos e/ou ateus¹² conforme o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Presença de jovens sem religião, agnósticos e ateus nas ocupações



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Observa-se que, mesmo não identificando uma experiência religiosa institucionalizada, é possível perceber a presença de uma espiritualidade ou de elementos religiosos na trajetória dos respectivos estudantes. Dentro deste grupo, 65,7% dos ocupas apontam para:

¹¹ A autoidentificação sem religião é adotada na pesquisa para designar os estudantes que, no momento da entrevista, não se filiavam a nenhuma instituição religiosa, o que não se traduz como sem religiosidade mas sem vínculos formais como será apresentado posteriormente na dissertação (NOVAES, 2004; RODRIGUES, 2012; CAMURÇA, 2017).

¹² O *Dicionário Histórico de Religiões* (AZEVEDO, 2012, p. 42) define ateísmo como “a negação da existência de Deus”, assim a autoidentificação ateu é a qualidade de quem não possui nenhuma crença religiosa. Definido pelo mesmo autor, o termo agnóstico ou agnosticismo é a impossibilidade humana de se comprovar a existência ou não das divindades. Para o agnóstico, a possível existência da divindade é não poder ser “*aprendida pela razão*” (AZEVEDO, 2012).

- a) possibilidade de conhecerem novas expressões religiosas;
- b) famílias multirreligiosas;
- c) não possuir uma religião fixa;
- d) simpatia com as doutrinas religiosas;
- e) acreditarem em Deus, mas sem pertencer.
- f) vivência em uma família religiosa;
- g) bricolagem de crenças;
- h) crê em Deus, mas está aberto para conhecer novas expressões religiosas;
- i) espiritualidade pessoal.

Portanto, refletir sobre sujeitos sem religião não é tão fácil como parece. O termo usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para identificar aqueles que não estão vinculados institucionalmente a uma religião despreza a subjetividade religiosa existente dentre esse grupo. É certo que são inúmeros motivos que levaram os jovens a se declararem sem religião, no entanto essa identificação traz consigo a necessidade de problematizar seu significado e as especificidades que esse grupo traz consigo.

As características que se destacam no perfil dos ocupas que participaram da Pesquisa Nacional representam, na perspectiva de Camurça (2017, p. 63), “várias modalidades de ser sem religião”. O próprio autor cita Rodrigues (*apud* CAMURÇA, 2017), que subdivide essas modalidades em quatro grupos:

- 1) os que creem em uma força divina, mas sem pertença religiosa;
- 2) os integrantes de grupos místicos/esotéricos que não se consideram religião;
- 3) os que realizam um trânsito entre as religiões estabelecidas sem se vincular a qualquer delas;
- 4) os consumidores de bens religiosos como produtos terapêuticos. (RODRIGUES *apud* CAMURÇA, 2017, p. 63–64).

Sigo o caminho de destacar espiritualidades ao invés de religiosidades, justamente para desvincular seu aspecto institucional para esse grupo. Na compreensão de Godinho, Carvalho e Souza (2014), Leonardo Boff, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação no Brasil, utiliza-se do termo espiritualidade como um relacionamento com o transcendente que não depende de instituições intermediárias.

O que Leonardo Boff chama de espiritualidade, diz respeito à experiência singular de cada sujeito, a uma capacidade de autotranscendência do ser humano que independe de rituais, celebrações ou dogmas de determinada estrutura de pensamento religioso. Para o autor, as religiões são água

canalizada, não devendo, portanto, serem confundidas com a fonte que lhes dão vida, que é a própria espiritualidade. Segundo o autor, a dimensão espiritual é a fonte de onde emerge a fé, experiência sensível que por ser íntima e profunda faz com que a dimensão espiritual se manifeste em cada indivíduo de um modo singular, sem que necessariamente tenha que apontar na direção de qualquer crença religiosa. (GODINHO; CARVALHO; SOUZA, 2014, p. 140).

Danièle Hervieu-Léger (2015), aponta processo de ressignificação e de desinstitucionalização das instituições religiosas na modernidade. A autora destaca que “a crença não desaparece, ela se desdobra e se diversifica, ao mesmo tempo em que rompem, com maior ou menor profundidade, de acordo com cada país [...]” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 44). Assim, dois pontos são evidenciados em Hervieu-Léger (2015): a perda da regulação institucional e a *bricolagem de crenças*. Esses dois aspectos nos ajudam na compreensão de outra autoidentificação dos ocupas: *jovens sem religião*.

Apesar de não ser uma novidade, a autodeclaração como *sem religião* tem crescido significativamente nos últimos anos, entre os jovens. A partir dos dados da Pesquisa Nacional é possível verificar novas adesões dos jovens a essa classificação. Os dados revelam que, antes de ingressarem nas ocupações, parte dos jovens possuíam pertencimento religioso ativo e após sua participação no movimento estudantil alegam uma desvinculação institucional. Eles não negam a experiência religiosa, mas apontam para as “possibilidades de liberação do controle institucional e gestão da livre iniciativa individual” (NOVAES, 2006, p. 3), o que, na perspectiva de Novaes (2006), vem sendo entendido como *ser religioso sem religião*. A liberação do controle institucional destacada por Novaes é compreendida por D. S. Rodrigues (2012) como uma “secularização relativa, acompanhada por uma crise de credibilidade nas instituições religiosas” (RODRIGUES, D. S., 2012, p. 1136).

Camurça (2017), Fernandes (2018) e Novaes (2004) vêm refletindo sobre o considerável número de jovens que se declaram sem religião. Essa tendência de crescimento tem despertado o interesse dos pesquisadores que tratam da religiosidade da juventude contemporânea. Portanto, nos instigam a compreender os sentidos e significados sociológicos que a autodeclaração como *sem religião* traz para os estudos da juventude e abrem um vasto campo de problematização das motivações que levaram os jovens a tal escolha. É importante perceber se tal identificação corresponde a um momento da vida, da militância dos ocupas ou se é uma escolha permanente.

Nas ocupações, a identificação como *sem religião* é também parte de um momento do engajamento político dos estudantes, que vivenciaram o processo de subjetivação política e buscaram fazer novas escolhas, combinando elementos religiosos, práticas e convívio social em diálogo com suas próprias convicções. Contudo, é importante destacar que, como afirma Ribeiro (2019), por mais confiáveis que sejam os dados estatísticos do censo, não conseguem expressar a complexidade da “realidade cultural e religiosa brasileira” (RIBEIRO, 2019, p. 17). Outra pesquisa publicada no sítio eletrônico do Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense¹³, sobre a relação dos jovens com a religião, destacou também que “esse processo não é percebido através das opções usualmente apresentadas nos instrumentos de coleta de dados de pesquisas demográficas” (RODRIGUES, S., 2007)¹⁴.

Para os estudantes que passaram a se declarar *sem religião*, atribuindo sua desfiliação totalmente às ocupações é muito mais abrangente do que atribuição do censo demográfico. A experiência religiosa dos ocupas demonstraram alguns aspectos, importantes a serem pesquisados, mas que não são contemplados no censo. Assim, o grupo que passou a se identificar *sem religião* pós-ocupações, aponta para a possibilidade de duplas ou múltiplas pertencas e participações religiosas e famílias multireligiosas.

Outros 34,3% dos ocupas, em grande parte os que se identificam como ateus e agnósticos, não apresentam elementos e perspectivas de religiosidade em sua trajetória nas entrevistas realizadas pela Pesquisa Nacional. Novas formas de expressar a fé surgem a partir dessa relativização, pelo conhecimento e a autonomia gestada no envolvimento na militância. Novaes (2004), analisando a pesquisa “*Perfil da Juventude Brasileira*” e o censo do ano 2000, aponta *autoclassificações* que surgem diante do pertencimento religioso: a) ateu; b) agnóstico; c) sem religião. Ainda, segundo a autora, é necessário observar alguns cuidados diante dessas configurações.

O primeiro cuidado diz respeito aos sentidos das palavras “ateu”, “agnóstico” e da expressão “não ter religião”. Nada nos assegura que seus usos sejam os mesmos nem em termos de passado e presente, nem mesmo entre os jovens hoje entrevistados. Isto é, as autoclassificações dos jovens de hoje

¹³ Disponível em: <http://www.observatoriojovem.uff.br/>

¹⁴ Disponível em: <http://www.observatoriojovem.uff.br/?q=materia/como-juventude-brasileira-se-relaciona-com-religi%C3%A3o>.

têm de ser pensadas em suas inter-relações no interior do campo religioso em transformação. (NOVAES, 2005, p. 323).

É evidente que as formas de luta dos secundaristas podem perpassar pela subjetividade da experiência religiosa. Suas influências geram convergências e divergências na vida da juventude, que por sua vez podem relativizá-las em virtude do desejo de participar em outros ambientes sociais.

Portanto, é necessário também compreender como suas relações sociais formam as trajetórias juvenis e as suas *autoclassificações* na experiência religiosa e como o pragmatismo institucional exerce um peso significativo na tomada de decisão das juventudes, que vive novas experimentações de vida.

Eu fui criada por uma família cristã. Eu fazia parte de uma igreja que tem muita gente de classe média-alta. Na eleição da Dilma e do Aécio, em 2014, eu defendia a Dilma na internet, no Facebook. E aí, quando a gente ia na igreja, eu começava a me questionar. Acaba o culto as pessoas vinham conversar comigo, me criticar. Eu comecei a ficar extremamente irritada com isso, porque tipo, estou nem aí, sabe? Eu voto em que eu quiser, sabe? As pessoas da igreja começaram a me excluir, pararam de me chamar para sair, pararam de conversar comigo. Como eu gostava do Marx, eu gostava de ler filosofia, tinha professor da igreja que falava que não tinha que ficar lendo isso, que eu tenho que ler a Bíblia. Então eu deixei de ir, de acreditar em Deus. (REBECA, entrevista, Goiânia, 2019.)

Eller (2018) faz uma análise a partir da antropologia da religião, apontando o quanto o fenômeno religioso reage às influências extra-religiosas. Na perspectiva de Eller “a religião sobreviveu às investidas da modernização e secularização, revelando sua capacidade característica e quase infinita de adaptar-se a influências extra-religiosas e absorvê-las” (ELLER, 2018, p. 432). Com isso, o autor destaca que a religião se multiplica, novas experiências religiosas surgem diante da possibilidade de uma religiosidade privada e autônoma. Ao mesmo tempo em que os ocupas passam a se identificar como *sem religião*, novas formas de religiosidades ultrapassam a metodologia de coleta de dados do IBGE. As religiosidades privadas não transcendem às coletadas de dados. Elas são subjetivas e, por vezes, transitórias.

3.3.4 Atuação política do grupo religioso na época das ocupações

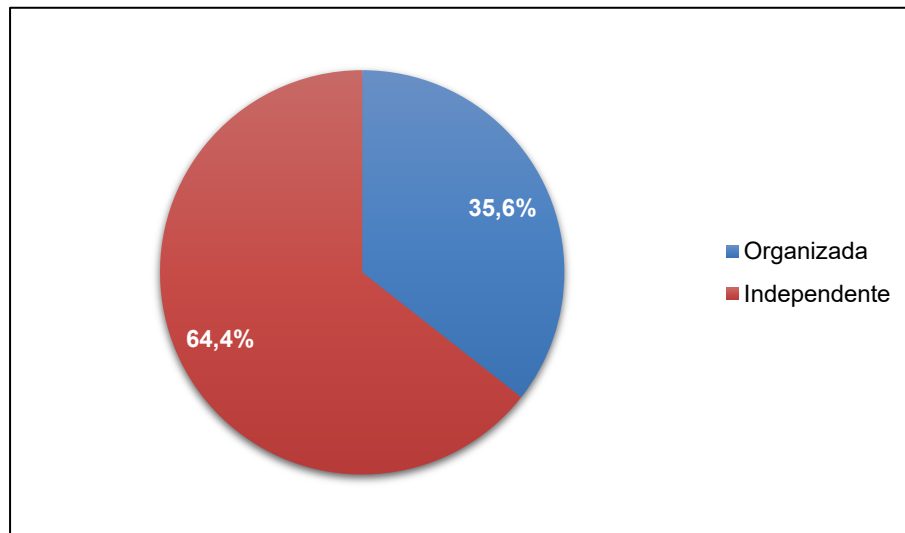
Sobre a atuação política dos estudantes com pertencimento religioso na época das ocupações, podemos destacar que o engajamento religioso oferece elementos estruturantes para a ação coletiva política. Os motivos mais evidenciados

nos dados da Pesquisa Nacional se relacionam com os mesmos anseios pelos quais os jovens atuantes nos grupos religiosos participavam de outros espaços socializadores, cujas pautas traduziam os desejos de transformação social, de ajuda ao próximo e de coletividade.

A experiência religiosa sendo subjetiva se constitui como aspecto fundamental na sua participação política. Castro (2008) destaca que “a participação política não pode desvincular-se das condições subjetivantes que darão forma ao sentimento de pertencimento à coletividade por parte dos jovens e de crianças e de como essa coletividade é representada por eles.” (CASTRO, 2008, p. 253).

O Gráfico 4 apresenta a atuação política dos ocupas com pertencimento religioso no período das ocupações.

Gráfico 4 – Atuação política dos secundaristas nas ocupações



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Assim, 64% dos ocupas com pertencimento religioso ingressaram nas ocupações de forma independente e outros 35,6% ingressaram de forma organizada. Dos ocupas que apresentaram participação política prévia, havia envolvimento com os seguintes coletivos:

- a) *Juventude partidária*: a maior parte do grupo religioso (12 ocupas) estava envolvida com coletivos políticos. Destacam-se entre eles a União da Juventude Socialista (UJS) = 6; Levante Popular da Juventude = 2;

Quilombo do PT = 1; União da Juventude e Rebelião = 1; Juntos = 1; Vamos à Luta = 1.

- b) *Grupo Religioso*: em seguida, aparece as atividades religiosas como maior envolvimento da juventude; principalmente pelas Pastorais da Juventude, sendo encontrado sete registros.
- c) *Coletivos estudantis*: Por último, não menos importante, destaca-se os coletivos estudantis, como: União Municipal dos Estudantes de Ponta Grossa (UMESP) e a Federação Nacional dos Estudantes em Ensino Técnico (FNET). Destacam-se dois registros exclusivos, sendo que parte dos ocupas envolvidos com os coletivos estudantis também pertenciam a outros espaços, como o da religião e da política.

3.3.5 Impactos das ocupações e mudanças no pertencimento religioso dos ocupas

Dos 45 estudantes que ingressaram na ocupação com pertencimento religioso ativo, 26 permaneceram com a identificação religiosa anterior às ocupações. Essa identificação refere-se aos ocupas que permaneceram com o pertencimento religioso, os não praticantes e os que se declaram religiosos, mas sem vínculos institucionais.

Ainda, 19 estudantes romperam com a religião, realizaram novas escolhas de pertencimento religioso e outros passaram a se identificar como sem religião, agnósticos e ateus. Deste grupo, destaca-se um estudante que, por influência da ocupação, passou a pertencer religião afro-brasileira.

Compreender os sentidos e motivações pelos quais os ocupas optaram pela mudança de religião nos coloca sob a complexidade de compreender as subjetividades do ser jovem e todos os aspectos que caracterizam este universo. Assim, é importante perceber que a decisão de mudança da religião está fortemente entrelaçada com o processo de subjetivação política dos estudantes. Se, por um lado, a formação política adquirida na experiência das ocupações constituíra jovens enquanto sujeitos políticos, isto também abriu o leque para questionamentos e críticas, principalmente sobre a religião.

Fernandes (2006) destaca que as decisões que levam à mudança de religião – seja as novas escolhas ou a sua ruptura – acontecem mediadas pela “relativização do papel soberano da religião na vida de cada indivíduo” (FERNANDES, 2006, p. 35).

Com a subjetivação política, a experiência religiosa é confrontada pela realidade social, na qual os ocupas buscam validar os sentimentos e as experiências vivenciadas no interior das ocupações.

A experiência de ocupar retrata que “As novas gerações encontraram novas possibilidades de participação social e política que não se restringem (ou não se aniquilam) em função de nenhum discurso absoluto seja ditado por orientações partidárias, seja ditado por instituições religiosas” (FERNANDES, 2007, p. 161). Portanto, a busca por uma experiência religiosa que dialogue com suas próprias experiências se torna cada vez mais possível diante de um quadro de trânsito e mobilidade religiosa. Assim, “a mobilidade religiosa no Brasil evoca imediatamente a noção de fluidez da adesão, ou de uma menor radicação no momento de vinculação institucional” (FERNANDES, 2006, p. 33). Para Ribeiro (2019), “sem possuir contorno fixos, os novos movimentos religiosos possuem traços flutuantes, dispersos e plurais” (RIBEIRO, 2019, p. 27).

Entretanto, o que se destaca, aqui, é o impacto da ocupação nas novas escolhas feitas pelos ocupas. As relações inter-religiosas, que serão apresentadas posteriormente, implicam em novas possibilidades e alternativas para a vivência da experiência religiosa. Diferente dos ocupas que ingressaram nas ocupações já se declarando *sem religião*, esse grupo demonstra características particulares. Essa percepção é nítida nas entrevistas realizadas, quando os ocupas respondem sobre o envolvimento com a religião antes e pós-ocupações.

Dos estudantes entrevistados, 19 apresentaram alterações e/ou novas escolhas em seu pertencimento religioso. Treze estudantes atribuem a mudança de religião totalmente à ocupação e seis atribuem parcialmente.

- a) onze estudantes evangélicos passaram a se identificar como agnósticos, ateus e sem religião;
- b) sete estudantes católicos passaram a se identificar como umbandistas, universalistas e sem religião;
- c) um estudante sem pertencimento religioso prévio passou a se identificar como umbandista.

Das motivações que levaram à ruptura com o pertencimento religioso pós-ocupação, foram citadas:

- a) influência na compreensão religiosa dos estudantes;
- b) ver a religião como algo fictício;

- c) autonomia no pensamento;
- d) senso crítico;
- e) ressignificação da crença - “acreditar em todas as energias”;
- f) despertou o interesse por conhecer outras religiões;
- g) possibilitou uma leitura diferenciada da bíblia.

Os motivos pelos quais os ocupas apontam sentidos e motivações para a ruptura do pertencimento religioso é caracterizado por Hervieu-Léger (2015) como demandas pessoais; “assuntos particulares, que dependem da consciência individual e que nenhuma instituição religiosa ou política pode impor a quem quer que seja” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 34). Dito de outra forma, a autora compreende que os valores e crenças por parte do pertencimento religioso institucional não podem isolar o indivíduo de outras esferas da vida social como, por exemplo, a participação e engajamento político. O hibridismo entre a esfera pública e privada é uma característica muito evidente entre os secundaristas, até mesmo com possíveis contradições. Ao mesmo tempo em que a instituição religiosa é alvo de críticas, ela também se torna um espaço de acolhimento para os secundaristas. Novamente, uma espécie de relativização e negociações.

Para Berger (2018), a religião é produtora de sentidos, mas não é somente ela que atribui aos jovens significados e modos de interpretar a vida. O processo de secularização realocou a função da religião na sociedade que, por sua vez, oferece aos jovens inúmeras possibilidades. Na perspectiva de Sofiati, Oliveira e Goos (2019, p. 137) “os jovens já não aceitam que as igrejas são as únicas produtoras de sentidos sagrados, nem portadoras exclusivas de verdades religiosas”. Ainda, para os autores, os jovens passam a não se sentir culpados ao questionar instituições religiosas ou, até mesmo, assumir um estilo de vida que é condenado por ela (SOFIATI; OLIVEIRA; GOOS, 2019).

Os secundaristas que romperam com a religião no pós-ocupação demonstram, por meio dos motivos citados, descontentamentos, desejo de mudança e ruptura com hierarquias estabelecidas. Demonstam que o vínculo institucional com a religião não é um fator prioritário. Há entre este grupo uma clara distinção entre crer e pertencer.

Assim, Ribeiro (2019) destaca que as formas da mudança de religião “são herança da autonomização dos indivíduos, que diante do enfraquecimento institucional das religiões, [...] teriam ao seu dispor a possibilidade de comporem e recomporem suas próprias identidades religiosas” (RIBEIRO, 2019, p. 29). A esse

fenômeno, utilizamos o conceito de “(re)construção de identidade religiosa” (A (RE)CONSTRUÇÃO..., 2012), no qual os valores hierárquicos e institucionais não dão conta de compreender a busca subjetiva dos jovens por elementos e símbolos que se comuniquem melhor com eles. Estamos diante de uma juventude que não tem fronteiras, que, como afirmado no início, é plural. Tal pluralidade traz consigo múltiplas possibilidades, não só de exercer a fé, mas também em pensar o debate político no espaço público e no modo de olhar os temas ligados à ética e aos direitos humanos (RIBEIRO, 2019).

3.4 RELAÇÕES INTERRELIGIOSAS NO INTERIOR DAS OCUPAÇÕES E PROCESSOS EDUCATIVOS

Relações entre religiões têm sido fruto da pluralidade religiosa e das constantes transformações do campo religioso brasileiro. Se, por um lado, tais relações se apresentam como fruto dos novos tempos, também fazem emergir novas possibilidades para articulações entre a presença pública e privada da religiosidade, evidenciando sua pluralidade e pontes para o fortalecimento da democracia (RIBEIRO, 2018a). Aqui, vale mencionar a diferença entre as relações religiosas e o diálogo inter-religioso. Barreto Júnior (2019) assim define essa diferença: “as relações inter-religiosas podem ser bem informais, e acontecem tanto no âmbito da vida pessoal como coletiva. O diálogo, por sua vez, é algo mais intencional e estruturado” (BARRETO JÚNIOR, 2019, p. 65).

É essa relação informal que encontramos no interior das ocupações: o encontro de diversos estudantes, com suas respectivas identificações religiosas, no mesmo espaço, com as mesmas pautas de luta. Mesmo sendo um evento irreligioso, as ocupações se tornaram um espaço onde a alteridade se transforma em prática e acolhimento. Sua dimensão educativa possibilita uma aprendizagem consigo mesmo e com o outro, com um forte componente dialógico (BARRETO JÚNIOR, 2019).

A visibilidade da pluralidade religiosa da juventude, mesmo entre aqueles que se identificam como *sem religião* é outro destaque que as ocupações trouxeram. Entre um número muito expressivo de ocupas que ingressam nas ocupações com pertencimento religioso ativo, estavam presentes 10 denominações religiosas, entre as tradicionais e históricas até pentecostais e as religiões afro-brasileiras.

Em uma escola ocupada em Belém–PA, uma roda de conversa possibilitou um debate sobre a diversidade religiosa diante de um histórico de assaltos na instituição. Quando outra estudante, evangélica, sugeriu que fosse feita uma oração antes de dormir, outros ocupas questionaram por que não fazer uma prece, por exemplo, diante de tal diversidade.

Como tinham várias vertentes, isso gerou um debate bem saudável antes da dormida, de porque não fazer uma prece candómbé ou por que não, entendeu? Inclusive a moça que sugeriu o debate era evangélica e falou muito bem sobre a questão de a gente preservar as nossas raízes. Eu, por exemplo, eu sou muito suspeito a falar sobre qualquer religião. Apesar de morar em uma cidade que tem uma vertente muito forte de religiosidade, seja ela católica ou evangélica ou qualquer matriz africana, eu não sigo nenhuma religião, mas eu estou preparado para debater. Fazer um debate sobre a importância, não só estudar quem foi Pedro, quem foi Jesus Cristo na sala de aula, mas estudar todas as matrizes dentro do que diz respeito ao ensino religioso. Então, surgiu um debate e a nossa noite foi essa. (TERRY, entrevista, Belém-PA, 2019.)

É importante, no entanto, destacar Ribeiro (2018b) e sua compreensão de “alteridade ecumênica” (2018b, p. 112) como possibilidade de relacionamento com outras vivências e experiências. Obviamente, pensar em ecumenismo¹⁵ demandaria um aprofundamento muito mais abrangente, que não é o foco neste momento. No entanto, me apropriado do conceito e sua interpretação para pensar nas relações inter-religiosas existentes nas ocupações. Ribeiro (2018b) ainda destaca que, para o campo da Ciência da Religião, o princípio da alteridade é a capacidade de obter uma “melhor compreensão do outro, [e não o ver] como exótico, como inimigo” (RIBEIRO, 2018b, p. 112).

Se a religião constitui percepções pessoais, certamente isso reverberará nas relações comunitárias, estabelecendo libertação e/ou opressão. Do ponto de vista da educação, podemos dizer que a aprendizagem nas relações inter-religiosas se configura em alteridade, respeito, valorização, diversidade e problematização de estruturas e fatos religiosos que geram racismos e intolerância.

¹⁵ Ecumenismo é o termo dado ao processo que visa promover a unidade das mais diversas expressões religiosas, sobretudo as cristãs, valorizando a diversidade e o compromisso mútuo com a sociedade. Entende-se desta forma, que se trata de algo mais elaborado, estruturado e intencional (BARRETO JÚNIOR, 2019; SOUZA, 2021). Na experiência das ocupações secundaristas, o encontro e a unidade da diversidade religiosa aconteceram sem que fosse pré-estabelecidas. Assim sendo, apresentamos o conceito de relações inter-religiosas como uma possibilidade não institucional de encontro e intercâmbios.

A ocupação serviu, porque nas madrugadas a gente conversava de tudo, então você aprende sobre novas religiões e assim, falar de empatia. Eu não considero que eu tenha religião, mas também não considero que eu não tenha fé. Mas as ocupações influenciaram nesse sentido de assuntos, conversas, pessoas, que você vai conhecendo outras coisas e esse fator de empatia também, de você ver o outro. (NAKAS, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2019.)

Os processos educativos que destacamos nos permitem perceber a religião como fenômeno humano, aberto para a superação da violência, do racismo e da intolerância que, por vezes, ganham espaços em discursos autoritários e fundamentalistas, daqueles que mantêm o poder econômico e midiático em suas mãos. Ao olhar para as relações religiosas no interior das ocupações, percebemos, entre os ocupas, a possibilidade de conhecerem novas religiões, desfazer preconceitos – sobretudo com as religiões afro-brasileiras – e de acreditar nas pessoas que ali estavam, bem como a empregabilidade da espiritualidade como força para a luta política, a empatia e a alteridade.

Não, foi, acho que a ocupação contribuiu. Por quê? Porque a gente tem discussões, a gente sempre tinha roda de conversa e nisso a gente já trocando conhecimentos. Você conserva alguma relação de amizade, profissional ou social com as pessoas. (SUZAN, entrevista, Diadema/SP, 2020).

Pensar na perspectiva de uma juventude plural é o desafio que novamente mencionamos aqui. Há mais de uma década e meia, Abramo e Branco (2005), além de outros pesquisadores, têm defendido o grande mosaico da juventude brasileira, reafirmado nas pesquisas mais recentes que integram juventude e religião, destacado por Novaes (2018). E, ainda assim, é notório que há poucos estudos que correlacionam adesão religiosa e escola, principalmente valorizando as relações tidas como exemplos nas ocupações (PORELLI; ZAN, 2020).

[...] tinham pessoas que estavam fazendo um monte de descanso de guarda se não me engano que era um ritual no candomblé que você tem que ficar com a cabeça coberta durante o tempo e isso foi muito aceito na ocupação do colégio. Teve muitas pessoas que fizeram esse descanso e falaram que se tivesse aula elas não iriam, por estar nesse período e por estar na ocupação elas se sentiram à vontade de ir por motivos particulares e isso eu achei bem legal. Teve um cine debate que foi sobre religiosidade e nós vimos: Pô, tinha religião que eu nem sabia que existia o pessoal do colégio que eu convivia. Isso também legal para mim hoje em dia, eu tenho uma percepção de religião muito mais tolerante, não que eu era intolerante, mas eu digo tolerante no sentido de diversidade, hoje eu conheço mais religiões, consigo distinguir mais. (LEONIS, entrevista, Rio de Janeiro/RJ, 2020.)

Novaes (2012), ao refletir sobre o envolvimento da juventude religiosa no espaço público, destaca que “certas apropriações de diversidade religiosa e de direitos humanos produzem efeitos de renovação do fazer político e justificam presenças de jovens religiosamente motivados nos embates que se dão no espaço público” (NOVAES, 2012, p. 204).

Se para Barreto Júnior (2019) as relações inter-religiosas são informais e acontecem em diversos momentos da vida, elas também são uma ponte para o diálogo inter-religioso, de forma mais estruturada. Teixeira (2003) afirma que “o diálogo inter-religioso demonstra a possibilidade de uma nova perspectiva de atuação das religiões ao reconhecer que essas podem exercer um papel significativo na construção de uma ética da superação da violência” (TEIXEIRA, 2003, p. 21)

Certos de que o movimento de ocupação das escolas trouxera uma nova perspectiva para o engajamento político da juventude, como força para a transformação social, pressupõe-se que, unido às relações inter-religiosas, cria-se uma ponte para o fortalecimento da democracia, laicidade e liberdade de expressão de todas as crenças.

4 TRAJETÓRIAS DAS ESPIRITUALIDADES JUVENIS

Sabia que a religião é uma linguagem?
 Um jeito de falar sobre o mundo...
 Em tudo, a presença da esperança e do sentido...
 Religião é a tapeçaria que a esperança constrói com palavras.
 E sobre essas redes as pessoas se deitam.
 E, deitam-se sobre palavras amarradas umas nas outras.
 Como é que as palavra se amarram?
 É simples.
 Com o desejo.
 Só que, às vezes, as redes do amor viram mortalhas de medo.
 Redes que podem falar da vida e podem falar da morte.
 E tudo se faz com as palavras e o desejo.
 Por isso, para entender a religião, é necessário entender o caminho da linguagem. (ALVES, 1999, p. 5).

O percurso metodológico da pesquisa buscou valorizar as experiências dos ocupas, dando ouvidos a quem viveu a experiência de se formar sujeito político durante um período que marcou o engajamento juvenil na política. Experiência que se entrelaça com diversas esferas da vida humana, atribuindo sentido, conexões e até mesmo a reinvenção do cotidiano.

Apresentados os dados da Pesquisa Nacional, pretende-se, nesta seção aprofundar e descrever os temas que mais se destacaram nas entrevistas, relacionando-os com a experiência religiosa e o processo de subjetivação política vivenciado no interior das ocupações, observando os critérios destacados na metodologia. Foram realizadas as quatro novas entrevistas, descritas no Quadro 5, que são a base desta seção.

Quadro 5 – Caracterização dos secundaristas entrevistados pela segunda vez

(Continua)

Pseudônimo/ Estado	Idade em 2021	Orientação Sexual	Raça	Pertencimento religioso antes e pós- ocupação
Ana Clara (MG)	20	Lésbica	Branca	Ingressou nas ocupações com pertencimento religioso evangélico e agora se identifica como agnóstica.
Tatá (MG)	22	Homossexual	Negro	Com as ocupações sentiu-se motivado a aderir à Umbanda, religião da família.
Guilherme (PR)	21	Homossexual	Branco	Ingressou nas ocupações em meio ao processo de desfiliação da Igreja Católica e hoje se declara ateu.

Quadro 5 – Caracterização dos secundaristas entrevistados pela segunda vez

(Conclusão)

Pseudônimo/ Estado	Idade em 2021	Orientação Sexual	Raça	Pertencimento religioso antes e pós- ocupação
Josy (PA)	22	Heterossexual	Negra	Ingressou nas ocupações com pertencimento religioso na Igreja Católica e hoje se declara como Umbandista

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os Quadros 6 e 7 apresentam uma síntese de outras dimensões socializadoras que compõem as trajetórias das quatro pessoas que foram entrevistadas novamente. Os quadros nos ajudam a compreender os sentidos e motivações atrelados à experiência religiosa e suas possíveis escolhas. No Quadro 6, observa-se a trajetória escolar dos ocupas entrevistados. Dois estudantes cursaram o Ensino Fundamental e/ou parte do Ensino Médio em uma escola confessional cristã (católica e evangélica). Outros dois entrevistados são integralmente oriundos de escola pública.

Quadro 6 – Trajetória escolares de secundaristas entrevistados pela segunda vez

Pseudônimo	Ensino Fundamental e Médio	Ensino Superior
Ana Clara	Estudou em duas escolas confessionais evangélicas durante o Ensino Fundamental e em parte do Ensino Médio.	Atualmente está cursando Serviço Social em uma universidade federal no interior do estado de Minas Gerais.
Tatá	Cursou o Ensino Fundamental e médio em escola pública.	Atualmente está cursando Pedagogia em uma universidade pública no interior do estado de Minas Gerais.
Guilherme	Estudou em uma escola confessional católica durante o Ensino Fundamental.	Atualmente está cursando Pedagogia em uma universidade pública no interior do estado do Paraná.
Josy	Cursou o Ensino Fundamental e médio em escola pública.	Atualmente está cursando Direito em uma universidade privada, realizando estágio em uma instituição de defesa dos direitos humanos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Quadro 7 – Atuação política pós-ocupação de secundaristas entrevistados pela segunda vez

(Continua)

Pseudônimo	Atuação Política no momento da ocupação	Atuação política pós-ocupação
Ana Clara	Participante da UJS (União da Juventude Socialista) e atuante no movimento estudantil	Se afastou da militância por causa da pandemia causada pela Covid-19, além de optar por dedicar-se aos estudos e ao cuidado da saúde mental. Para Ana Clara, conciliar estudos, demandas de vida pessoal e militância é um grande desafio.
Tatá	Participante do grêmio estudantil e da Juventude do PT (Partido dos Trabalhadores).	Atualmente é o presidente do Diretório Acadêmico da universidade onde é aluno, sendo o secretário geral do DCE (Diretório Central Estudantil). Em 2019 se filiou ao PT (Partido dos Trabalhadores).
Guilherme	Participante da UJS.	Recomeçou o Diretório Central dos Estudantes da universidade onde cursa o Ensino Superior, sendo eleito também para o conselho universitário da mesma instituição de ensino. Se filiou ao PCdoB (Partido Comunista do Brasil) e se candidatou a vereador de seu município.
Josy	Participante da Pastoral da Juventude na Igreja Católica.	Atualmente atua ajudando crianças e moradores de rua em seu bairro, sem ligação com partidos e coletivos políticos.

Fonte: Elaborado (2022).

Sobre os relatos da experiência de estudar em uma escola confessional, os dois estudantes compartilham que as reflexões propostas no ambiente escolar não possibilitavam um debate crítico, embora os valores religiosos de alteridade e *amor ao próximo* fossem compartilhados e, de alguma forma, tenham contribuído com sua formação política.

Sobre a atuação política, dois estudantes deixaram de participar de coletivos ou movimentos organizados e dois estudantes encararam novas participações políticas, como filiação a partidos e continuidade de liderança nos movimentos estudantis.

Apresentados os dados que compõem a trajetória dos secundaristas entrevistados, buscaremos relacionar a experiência religiosa dos respectivos estudantes com o processo de subjetivação política vivenciado nas ocupações secundaristas, a partir de Castro (2008), Rancière (1996a, 2014) e as produções publicadas pela Pesquisa Nacional. Para Groppo (2018b), a discussão sobre subjetivação política é feita pela Pesquisa Nacional com o objetivo de compreender a atuação nas ocupações como dissenso e espaço criador. Assim, quanto à

participação e formação política da juventude, os resultados da Pesquisa Nacional que foram publicados nos últimos dois anos destacaram que

[...] a formação de sujeitos políticos tem sido concebida a partir da noção da noção de subjetivação política de Jacques Rancière (1996), noção essa que possibilita compreender a constituição de adolescentes e jovens em sujeitos políticos como processo complexo, criativo, tenso, relacional e sempre inconcluso, no qual tais jovens também são atuantes e, em parte, autoconstroem-se na mesma medida em que se constroem em suas relações com pessoas adultas. (GROPPO; OLIVEIRA, 2021, p. 2).

Nas palavras de Rancière (1996a):

A política é assunto de sujeitos, ou melhor, de modos de subjetivação. Por subjetivação vamos entender a produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis num campo de experiência dado, cuja identificação, portanto, caminha a par com a reconfiguração do campo da experiência. [...] A subjetivação política produz um múltiplo que não era dado na constituição policial da comunidade, um cuja contagem que não era dado na constituição policial da comunidade, um múltiplo cuja contagem se põe como contraditória com a lógica policial. (RANCIÈRE, 1996a, p. 78).

De acordo com Groppo e Silva (2020), o conceito de subjetivação política dado por Rancière (2014) pode ser aplicado para a compreensão da experiência das ocupações:

A subjetivação política é sobretudo um processo de desidentificação, que rompe ou abala as funções sociais esperadas de quem, na normalidade da “ordem policial”, associava sua função social a um status desigual no corpo social (RANCIÈRE, 2014). Nas ocupações, trata-se da possibilidade de ruptura em relação às funções e o status de adolescente e aluna e aluno. (GROPPO; SILVA, 2020, p. 412).

E então, qual seria a possível relação da religião com o processo de subjetivação política? O conceito de política apresentado por Rancière (1996a, 2014) não se confunde com a política exercida por aqueles que institucionalmente exercem o governo – mais bem descrita pelo termo *polícia*. Sua compreensão está baseada em uma ação coletiva que revela uma igualdade fundamental entre os seres humanos, deslocando a diferença do lugar da desigualdade, gerando uma ação política autônoma que parece servir como um *antídoto ao mal-estar da civilização*. Tal sentido parece destoar do que atualmente tem se notabilizado como o sentido da crescente inserção de movimentos religiosos na política, com caráter reacionário e advogando segundo seus próprios interesses políticos.

As novas entrevistas realizadas, cujo foco era a experiência política e suas relações com as instituições religiosas, podem mostrar o quanto a religião provocou tensões na formação política dos ex-ocupas, mesmo no caso do ocupa Tatá, que fez uma adesão religiosa motivado pela experiência de ocupar. A ação dos secundaristas se torna exclusiva, uma vez que, por sua autonomia, não estavam subjugados aos líderes religiosos – que com base nas palavras de Rancière (1996b), podemos chamá-los de *líderes religiosos populistas* – e nem àqueles que se dizem *líderes religiosos democratas*. Isto não quer dizer que a experiência religiosa dos ocupas não tenha sido, de algum modo, influente para a ocupação, como vimos nas seções anteriores. Mas a política das ocupações rompeu ou negou a política das negociações, do poder e da segregação. A experiência do dissenso rompe a fronteira da política, alcançando a vivência religiosa dos estudantes.

É possível perceber a ambiguidade da religião e dos processos socializadores que a compõe nas experiências religiosas dos ocupas. Em parte, notam-se ações que valorizam o estado democrático, atuando na promoção da vida e da justiça, como exemplo da Teologia da Libertação nas experiências religiosas mais progressistas. Por outro lado, e em evidência, há um número crescente de adeptos das teologias neoliberais e reacionárias que, nas palavras de Rancière (2014), produzem um *mal-estar na civilização*.

Portanto, a partir de uma aproximação com a noção de subjetivação política dada por Rancière (1996b, a, 2014), buscarei perceber o quanto as relações entre política e religião, nas trajetórias pessoais, podem ser tensas e até conflituosas, impactando diretamente no pertencimento religioso das pessoas que foram novamente entrevistadas.

4.1 ANTES DE TUDO, AFETO E ESPERANÇA

Os sentimentos estão presentes nas relações humanas e, ainda que possamos diferenciá-las entre experiência humana e experiência religiosa, ambas se entrelaçam. Compreender a experiência religiosa como experiência humana e social pode ser um ponto de partida interessante, quando se pensa no modo como os ocupas definem o conceito de religião. Entender as definições sobre religião dadas pelos estudantes pode nos ajudar a compreender o quanto ela afeta e é afetada pelo processo de subjetivação política. Muito se aproxima da definição dada por Croatto

(2010), que analisa a experiência religiosa como uma experiência relacional, intersubjetiva, capaz de suprir as necessidades pessoais por *realidades transcendent*es. Dito pelos ocupas, religião é um modo de vida, uma organização social e política. É encarada como uma manifestação humana que o conecta com o mundo e com o outro. Concebe-se o ser humano como imanentemente espiritual.

Assim, as definições dadas pelos ocupas assumem a dimensão sociológica da religião, abordada nesta pesquisa, que busca entendê-la como um empreendimento humano, cujas experiências subjetivas se tornam objetivas na dinâmica social da vida humana. Essa é a razão pela qual se busca compreender o papel da experiência religiosa no enfrentamento daquelas situações da vida em que parecem faltar, às pessoas, respostas objetivas. Por considerarmos como um empreendimento humano, a religião se recria, assim como a experiência religiosa (BERGER, 2018).

Os símbolos religiosos que atuam no processo de representações políticas são alterados frequentemente, na expectativa de oferecer respostas que, na perspectiva de Berger (2018), se misturam com a própria história de construção do mundo.

Religião para mim é uma filosofia de organização de vida. Uma organização social, cultural, política e econômica. É uma forma de expressão entre as pessoas, suas expectativas de vida, entre doutrinas, dogmas e ritos. (GUILHERME, entrevista, Ponta Grossa/PR, 2021)

Religião é a manifestação da nossa necessidade humana de apego a algo que nos deixa livre, confortável, com sentimento que somente nós conseguimos conceber. Então, o que eu quero dizer com isso: a religião para mim é o momento onde eu vou manifestar tudo aquilo que eu preciso como ser humano. [...] É esse momento, que eu vou poder manifestar esse apego, que vai me deixar bem. (TATÁ, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2021)

Religião é um espaço que te conecta com o Santíssimo, com aquilo que você acredita. É um espaço de paz, onde você encontra força e tranquilidade. (JOSY, entrevista, Belém/PA, 2021).

Religião para mim, com o tempo, se tornou várias coisas na minha cabeça, tiveram vários significados. Mas eu acho que simboliza um momento em que você se conecta com sua espiritualidade. Uma coisa que te faz bem, que acrescenta na sua vida e na vida da comunidade, que frequenta aquele mesmo lugar. Para mim é isso, é muito mais ações que um conjunto de regras ou dogmas. [ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2021.]

Os relatos obtidos nas entrevistas analisadas apontam para a dimensão objetiva¹⁶ da experiência religiosa na gestão das emoções e no trato com as diversidades, o que atenuava os desafios vivenciados na ocupação. É nesse momento que a experiência religiosa (subjetiva) se torna objetiva. Ela ganha forma nas palavras, ações, canções entoadas e posicionamentos políticos.

Além dos dados analisados especificamente nesta seção, é importante mencionar os resultados iniciais que a equipe de pesquisa do Estado do Ceará vem desenvolvendo com uma importante análise sobre as emoções, não somente como possibilidade de interpretação dos dados, mas no significado das emoções como possibilidade de ação. Durante o II Seminário de Pesquisa sobre as Ocupações Secundaristas no Brasil em 2015 e 2016¹⁷, foi destacado um olhar sobre os afetos no processo de formação política, considerando que:

A memória das emoções traz indícios do processo formativo vivido por estas pessoas, tanto nas ocupações quanto no que fizeram e o que fazem com essa experiência: nos seus engajamentos e desengajamentos políticos; nas suas trajetórias escolares; na relação com sua família; e nas expectativas e desilusões com o tempo presente. (GROPPO; SOUSA, 2022, p. 16).

O campo das experiências religiosas também pode ser observado a partir dos afetos, no que fizeram e fazem a partir das emoções. Para Tatá, a religião é o que lhe dava forças para seguir nas ocupações, mesmo diante de tantos desafetos e desafios sobre qual estava inserido.

Na ocupação em Juiz de Fora/MG, os estudantes entoavam duas músicas, que embora de estilos diferentes, retratavam o sentimento dos ocupas. De um lado, a música gospel “*Raridade*”, cantada por Anderson Freire e de outro, a música “*Por enquanto*” do compositor Renato Russo. Mesmo com um público tão plural, as canções se tornaram *músicas da ocupação*.

Era as duas músicas que a gente falava que era a música da ocupação, a gente sempre escutava e tal. [...] Eu só sei que todo mundo chorava, gostava de cantar aquilo ali durante a ocupação [...] E chorava mesmo... e a ocupação foi acabando, porque a gente tinha feito um acordo com o ministério público na época, foram 3 ou 4 meses de ocupação, quando ia acabar, a gente sabia que a gente teria um período para sair de lá, não foi no susto assim, vamos ir embora hoje, então quando ia chegando no final, que a gente ia ficando triste

¹⁶ Por dimensão objetiva da experiência religiosa, entende-se como aplicação dos princípios e valores transmitidos pela religião na atuação dos estudantes no espaço público.

¹⁷ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=miemwKrb3uc&ab_channel=UNIFAL-MG

e saudoso, daquilo o que tinha acontecido, a gente ficava cantando. (ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2021).

Ambas as canções, como destacado a seguir, exemplificam a subjetividade vivenciada no movimento. Embora não se tenha derrubado as propostas autoritárias em relação à educação na época das ocupações, o sentimento era de que a experiência obtida se tornara um ganho muito maior. A percepção de que “*algo mudou*” e “*não chore se o mundo não notou*”, são dois aspectos subjetivos da experiência humana. Como afirma Croatto (2010), a experiência humana é relacional, e a religiosa mais ainda, já que ela busca interligar a realidade humana com o sagrado.

Raridade

Não consigo ir além do teu olhar
Tudo o que eu consigo é imaginar
A riqueza que existe dentro de você
O ouro eu consigo só admirar
Mas te olhando eu posso a Deus adorar
Sua alma é um bem que nunca envelhecerá

O pecado não consegue esconder
A marca de Jesus que existe em você
O que você fez ou deixou de fazer
Não mudou o início, Deus escolheu você

Sua raridade não está
Naquilo que você possui
Ou que sabe fazer
Isso é mistério de Deus com você

Você é um espelho que reflete
A imagem do Senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer
O seu valor

Você é precioso, mais raro que o ouro
Puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar se o mundo te fizer cair

O ouro eu consigo só admirar
Mas te olhando eu posso a Deus adorar
Sua alma é um bem que nunca envelhecerá

O pecado não consegue esconder
A marca de Jesus que existe em você
O que você fez ou deixou de fazer
Não mudou o início, Deus escolheu você

Sua raridade não está
Naquilo que você possui
Ou que sabe fazer

Isso é mistério de Deus com você

Você é um espelho que reflete
A imagem do Senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer
O seu valor

Você é precioso, mais raro que o ouro
Puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair

Você é um espelho que reflete
A imagem do Senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer
O seu valor

Você é precioso, mais raro que o ouro
Puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair

Você é um espelho que reflete
A imagem do Senhor
Não chore se o mundo ainda não notou
Já é o bastante Deus reconhecer
O seu valor

Você é precioso, mais raro que o ouro
Puro de Ofir
Se você desistiu, Deus não vai desistir
Ele está aqui pra te levantar
Se o mundo te fizer cair. (FREIRE, A., 2013)¹⁸.

As canções retratam poeticamente o processo de subjetivação política. Aquele que acontece não apenas quando as lutas são vencidas, mas quando a experiência nos marca. É assim que Bondía (2002) compreende a experiência, afirmando que ela “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. [...] A cada dia se passam muitas coisas, porém ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (BONDÍA, 2002, p. 21).

Mudaram as estações

Mudaram as estações, nada mudou
Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
Tá tudo assim, tão diferente
Se lembra quando a gente chegou um dia acreditar
Que tudo era pra sempre, sem saber

¹⁸ Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/anderson-freire/raridade/>

Que o pra sempre, sempre acaba
 Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
 Quando penso em alguém, só penso em você
 E aí então, estamos bem
 Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
 Nem desistir nem tentar agora tanto faz
 Estamos indo de volta pra casa
 Mudaram as estações, nada mudou
 Mas eu sei que alguma coisa aconteceu
 Tá tudo assim, tão diferente
 Se lembra quando a gente chegou um dia acreditar
 Que tudo era pra sempre, sem saber
 Que o pra sempre, sempre acaba
 Mas nada vai conseguir mudar o que ficou
 Quando penso em alguém, só penso em você
 E aí então, estamos bem
 Mesmo com tantos motivos pra deixar tudo como está
 Nem desistir nem tentar agora tanto faz
 Estamos indo de volta pra casa. (RUSSO, 1985)¹⁹.

Entre os quatro novos entrevistados, não se percebem conflitos religiosos interpessoais. Os relatos que apontam para outras práticas religiosas entre os ocupas que professavam confissão de fé diferente do grupo majoritário, demonstram diálogo, respeito e compreensão em relação aos demais. Em alguns casos, os ocupas explicavam uns aos outros as motivações dos ritos por eles praticados.

Tinha um menino e outras pessoas que eram ligadas as religiões de matrizes africanas; elas não faziam nenhuma oração ou manifestação direta, mas esse menino, acho que era uma sexta-feira, ele tinha que ficar todo de branco e tal. Aí ele só explicou pra gente que ele tinha que usar por conta do dia, por causa da religião dele. [...] A gente nunca teve um embate direto em relação a religião de ninguém, era bem tranquilo mesmo. (ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2021).

Tiveram pessoas que estavam com problemas espirituais, que eram de religiões de matrizes africanas; tiveram problema de manifestações religiosas e quem ajudou foi uma pessoa de matriz africana também. [...] Tiveram manifestações de matriz africana e da igreja. O pessoal fazia suas células, seus cultos e quando acabava, a gente voltava e cozinhava. Eu presenciei duas manifestações cristãs, inclusive competição de canto. As meninas cantavam hinos da igreja, aí a gente aplaudia. [...] Se na igreja tem, na escola não vai ter? a ocupação não vai ter? Eu tive o prazer de presenciar e aprender com essas duas manifestações. (TATÁ, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2021)

Se, por um lado, não foi possível identificar conflitos interpessoais no interior das ocupações, parece-nos que entre a comunidade externa, os conflitos estavam evidentes. Em Belém/PA, pais dos secundaristas acusavam a ocupação como *coisa*

¹⁹ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/renato-russo/243674/>.

do demônio. No entanto, as acusações não atingiram o ambiente interno da ocupação – “a gente fingia que não escutava, sabe?” afirmou Josy.

Tinha gente que falava que era coisa do demônio, os crentes, não é? Que aquilo era um movimento do demônio, porque nós éramos crianças, não sabíamos o que estávamos falando, que era o diabo usando a gente. (JOSY, entrevista, Belém/PA, 2021).

Em Poços de Caldas/MG, uma pastora evangélica pregava contra a ocupação em seus cultos e nas redes sociais, agredindo verbalmente os secundaristas.

Nos chamando de esquerdopatas e vagabundos. Mandou a gente lavar o banheiro da nossa casa, falou pra gente trabalhar porque nós não trabalhávamos e por isso nós estávamos fazendo palhaçada. Falou que nós deveríamos ajudar em casa [...] E você ver uma pastora assim, posta no facebook contra e somos uma sociedade fundamentada num berço greco-romano-católico e agora, protestante, “graças” ao capitalismo. (HAVE, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2018).

As duas experiências que evidenciam conflitos religiosos exteriores à ocupação não interferiram na atuação e propósito do movimento. Ambas refletem também a inquietação de pais e comunidade que não aceitavam o protesto, alegando que os jovens estariam *perdendo aula*. Nos parece que, além de forçar a ideia de que jovem não tem idade para fazer política, há uma demonização da atitude dos secundaristas que rompem com as velhas práticas políticas. Sobre os estudantes que pertenciam ao grupo religioso da respectiva pastora, *não deram ouvidos* aos xingamentos da pastora e dos pais evangélicos dos respectivos relatos acima.

4.2 DA EXPERIÊNCIA RELIGIOSA À SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

A autoformação política dos sujeitos participantes das ocupações é o eixo central da Pesquisa Nacional, cujos resultados demonstram impactos significativos na trajetória dos estudantes. No entanto, quais são os conflitos entre a experiência religiosa institucionalizada e autoformação política na ação coletiva? Conforme os dados apresentados na segunda seção, observa-se que o distanciamento da religião institucionalizada ganhou destaque, pelo número de ocupas que declararam alterações em seu pertencimento religioso devido à experiência de ocupar. Embora seja possível destacar inúmeras experiências e relatos, partirei para uma análise

micro e transversal, observando os relatos de quatro pessoas que foram novamente entrevistadas, um ou dois anos após a primeira entrevista.

Para Ana Clara, o afastamento da religião institucionalizada ocorre simultaneamente com a experiência de subjetivação política. A ocupa afirma que o envolvimento com a ocupação e o movimento estudantil possibilitou uma *tomada de consciência política* que, mesmo antes da ocupação, vinha se desenvolvendo em um processo de desfiliação religiosa. A experiência de ocupar teria sido momento crucial para a tomada de decisão. Filha de pastores evangélicos, a ocupa não descarta que os valores vivenciados em sua participação na igreja evangélica tenham sido fundamentais para seu engajamento político. O relato de Ana Clara não difere também dos dados apresentados na seção 2 desta pesquisa, mas reforça a dimensão educativa da experiência religiosa no que tange ao exercício da empatia e alteridade. Se trata da percepção de que um mesmo espaço religioso acolhe pessoas de diferentes estratos sociais, o que leva a considerar a necessidade de uma consciência política de acolhimento e valorização da diversidade. Não só a participação na igreja, mas também na escola confessional onde cursou o Ensino Fundamental, atuou na formação dos respectivos valores.

No entanto, a religião institucionalizada perdeu o sentido para Ana Clara. Mesmo gostando de participar dos eventos e ainda sentindo falta, as questões políticas se tornaram o principal motivo para sua desfiliação. Alega que uma leitura extremamente conservadora da igreja no Brasil e suas dificuldades em lidar com pautas sociais importantes para a sociedade geraram conflitos, no choque com a experiência que vinha desenvolvendo de subjetivação política.

O caso de Guilherme não é diferente do de Ana Clara. Envolvido na Igreja Católica, participou de diversos projetos desenvolvidos por ela. É nesse espaço que Guilherme percebeu que o amor ao próximo deveria ser julgado como um ato político, para além das poesias vivenciadas nos cânticos, preces e sermões. Ingressar nas ocupações é resultado de um processo formativo vivenciado no interior da Igreja Católica que, além dos valores compartilhados, resultou na formação humana de Guilherme. “Tudo isso eu peguei e transformei politicamente” (GUILHERME, entrevista, Ponta Grossa/PR, 2021), afirma em relação às narrativas da experiência religiosa.

Mesmo reconhecendo o papel positivo da experiência religiosa em sua trajetória, Guilherme destaca que a “igreja não o representava mais”, dadas as suas

escolhas de vida e posicionamento político. O seu processo de desfiliação religiosa acontece quando Guilherme começa a politizar os temas relacionados à violência contra a mulher, moradores de rua e outras demandas sociais. Nas palavras do secundarista, “é preciso dar nome aos problemas, é preciso justificar esse amor!”.

Foi então que Guilherme entendeu que não haveria possibilidade de ter uma religião. Nenhuma o representava mais. Não representava seus interesses políticos pessoais. Sua justificativa é que os interesses das igrejas cristãs no envolvimento político eram prioritariamente econômicos, de modo que parte do cenário político atual do Brasil teria resultado fundamentalmente das pautas apresentadas por este grupo religioso. Se trata de um contexto político mais geral que o influenciou significativamente. E a experiência de ocupar se tornou fundamental para pensar criticamente sua desfiliação religiosa e até mesmo para assumir sua condição de ateu.

4.3 O PROCESSO DE DESFILIAÇÃO RELIGIOSA

Os ocupas entrevistados demonstraram uma ruptura em seu pertencimento religioso pós-ocupações. Ainda que alguns caminhassem para o processo de desfiliação religiosa antes de ingressar na ocupação, todos apontam que o movimento repercutiu significativamente em suas tomadas de decisão. Os quatro estudantes confirmam outro dado apresentado na pesquisa, em que a maioria dos estudantes atribuíram a mudança de religião integralmente à ocupação, seguido dos mais diversos motivos que, posteriormente, serão compartilhados.

O processo de desvinculação religiosa entre a juventude carrega uma dualidade, entre a livre escolha e os conflitos advindos da decisão em romper com a religião tradicional da família e, até mesmo, por aceitar sua própria sexualidade, como no caso dos ocupas. Em uma entrevista, a pesquisadora Silvia Fernandes (UFRRJ), expondo dados de sua pesquisa sobre jovens sem religião, agnósticos e ateus no estado do Rio de Janeiro, especificamente na Baixada Fluminense, aponta que, para compreender os processos de desvinculação religiosa e política é “importante identificar os diferentes fatores sociais e subjetivos que orientam as escolhas dos jovens quando o assunto é religião e política” (DESVINCULAÇÃO ..., 2017)²⁰.

²⁰ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566902-desvinculacao-religiosa-entre-os-jovens-e-maior-do-que-a-adesao-ao-pentecostalismo-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>.

Em Mariano (2013), podemos compreender a mudança de religião entre jovens como *destradicionalização*. Isto é, à medida que cresce a diversidade religiosa, cresce também a opção de procurar novas ofertas religiosas e, até mesmo, optar-se pela não filiação, que é o caso do grupo que se declara sem religião. Embora este autor aponte uma análise específica do catolicismo, constatando a quebra da hegemonia católica no Brasil, é possível compreender que alterações do pertencimento religioso, como no caso dos ocupas, reforçam possíveis pontos: a) o pertencimento religioso não é mais herdado; b) que há um jogo de negociações para adesão a novas experiências religiosas; c) que os jovens que optaram por mudar de religião ou se declaram sem religião são os mais secularizados; (4) que optar por expressões religiosas menos institucionalizadas é uma opção contra a influência de líderes religiosos – ou dogmas – em seu estilo de vida. Outro destaque de Mariano (2013), consonante com a nossa pesquisa, é um estudo sobre os sem filiação religiosa nos Estados Unidos, que apontou que os jovens estão entre o maior grupo de pessoas sem filiação religiosa, assim como no Brasil.

No entanto, embora os motivos pelos quais os ocupas mudaram de religião se correlacione com as motivações do grupo dos sem religião, há uma especificidade que merece atenção: esses ocupas optaram pelo pertencimento a religiões nas quais não há um controle dos corpos, exposição da vida pessoal e afastamento do mundo (FERNANDES, 2006).

Fernandes (2006) compreende a mudança de religião como “mobilidade religiosa [...] [que, em sua perspectiva] evoca a noção de fluidez da adesão ou de uma menor radicalização no momento da vinculação institucional” (FERNANDES, 2006, p. 33). Sobre a *destradicionalização*, a mesma autora destaca que “se bem entendida, não quer significar a evaporação da tradição, mas antes uma mudança de status dessa, francamente questionada sob o olhar indagador dos novos fiéis” (FERNANDES, 2006, p. 33).

A mudança de religião pelos secundaristas precisa ser compreendida como um processo, no qual a autoavaliação pautada pela própria subjetividade e escolhas pessoais se torna requisito para uma nova adesão (FERNANDES, 2006; HERVIEU-LÉGER, 2015).

Aqui, entendemos processo como sendo um conjunto de fatores gradativos que, somado à experiência de subjetivação política, tornaram o ápice da desfiliação religiosa. Os dados apresentados na Seção 2, que apontam para a ocupação como a

causadora parcial de sua decisão, exemplifica o processo de desfiliação. Ainda, a mudança de religião não se constitui como um fato isolado. Assim como em outras dimensões da trajetória dos ocupas, a opção por outra religião acarreta a reorganização do estilo de vida, na aceitação de si mesmo e nos possíveis conflitos familiares.

Para Ana Clara, o processo de mudança de religião é também uma possibilidade de novas experimentações. Embora tenha nascido em um berço evangélico, filha de pastores, não deixou de experimentar as tensões advindas de sua decisão.

Eu não gosto de ter nenhum rótulo em relação a isso. É poder ir em qualquer lugar, ler sobre o que eu quiser. Não é que uma pessoa com religião não possa fazer isso, mas acho que eu me sinto mais livre para conhecer outras coisas, que talvez se eu estivesse numa religião eu não me sentiria livre. Então, eu tenho muita fé, e não só em Deus, mas vida, nas coisas que eu faço. Então, talvez, eu me sentiria bem se fosse para uma religião que não tivesse tantos conflitos e tantas pautas, com tantas questões que envolvem minha vida. Se eu tiver vontade de ir numa igreja eu vou, se tiver vontade de ir numa reunião budista eu vou e eu posso fazer isso sem me sentir culpada. (ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2021).

Da mesma forma, para Guilherme, a desfiliação religiosa significou romper com a escolha religiosa da família. Ambos possuíam uma longa trajetória em suas respectivas igrejas, sendo atuantes em atividades e projetos sociais, além de participarem assiduamente dos cultos e missas semanais.

Nenhum momento eles questionaram minha saída, ou a minha decisão, ou as críticas que eu tenho à igreja. Eu entendo que no espaço da minha família, que também é um espaço onde pessoas vivenciaram violências, violências de gênero. [...] Então a gente se mantém numa grande comunhão democrática. [...] Mas não houve assim, um processo de crítica, de negação, de xingamentos, de violência porque eu saí da igreja. (GUILHERME, entrevista, Ponta Grossa/PR, 2021)

No caso de Josy, a escolha de romper com o pertencimento religioso católico demarcou tensões com sua mãe que a questionava sobre sua participação na Igreja, constantemente.

Então, quando ela percebeu que aquela ligação que eu tinha, aquela coisa foi se rompendo, ela foi ficando preocupada. Até hoje ela briga assim comigo: "Ah, porque tu não vai mais na igreja? Tu não vai mais na missa?". Então até hoje ela briga comigo e foi um processo bem longo. (JOSY, entrevista, Belém/PA, 2021).

Tatá apresenta uma experiência que, a princípio, é oposta às três primeiras. Ele assume o pertencimento religioso à Umbanda, acolhendo a religião tradicional da família. Na primeira entrevista realizada com Tatá, que na seção 2 se apresenta com o pseudônimo Have, a escolha pela Umbanda é também uma afirmação identitária. Mesmo passando por outras experiências religiosas, como a participação em duas igrejas evangélicas, o ocupa afirma que a Umbanda o escolheu. Foi no momento da ocupação que a Umbanda surge em sua vida trazendo sentido e as respostas que buscava.

E aí ninguém da família escapa, todos são umbandistas. É uma coisa hereditária e inclusive é um terreirinho e família. É só tio, mãe, pai, é só família mesmo. É uma coisa bem tradicional do Brasil, não é? E é aí que eu assumo essa nacionalidade. Eu trago essa nacionalidade para minha reflexão, porque, durante as ocupações, eu estava me reconhecendo, sabendo quem eu era. E a Umbanda surge na minha vida. (TATÁ, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2021).

Josy também se filiou à Umbanda, destacando que “eu posso dizer que é algo libertador e aconchegante para mim, porque foi um espaço que eu me senti muito acolhida” (JOSY, entrevista, Belém/PA, 2021).

Assim, Josy e Tatá assumiram o pertencimento religioso à Umbanda. Já Ana Clara demonstra estar em construção de sua própria decisão e, embora se defina como agnóstica, demonstra estar aberta para novas experiências religiosas. Guilherme, por sua vez, se identifica como ateu.

4.3.1 Sexualidade

A dimensão da sexualidade e as escolhas feitas pelos estudantes ocupam o mesmo patamar no que se refere à formação política e à experiência religiosa. De um lado, a politização experimentada nas ocupações possibilitou um encontro desses estudantes com a diversidade, com a possibilidade de fazer novas escolhas ou afirmar uma orientação sexual não heterossexual. Essa experimentação da sexualidade dificilmente caberia em uma experiência religiosa institucionalizada, na qual o controle do corpo é mais evidente. Observa-se que, principalmente o cristianismo, não subsistiu ao sentimento de pertença religiosa durante às ocupações e que, a mudança de religião tenha relações diretas com a mudança na orientação sexual. Assim, se constituir como sujeito político é também se deparar com a possibilidade de ser, de se

libertar e emancipar. É notável que este tema aparece em três das quatro entrevistas realizadas.

[...] eu conheci pessoas que estavam se assumindo, eu conheci pessoas transexuais que eu nunca tinha visto na minha escola; eu conheci pessoas transgênero, e ali eu fui conhecendo pessoas que eram gays, bissexuais, fui conhecendo pessoas heteros que tiveram experiências sexuais, que vou chamar agora de homoafetivas, que foram relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, que não tinham tido ou se tivessem não sabiam, não quiseram comentar. Pessoas se explorando, se descobrindo, pessoas e ali a gente por exemplo inventava apelidos e o gênero sumiu, aquela coisa travada, dogmatismo no sexo biológico sumiu, não existia mais o ele/ela. Existiam apelidos como senhora Nicole, e por aí vai. (TATÁ, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2021.)

Tatá, antes de ingressar nas ocupações, participou de duas igrejas evangélicas, nas quais buscava uma *resposta de Deus* para sua sexualidade. Ainda, relata que, na ocupação, outros estudantes buscaram em igrejas evangélicas a *cura gay*, como possibilidade de resolver conflitos internos e familiares. Assim, Tatá encontra na Umbanda liberdade e menor controle do corpo.

Dentro da Umbanda a gente vai ter um discurso que é o seguinte: ali você é você, se o seu nome é João, ali é o João, e a gente vai respeitar o João. Porque ali, a gente não tá ali pelo João, o João ali é uma parte de um todo. Ah, João é gay, João é trans, isso não é o que vai contar, isso não é o que vai influenciar. Isso vai ser parte de você, isso é parte da sociedade e a gente não tá ali para julgar, não tá ali para ficar perguntando, a gente não tá ali para poder ficar questionando. A gente tá ali para respeitar, pra aprender que o João tem história, o João tem guia, a Maria também tem, então a gente tá ali não para poder fazer esse papel sabe, que o quê para mim é uma antítese, é o contrário. A gente está ali para fazer o papel do amor, do acolher, do receber [...] (TATÁ, entrevista, Poços de Caldas/MG, 2021).

Ana Clara, ao assumir sua nova identidade sexual, identifica que essa era uma pauta, sobretudo política, fruto de um entrelaçamento do conservadorismo moral e religioso com a política atual. O processo de se entender como filha de pastores evangélicos e lésbica, carrega a complexidade de lidar com a própria liberdade e o envolvimento na religião. Na entrevista realizada, a ocupa destaca que visitou outras igrejas, que pensava serem um pouco mais inclusivas e, no entanto, se deparou com *campanhas políticas*.

Então, antes de me assumir, era uma coisa velada, e eu não percebia muito [...] Minha mãe já passou por situações em que pessoas perguntaram para ela: “quando que sua filha vai virar um menino?”. E ela ficou muito mal, muito chateada. Não é porque eu sou lésbica que eu quero ser um homem. [...]. Eu tenho pouca disposição para ficar quebrando cabeça no espaço que eu sei

que não vai dar abertura, sei que posso ter sido criada na igreja, que eu posso ter muito respeito, muita vontade de estar, mas que é um espaço que não é para mim! Infelizmente, não é para pessoas como eu! (ANA CLARA, entrevista, Juiz de Fora/MG, 2021).

Na experiência de Guilherme, um fato ocorrido durante o encontro da catequese foi decisivo. Durante a exposição do conteúdo da catequese, um senhor diácono concluiu o encontro dizendo que a Igreja Católica jamais aceitaria os homossexuais. O espaço que era tido como relevante para a trajetória de Guilherme, passou a se distanciar da sua perspectiva de vida.

Acho que quando você é LGBT e você é criado na igreja cristã em especial, na Igreja Católica, você já sabe que aquele espaço de algum modo te nega e não te aceita. [...]. Você tem que aceitar aquele discurso, você tem que aceitar aquela condição, você não pode fazer nada diante daquilo para mudar. [...] você acaba assimilando discursos que só mantêm os preconceitos e discriminações. Então, acho que ao longo da minha vida eu sempre vivi essa perseguição psicológica. [...]. Eu sempre tive um corpo de expressões não ligadas a masculinidades e sempre me considerei assim, uma bicha muito afeminada e esse era o momento que eu percebia que existia condições de ser aniquilada, [...] aniquilamentos que são simbólicos, mas que constroem tua narrativa de vida, tua postura para o resto da tua vida. (GUILHERME, entrevista, 2021.)

Das quatro entrevistas realizadas, a experiência de Guilherme é a mais profunda no tema da sexualidade. Sua identidade é latente, demonstrando o quanto a experiência de se constituir sujeito político, se afirmando, pode conflitar com a experiência religiosa.

As escolhas religiosas não estão desassociadas da orientação sexual afirmada pelos ocupas entrevistados. A liberdade da escolha religiosa consiste também na libertação de um controle dogmático da religião, que culpabiliza os corpos e nega a existência da biodiversidade da experiência com o transcendente. Optar por uma religião em que o tema moral não seja a pauta central ou evidente, faz parte do jogo das negociações para novas escolhas. Para Gebara (1997), a ocultação dessa biodiversidade, conceito por ela apresentado, consiste na “alienação do corpo pela religião patriarcal” (GEBARA, 1997, p. 105).

Assim, reconhecer a diversidade da experiência religiosa pode-nos apresentar um caminho educativo, em que “é tecida uma teia religiosa a partir da experiência de homens e mulheres, brancos, negros, amarelos ou mestiços, heterossexuais, homossexuais ou bissexuais” (GEBARA, 1997, p. 105). É reconhecer que há uma

realidade empírica da religião que aponta para uma reflexão que amplia o sentido da vida humana.

A biodiversidade religiosa não é um vale-tudo anárquico, mas é afirmação de que não apenas uma visão da realidade, uma construção de sentido é aquela que está mais próxima da verdade. Significa que não há apenas uma maneira, mas milhares, de se afirmar o sentido da vida. Algumas se encontram, outras se conflitam, outras se excluem. (GEBARA, 1997, p. 103)

É necessário registrar que há um esforço significativo por parte de pesquisadores, em especial ligados à Ciência da Religião, como Duarte (2017), A. E. P. Freire (2018) e Musskopf (2013), em propor reflexões que venham desmonopolizar a experiência religiosa heteronormativa. A dinâmica conservadora das religiões institucionalizadas tem sido cada vez mais tensionada pelas experiências como as que aqui apresentamos. Pode ser que a juventude seja o grupo que mais sinta a castração da sua liberdade sexual por parte da religião, que por vezes desconhece a diversidade e se torna segregadora em sua busca pela defesa moral e ética.

4.3.2 Descrença nas instituições religiosas

Outro aspecto importante de se destacar na relação entre a subjetivação política dos estudantes e sua experiência religiosa, é a descrença nas instituições. Na perspectiva teórica de Rancière (1996b), o processo de subjetivação política nos aponta para uma atuação política para além dos órgãos agenciadores, como partidos políticos. A Pesquisa Nacional revelou que metade dos ocupas entrevistados ingressaram no movimento de forma independente, conforme também se confirma, na Seção 2, em relação ao grupo religioso.

É comum, entre os ocupas entrevistados, o reconhecimento de que as instituições religiosas ocupam um espaço histórico, político e econômico na sociedade. Acreditam que as instituições, sobretudo as cristãs, se tornaram agenciadoras da experiência religiosa, que além de atuar no campo da subjetividade, alcançaram a esfera objetiva ao se envolver politicamente (e principalmente, de forma partidária e institucional) na sociedade. Assim, a compreensão dos secundaristas sobre as instituições religiosas representa uma dimensão pragmática, dogmática e de controle; cujos motivos se relacionam com as justificativas para mudanças no pertencimento religioso.

Do ponto de vista teórico dado por Rancière (1996a), a experiência do dissenso promove uma tensão na ordem social, desnaturalizando instituições hierárquicas e rígidas. Em relação à experiência religiosa, as instituições, em sua suposta superioridade em agenciar a espiritualidade, são contestadas como parte do dissenso. Novaes (2006) destaca que

De fato, por um lado, os jovens estão menos submetidos a tradicionais autoridades religiosas, vivem um momento de desaparecimento de fronteiras simbólicas rígidas entre cosmologias religiosas, entre campo religioso e campo mágico esotérico, entre religião e novas crenças seculares e para religiosas. (NOVAES, 2006, p. 2).

Numa perspectiva mais ampla, Tomizaki e Daniliauskas (2018), realizando um diálogo entre as pesquisas sobre juventude e participação política, destacam que

[...] as pesquisas empíricas e o debate teórico mais recentes tendem a apontar que, menos que “desinteressados” ou “apáticos” diante da política, os jovens se mostram, sobretudo, desiludidos com a “política tradicional” ou com os mecanismos institucionalizados da vida política nas sociedades democráticas, o que implica, por exemplo, em uma certa descrença em relação às eleições, aos partidos e aos homens políticos. Essa estrutura de representação política vem sendo apontada por jovens de diferentes países como incapaz de assimilar e responder às demandas concretas apresentadas pela sociedade, o que desestimularia o engajamento nas organizações políticas ditas “tradicionais” (partidos, sindicatos, movimento estudantil). (TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018, p. 219).

Para Camurça (2017), no campo da religião, jovens que apresentam uma relação de descrença com as instituições religiosas, como os *sem religião*, apontam uma crítica em relação ao pragmatismo das instituições religiosas, principalmente pelo distanciamento entre “pregação e prática” (CAMURÇA, 2017, p. 62). Embora possam ser característicos do grupo que se autoidentifica como *sem religião*, os dados acima teorizam a experiência dos ocupas entrevistados, no que tange ao trânsito religioso por eles experimentados. Percebe-se que, no caso de Josy e Tatá, a escolha pelo pertencimento nas religiões de matrizes africanas revela uma liberdade em relação ao controle institucional. Essas religiões, de *terreiro* e comunitárias, apresentam características menos institucionalizadas, mais orgânicas.

No entanto, é importante considerar que a descrença nas instituições e, sobretudo religiosas, é vivenciada no final da adolescência e início da juventude, quando as pessoas adotam processos mais generalizados para a compreensão da religiosidade. O quando, mencionado acima, nos coloca sobre o desafio futuro de

perceber se as decisões apontadas se tornaram permanentes na trajetória destes ocupas ou se representam um dado momento em suas trajetórias. A condição de trânsito parece muito clara em Ana Clara, menos enfática nos demais.

Outro destaque importante é abordado por Camurça (2017), em que citando Novaes (2006, 2013), destaca que esse possa ser, também, um momento provisório da juventude, no qual os jovens, livres do controle das religiões institucionalizadas, se deparam com *um campo de possibilidades* para se relacionar com outras experiências religiosas e até mesmo aderir outra confissão de fé. Sobre isso, Camurça (2017) busca compreender o trânsito religioso experimentado pela juventude dentro das religiões institucionalizadas. Para esse autor, se espalha entre a juventude um novo *ethos religioso*, que muito se relaciona com os dados aqui apresentados.

Para Josy e Ana Clara, as instituições religiosas se perderam no tempo. Nas palavras de Josy, “elas vivem numa bolha” e buscam seus próprios interesses; isso é traduzido por Ana Clara como “uma grande máfia, para eleger pessoas, para tirar dinheiro das pessoas”. Isto não quer dizer que não reconheçam o papel das instituições religiosas na sociedade, mas que elas perderam o seu sentido na trajetória dos ocupas. Para Guilherme, os “dogmas saem das paredes da igreja para ocupar outros espaços”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações entre juventude, política, religião e educação têm sido exploradas nas últimas décadas por pesquisadores que se debruçaram em compreender os processos formativos dessas instâncias socializadoras na trajetória da juventude (CASTRO, 2008; FERNANDES, 2007; GROppo, 2018a; SPOSITO, 2003; TOMIZAKI; DANILIAUSKAS, 2018).

Não é diferente do que propomos aqui, tampouco do objetivo que cerca a Pesquisa Nacional sobre as ocupações secundaristas, sustentando a presente dissertação. Os estudos aqui realizados, observando a trajetória dos estudantes que ocuparam suas respectivas escolas, endossam a existência de uma juventude plural e difusa, no que se refere à experiência religiosa. As transformações sociais vêm ressignificado cada vez mais o modo como as pessoas interagem com outras esferas de vida, buscando maior autonomia nas escolhas, tomadas de decisão e na apropriação de valores. Não é diferente no exercício da religiosidade. Desde os primeiros estudos apontados por Novaes (1994), a dinâmica religiosa experimentada pelos jovens tem assumido um caráter peculiar e plural, que não pode ser analisada sem os “contornos da subjetividade humana que emergem das aceleradas mudanças por que passa o mundo” (BINGEMER, 2003, p. 365).

No entanto, fica a questão: quais possíveis olhares a experiência das ocupações secundaristas nos possibilitam vislumbrar, sobretudo no modo com que os secundaristas entrevistados experimentam e formulam suas próprias concepções políticas e a sua relação com a religião? Contudo, destaca-se que novos olhares não estão desvinculados das marcas que compõem o quadro de vida dos secundaristas.

Não se nega a presença da religião, nem que ela tenha sua participação ativa na construção das subjetividades, mas aponta-se que o seu nível de regulação social já não é mais o mesmo. Nota-se que, no caso das ocupações, o cristianismo (de evangélicos e católicos) foi o conjunto de religiões que mais perdeu adesão dos jovens. As diversas transformações sociais influem diretamente no campo religioso que, por sua vez, dão origem a múltiplas espiritualidades, muitas vezes para além da dominação e controle institucional.

Consideramos que o mundo secularizado oportuniza o desenvolvimento de uma religiosidade mais livre, autônoma e pessoal, despida de dogmas e doutrinas absolutas. É, portanto, o que torna a experiência religiosa plural, por reconhecer a

existência de diversas interpretações da vida religiosa, valorizando a experiência e aquilo que é próprio e subjetivo. Busco então, apontar alguns indicadores, que possam contribuir para a reflexão e a continuidade dos estudos que entrelaçam engajamento político juvenil, educação e a pertença religiosa.

Os resultados da pesquisa reafirmam a hipótese apresentada, em que os jovens participantes das ocupações secundaristas, demonstraram reconfigurações de sua experiência religiosa. Seja pela alteração no pertencimento religioso ou por uma nova autoidentificação, como ateus ou sem religião, são reconfigurações que acontecem em íntima ligação com o processo de subjetivação política. Ainda, as reconfigurações da experiência religiosa acontecem processualmente e alguns casos, de forma autônoma, por meio do intercâmbio com outras experiências religiosas no interior das ocupações.

Primeiro olhar: uma experiência religiosa menos dogmática. Não é novidade, entre os que pesquisam juventude e religião, conforme apresentado no corpo da dissertação, que a juventude tem buscado cada vez mais o exercício da espiritualidade autônoma, com liberdade para novos arranjos e possibilidades. Os resultados desta pesquisa endossam esse quadro, apontando para uma experiência religiosa que considera a pluralidade das juventudes, dando ouvidos aos seus anseios e desejos.

Anseios de uma juventude que não se limita à uma única compreensão do sagrado, mas que carrega consigo flexibilidade e uma disposição para conhecer novas fronteiras. Nas ocupações, os estudantes tiveram oportunidades de dialogar, interagir entre si, questionar as velhas e novas práticas religiosas e, assim, formular suas próprias convicções. Para uns, a oportunidade de perceber o quanto as dimensões do sagrado não se enquadram nas tentativas de cristalizar as experiências. Para outros, o sagrado se torna, nada mais, que uma conduta de vida.

Este intercâmbio entre as expressões religiosas está mais visível no grupo que se autoidentifica como sem religião, cuja escolha possibilita transitar entre as religiões sem controle institucional e até mesmo sem criar rótulos. Tal resultado vai ao encontro do que Ribeiro (2019) tem pressuposto, a saber, uma ocultação das experiências que evidenciam múltiplas pertenças. Para este mesmo autor, “quanto mais se valoriza e se explicita o pluralismo mais nitidamente se observarão as múltiplas pertenças religiosas” (RIBEIRO, 2019, p. 13).

Segundo olhar: uma experiência religiosa voltada aos direitos humanos. Ainda que a participação nos espaços religiosos tenha oferecido aos secundaristas elementos estruturantes para sua militância, ela é limitada, no que tange a acompanhar o processo dinâmico de subjetivação política experimentado pelos estudantes. Percebe-se entre os secundaristas que, quanto mais se envolvem politicamente com as demandas sociais, mais conflitos encontram dentro da religião institucionalizada. Para alguns secundaristas, as escolhas religiosas não podem desconsiderar espaços de luta e envolvimento social. Assim, foi possível perceber que as escolhas religiosas realizadas pelos estudantes não estão desassociadas de suas escolhas e posicionamentos políticos.

Terceiro olhar: uma experiência religiosa plural e difusa. Se por um lado as experiências cristãs apresentaram um declínio na adesão dos jovens que participaram das ocupações, as religiões afro-brasileiras parecem ganhar projeção nas escolhas religiosas dos jovens militantes. Mesmo entre aqueles que se autoidentificaram como pertencentes a outras religiões, parte importante teve uma experiência religiosa na Umbanda ou no Candomblé, apontando um interesse cultural, identitário e autônomo para sua possível adesão. Para os secundaristas, as religiões afro-brasileiras são menos pragmáticas, capazes de acolher suas demandas pessoais e possuem um vínculo mais estreito com as lutas e movimentos sociais. No entanto, o levantamento bibliográfico demonstrou que pouco se sabe sobre como as juventudes das religiões afro-brasileiras professam sua fé e atuam no espaço público e na escola.

Por fim, em todo o tempo, os processos educativos e socializadores forjam o pressuposto de reconfiguração da experiência religiosa. Atuam como processos políticos, gerando uma leitura crítica do mundo, com novas possibilidades que tensionam cada vez mais o reacionarismo religioso que, por sua vez, atua ampliando as desigualdades e reforçando o alinhamento institucional.

No estudo desenvolvido em conjunto com outros pesquisadores, destacamos que “a forma como o espaço escolar e as questões educacionais têm atravessado esta relação parece ser uma peça-chave para esta compreensão, no que se refere a adolescentes e jovens” (PORELLI *et al.*, 2021, p. 82). A dimensão socializadora das ocupações possibilitou um intercâmbio entre as mais diversas espiritualidades que foram vivenciadas no interior do movimento. Como se observa até o momento, as relações demonstradas pelos secundaristas formam uma simetria entre o mundo objetivo da sociedade e o mundo subjetivo do indivíduo (BERGER, 2018, p. 33).

Assim, o resultado aqui encontrado não é diferente da pesquisa realizada por Fátima Tavares e Marcelo Camurça (2004), em que o processo de *recombinação* das crenças religiosas é característico da trajetória estudantil (SOFIATI; OLIVEIRA; GOOS, 2019). Isto porque a experiência de ocupar se dá num processo maior de formação escolar destes jovens, o que por si só proporciona olhares diferenciados para outras esferas da vida no qual o fator religião não é prioritário (FERNANDES; PITTA, 2006).

Fica o desafio para que novos olhares para a relação juventude, educação e engajamento político ganhem espaços nas pesquisas e nas possíveis interlocuções gestadas pelo avanço significativo da religião no cenário político atual.

REFERÊNCIAS

- A (RE)CONSTRUÇÃO da identidade religiosa inclui dupla ou tripla pertença. Entrevistador: Revista IHU on-line. Entrevistada: Sílvia Fernandes. 7 jul. 2012. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/511249-estamos-falando-de-re-construcao-de-identidade-religiosa-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>. Acesso em: 7 ago. 2021.
- ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- AFONSO, M. L. M.; RODRIGUES, M.; OLIVEIRA, E. F. Juventude universitária e direitos de cidadania: sentidos atribuídos à diversidade sexual. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. 169, p. 948–972, 2018. DOI: [10.1590/198053145364](https://doi.org/10.1590/198053145364).
- ALVES, R. **O que é religião?** São Paulo: Brasiliense, 1984. (Coleção Primeiros Passos).
- ALVES, R. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999.
- AZEVEDO, A. C. A. **Dicionário Histórico de Religiões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.
- BARRETO JÚNIOR, R. C. Relações inter-religiosas e diálogo inter-religioso na perspectiva do cristianismo mundial. In: TOSTES, A.; RIBEIRO, C. O. (Org.). **Religião, diálogo e múltiplas pertencas**. São Paulo: Annablume, 2019. p. 59–83.
- BERGER, P. A dessecularização do mundo: uma visão global. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 221, n. 1, p. 9–24, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/laboratorios/religiosidade/pages/arquivos/dessecularizacaoLERR.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2021.
- BERGER, P. **O dossel sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. 10. ed. São Paulo: Paulus, 2018.
- BINGEMER, M. C. L. A espiritualidade hoje: novo rosto, antigos caminhos. In: TRASFERETTI, J.; LOPES, P. S. (Org.). **Teologia na pós-modernidade**. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 361–404.
- BONDÍA, J. L. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20–28, 2002. DOI: [10.1590/S1413-24782002000100003](https://doi.org/10.1590/S1413-24782002000100003).
- BORTONE, D. F. As ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016: interfaces entre movimento estudantil, juventude e religião. In: SIMPÓSIO NACIONAL APROXIMAÇÕES COM O MUNDO JUVENIL, 3., 2019, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: FAJE, 2019. p. 112–121. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/annales/article/view/4266/4309>. Acesso em: 25 jun. 2021.

BORTONE, D. F. Análises sobre o pertencimento religioso das juventudes presente nas ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016. *In: REUNIÃO DA ANPED SUDESTE*, 14., 2020, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2020a. p. 1–3. Disponível em:

http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/23/7683-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

BORTONE, D. F. Juventude e religião no espaço público: a experiência das ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*, 4., 2020, Poços de Caldas. **Anais [...]**. Poços de Caldas: Instituto Federal Sul de Minas, 2020b. p. 1–4. Disponível em:

http://educacaopocos.com.br/Anais/Anais2020/133_JUVENTUDE%20E%20RELIGI%C3%83O%20NO%20ESPA%C3%87O%20P%C3%9ABLICO%20A%20EXPERI%C3%8ANCIA%20DAS%20OCUPA%C3%87%C3%95ES%20SECUNDARISTAS%20NO%20BRASIL%20EM%202015-2016.pdf. Acesso em: 21 maio 2021.

BORTONE, D. F. Juventude e religiões afro-brasileiras: práticas educativas, responsabilidade social e participação política nas ocupações secundaristas. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED*, 40., 2021, RIO DE JANEIRO. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021. p. 1–6. Disponível em:

http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_49_17. Acesso em: 21 maio 2021.

BOTELHO, D. Religiões afro-indígenas e o contexto de exceções de direitos. *In: CÁSSIO, F. (Org.). Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar*. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 115–120.

CAMURÇA, M. A. Os “sem religião” no Brasil: juventude, periferia, indiferentismo religioso e trânsito entre religiões institucionalizadas. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 31, n. 3, p. 55–70, 2017. DOI: [10.15603/2176-1078/er.v31n3p55-70](https://doi.org/10.15603/2176-1078/er.v31n3p55-70).

CASTRO, L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253–268, 2008. DOI: [10.1590/S0104-44782008000100015](https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100015).

CAPUTO, S. G. Artefatos nas redes educativas dos cotidianos de terreiros de Candomblé nas relações possíveis com as escolas: discutindo as noções de tradição, cultura e identidade. *In: LIBÂNEO, J. C.; ALVES, N. (Org.). Temas de pedagogia: diálogos entre didática e currículo*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 127–151.

COPPE, M. A. **A responsabilidade social e política dos cristãos: história e memória da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) entre as décadas de 1920 e 1960**. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009.

COSTA, A. A. F.; GROPPPO, L. A. (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018.

CROATTO, J. S. **As linguagens da experiência religiosa**: uma introdução à fenomenologia da religião. Tradução: Carlos Maria Vásquez Gutiérrez. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2010. (Coleção Religião e Cultura).

CUNHA, M. N. Religião e Política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Revista Perseu**, São Paulo, v. 7, n. 11, p. 147–166, 2016.

DESVINCULAÇÃO religiosa entre os jovens é maior do que a adesão ao pentecostalismo. Entrevistador: Patrícia Fachin - Revista IHU on-line. Entrevistada: Sílvia Fernandes. 25 maio 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566902-desvinculacao-religiosa-entre-os-jovens-e-maior-do-que-a-adesao-ao-pentecostalismo-entrevista-especial-com-silvia-fernandes>. Acesso em: 7 ago. 2021.

DUARTE, A. J. O. Sexualidade e religião: um olhar crítico acerca das influências da religião sobre o comportamento sexual. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 74–98, 2017. DOI: 10.5380/rt.v6i2.54134.

ELLER, J. D. **Introdução à antropologia da religião**. Petrópolis: Vozes, 2018.

FERNANDES, S. R. A. Religiões e religiosidades: o pano de fundo da pesquisa. In: FERNANDES, S. R. A. (Org.). **Mudança de religião no Brasil**: desvendando sentidos e motivações. Coleção CERIS. São Paulo: Palavra e Prece, 2006. p. 31–53.

FERNANDES, S. R. A. Adesão religiosa no segmento juvenil: apolitização ou reinvenção da política? **Revista Universidade Rural: Série Ciências Humanas**, Seropédica, v. 29, n. 2, p. 152–165, 2007.

FERNANDES, S. R. A. Juventude nas igrejas e fora delas: crenças, percepções da política e (des)vinculações. **Revista TOMO**, São Cristóvão, n. 14, p. 99–126, 2009a. DOI: [10.21669/tomo.v0i14.500](https://doi.org/10.21669/tomo.v0i14.500).

FERNANDES, S. R. A. **Novas formas de crer**. São Paulo: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), 2009b.

FERNANDES, S. R. A. Trajetórias religiosas de jovens sem religião: algumas implicações para o debate sobre desinstitucionalização. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 369–387, 2018. DOI: [10.12957/irei.2018.39029](https://doi.org/10.12957/irei.2018.39029).

FERNANDES, S. R. A.; PITTA, M. Mapeando as rotas do trabalho religioso. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 26, p. 121–154, 2006.

FRAAS, H. J. Teorias sobre a religiosidade. In: SCARLATELLI, C.; STRECK, D.; FOLLMANN, I. (Org.). **Religião, cultura e educação**. São Leopoldo: Unisinos, 2006. p. 41–60.

FREIRE, A. **Raridade**. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/anderson-freire/raridade/>. Acesso em: 25 ago. 2021.

FREIRE, A. E. P. Perspectivas de gênero nos estudos da religião: contribuições das ciências feministas. **Interações**, Belo Horizonte, v. 13, n. 23, p. 115-131, 2018. DOI: [10.5752/P.1983-2478.2018v13n23p115-131](https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2018v13n23p115-131).

FREIRE, P. **Os cristãos e a libertação dos oprimidos**. Lisboa: Edições Base, 1978.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GABRIEL, R. O. “**Para além da curva da estrada**”: a influência da participação religiosa na trajetória de jovens participantes de um grupo católico. 2020. 225 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

GARCIA, E. 17 jan. 2022. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CY1bsWRLW_H/. Acesso em: 28 mar. 2022.

GEBARA, I. **Teologia ecofeminista**: ensaio para repensar o conhecimento e a religião. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

GODINHO, D. M. S.; CARVALHO, C. S.; SOUZA, S. J. Experiências religiosas da juventude contemporânea: indagações sobre fé, secularização, ética e política. **Psicologia Política**, Florianópolis, v. 14, n. 29, p. 137–150, 2014.

GÓMES DE SOUZA, L. A. **A JUC, os estudantes católicos e a política**. Petrópolis: Vozes, 1984.

GOMES, E. E. Práticas socializadoras do gosto sexual e do exercício do sexo. **Etnográfica**, Lisboa, v. 19, n. 1, p. 51–57, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.pt/pdf/etn/v19n1/v19n1a03.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GRINSPUN, M. P. S. Z. *et al.* Juventude e subjetividade: imagens de uma (possível) realidade. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28., 2005, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: ANPEd, 2005. p. 1–15. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/gt20.htm>. Acesso em: 20 maio 2022.

GROPPO, L. A. **Onda mundial de revoltas**: movimentos estudantis de 1968. Piracicaba: Unimep, 2015.

GROPPO, L. A. **Introdução à sociologia da juventude**. Jundiaí: Paco e Littera, 2017.

GROPPO, L. A. O novo ciclo de ações coletivas juvenis no Brasil. In: COSTA, A. A. F.; GROppo, L. A. (Org.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro e João, 2018a. p. 293–328.

GROPPO, L. A. **Ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016**: formação e autoformação das/dos ocupas como sujeitos políticos. 2018. 65 f. Projeto de pesquisa (Chamada Universal MCTIC/CNPq 2018) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2018b. Disponível em: https://cienciassociais.ufes.br/sites/cienciassociais.ufes.br/files/field/anexo/projeto_universal_cnpq_1_final.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

GROPPO, L. A.; ANTÔNIO, S. A participação do educador na pesquisa em educação sociocomunitária: observação participante e pesquisa participante. *In*: BISSOTO, M. L.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Metodologia em educação sociocomunitária**. Jundiaí: Paco, 2016. p. 15–44.

GROPPO, L. A.; BORGES, L. F. Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 173–196, 2018. DOI: [10.1590/0100-85872018v38n3cap08](https://doi.org/10.1590/0100-85872018v38n3cap08).

GROPPO, L. A.; OLIVEIRA, M. A. Ocupações secundaristas em Minas Gerais: subjetivação política e trajetórias. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, p. e240770, 2021. DOI: [10.1590/ES.240770](https://doi.org/10.1590/ES.240770).

GROPPO, L. A.; SILVA, R. M. D. Experiência e subjetivação política nas ocupações estudantis no Rio Grande do Sul. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 99, p. 409–424, 2020. DOI: [10.1590/s0103-4014.2020.3499.024](https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3499.024).

GROPPO, L. A.; SOUSA, F. A. Experiências, emoções e memória de jovens: ocupações secundaristas no Ceará em 2016. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 26, p. 1–18, 2022. DOI: [10.4013/edu.2022.261.13](https://doi.org/10.4013/edu.2022.261.13).

HERVIEU-LÉGER, D. **Peregrino e o convertido**. Tradução: João Batista Kreuch. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MACEDO, Y. M.; MAIA, C. B.; SANTOS, M. F. Pedagogia de terreiro: pela decolonização dos saberes escolares. **Vivências**, Erechim, v. 15, n. 29, p. 13–26, 2019. DOI: [10.31512/vivencias.v15i29.50](https://doi.org/10.31512/vivencias.v15i29.50).

MANACORDA, M. A. **Marx e a pedagogia moderna**. Tradução: Newton Ramos de Oliveira. Campinas: Alínea, 2007.

MARIANO, R. Mudanças no campo religioso brasileiro no Censo de 2010. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 14, n. 24, p. 119–137, 2013. DOI: [10.22456/1982-8136.43696](https://doi.org/10.22456/1982-8136.43696).

MEDEIROS, K. M. C.; MARIZ, C. L. Toca de Assis em crise: uma análise dos discursos dos que permaneceram na comunidade. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 141–173, 2013. DOI: [10.1590/S0100-85872013000200008](https://doi.org/10.1590/S0100-85872013000200008).

MIRANDA, J. Convivendo com o “diferente”: juventude carismática e tolerância religiosa. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 117–142, 2010. DOI: [10.1590/S0100-85872010000100007](https://doi.org/10.1590/S0100-85872010000100007).

MUSSKOPF, A. S. Haverá “gênero” e “religião”? ou Enquanto houver burguesia não vai haver poesia. **Revista Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 10-25, 2013. DOI: [10.5380/rt.v2i2.35566](https://doi.org/10.5380/rt.v2i2.35566).

NOVAES, R. Religião e política: sincretismos entre alunos de Ciências Sociais. **Comunicações do ISER**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 45, p. 62–74, 1994. Disponível em: <https://www.iser.org.br/wp-content/uploads/2020/07/comunicacoes-45.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2021.

NOVAES, R. Os jovens “sem religião”: ventos secularizantes, “espírito de época” e novos sincretismos. Notas preliminares. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 321–330, 2004. DOI: [10.1590/S0103-40142004000300020](https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000300020).

NOVAES, R. Juventude, percepções e comportamentos: a religião faz diferença? *In*: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 263–290.

NOVAES, R. Os jovens, os ventos secularizantes e o espírito do tempo. *In*: ENCONTRO ANUAL DA AMPOCS, 30., 2006, Caxambu. **Anais** [...]. Caxambu: Anpocs, 2006. p. 1–25. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt17-17/3392-rnovaes-os-jovens/file>. Acesso em: 23 jun. 2021.

NOVAES, R. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, v. 32, n. 1, p. 184–208, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/ctrQNc8fpdvZxPLdRjpQsdR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jun. 2021.

NOVAES, R. Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias. *In*: BEOZZO, J. O.; FRANCO, C. B. (Org.). **Juventudes em foco**. São Paulo: Paulus, 2013. p. 39–74.

NOVAES, R. Juventude, religiosidade e redes: reflexões sobre resultados de pesquisas. *In*: NOVAES, R. *et al.* (Org.). **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Unirio, 2016. p. 233–264.

NOVAES, R. Juventude e religião, sinais do tempo experimentado. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 351–368, 2018. DOI: [10.12957/irei.2018.39020](https://doi.org/10.12957/irei.2018.39020).

OLIVEIRA, I. D.; JORGE, E. F. C. Espiritualidade umbandista: recriando espaços de inclusão. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 11, n. 29, p. 29–52, 2013. DOI: [10.5752/P.2175-5841.2013v11n29p29](https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2013v11n29p29).

OLIVEIRA, M. A.; BORTONE, D. F. Juventude que ocupa: quem são os jovens que ocuparam as escolas no município de Poços de Caldas-MG? *In*: ALMEIDA, E. *et al.* (Org.). **Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos: uma antologia do GT03 da ANPEd**. São Carlos: Pedro e João, 2021. p. 259–277.

ORTIZ, R. Anotações sobre religião e globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 59–75, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/TccM6LywSnYQCQg9Y4fwsfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 set. 2021.

PORELLI, A. B. G. *et al.* Pertencimento religioso e atuações juvenis nas escolas de Ensino Médio. *In*: OLIVEIRA, V. H. N.; CASTILHO, R. (Org.). **Juventudes brasileiras: questões contemporâneas**. Parnaíba: Acadêmica Editorial, 2021. p. 63–86.

PORELLI, A. B. G.; ZAN, D. D. P. E. O que as pesquisas sobre juventude e religião dizem a respeito da escola? *In: REUNIÃO DA ANPED SUDESTE*, 14., 2020, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2020. p. 1–4. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/23/7712-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 25 jun. 2021.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996a.

RANCIÈRE, J. O dissenso. *In: NOVAES, A. (Org.). A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b. p. 367–382.

RANCIÈRE, J. **Nas margens do político**. Lisboa: KKYM, 2014.

RIBEIRO, C. O. Raízes protestantes da teologia latino-americana da libertação. **Revista Pistis e Praxis**, Curitiba, v. 10, n. 3, p. 682–702, 2018a. DOI: [10.7213/2175-1838.10.003.AO02](https://doi.org/10.7213/2175-1838.10.003.AO02).

RIBEIRO, C. O. Teologia, pluralismo e alteridade ecumênica. **Teocomunicação**, Porto Alegre, v. 48, n. 1, p. 110–121, 2018b. DOI: [10.15448/1980-6736.2018.1.30683](https://doi.org/10.15448/1980-6736.2018.1.30683).

RIBEIRO, C. O. Dupla e múltipla pertença religiosa no Brasil. *In: TOSTES, A.; RIBEIRO, C. O. (Org.). Religião, diálogo e múltiplas pertencas*. São Paulo: Annablume, 2019. p. 13–34.

RODRIGUES, D. S. Os sem religião nos censos brasileiros: sinal de uma crise do pertencimento institucional. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 28, p. 1130–1153, 2012. DOI: [10.5752/P.2175-5841.2012v10n28p1130-1153](https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2012v10n28p1130-1153).

RODRIGUES, E. Questões epistemológicas do ensino religioso: uma proposta a partir da Ciência da Religião. **Interações**, Belo Horizonte, v. 8, n. 14, p. 230–241, 2013. DOI: [10.5752/P.1983-2478.2013v8n14p230](https://doi.org/10.5752/P.1983-2478.2013v8n14p230).

RODRIGUES, S. Como a juventude brasileira se relaciona com a religião? 2007. Disponível em: <http://www.observatoriojovem.uff.br/?q=materia/como-juventude-brasileira-se-relaciona-com-religi%C3%A3o>. Acesso em: 5 ago. 2021.

RUSSO, R. **Por enquanto**. [S. l.: s. n.], 1985. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/renato-russo/243674/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

SANTOS, I. M. F. **A caverna do diabo e outras histórias**: ensaios de História Social das Religiões (Alagoas, Séculos XIX e XX). Maceió: EdUFAL, 2016.

SCHELIGA, E. L.; KNOBLAUCH, A.; BELLOTTI, K. K. Vínculos religiosos entre estudantes universitários: comparações entre licenciatura e bacharelado. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1–21, 2020. DOI: [10.1590/0104-4060.72695](https://doi.org/10.1590/0104-4060.72695).

SETTON, M. G. J. As religiões como agentes da socialização. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 15–25, 2008. DOI: [10.1590/S1413-45192008000200002](https://doi.org/10.1590/S1413-45192008000200002).

SETTON, M. G. J.; VALENTE, G. Religião e educação no Brasil: uma leitura em periódicos (2003 – 2013). **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 46, n. 160, p. 410–440, 2016. DOI: [10.1590/198053143529](https://doi.org/10.1590/198053143529).

SOFIATI, F. M. **Religião e juventude: os jovens carismáticos**. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Sociologia da Religião) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOFIATI, F. M. A juventude da Teologia da Libertação. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 10, n. 26, p. 333–356, 2012. DOI: [10.5752/P.2175-5841.2012v10n26p333-356](https://doi.org/10.5752/P.2175-5841.2012v10n26p333-356).

SOFIATI, F. M. O novo significado da “opção pelos pobres” na Teologia da Libertação. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 215–234, 2013. DOI: [10.1590/S0103-20702013000100011](https://doi.org/10.1590/S0103-20702013000100011).

SOFIATI, F. M.; OLIVEIRA, W. C.; GOOS, M. C. G. Juventude, religião e espetáculo: breves comentários acerca da espetacularização do sagrado. *In*: CORREIA, V. A. (Org.). **Juventude no mundo contemporâneo: temas em debate**. São Paulo: Loyola, 2019. p. 126–146.

SOUZA, D. Ecumenismo. *In*: CUNHA, M.; NOVAES, A. (Org.). **Dicionário brasileiro de comunicação e religiões**. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?redir_esc=y&hl=pt-BR&id=1KRSEAAQBAJ&q=ecumenismo#v=onepage&q=ecumenismo&f=false. Acesso em: 25 maio 2022.

SPOSITO, M. P. Uma perspectiva não escolar no estudo sociológico da escola. **Revista USP**, São Paulo, n. 57, p. 210–226, 2003. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.v0i57p210-226](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i57p210-226).

TEIXEIRA, F. O diálogo inter-religioso na perspectiva do terceiro milênio. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 19–38, 2003. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/596/623>. Acesso em: 13 ago. 2021.

TOMIZAKI, K.; DANILIAUSKAS, M. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 11, p. 214–238, 2018. DOI: [10.1590/1980-6248-2016-0126](https://doi.org/10.1590/1980-6248-2016-0126).

WEBER, M. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: UnB, 2004.

APÊNDICE A – Roteiro de nova entrevista semiestruturada com ex-ocupas

Pesquisa: “A experiência religiosa e o movimento estudantil: relatos e registros sobre a religião no movimento das ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016”

Pesquisador responsável: Douglas Franco Bortone

Questão “disparadora”: O que é religião para você?

Vida escolar e profissional:

- 1) Você ingressou em algum curso superior? Conte para nós sua trajetória escolar pós-ocupações.
- 2) Você terminou o curso superior? Se sim, qual?
- 3) Como foi ou tem sido sua experiência na universidade?
- 4) Você participou de algum coletivo religioso universitário ou escolar?
- 5) Você trabalha atualmente?

Política:

- 6) Após as ocupações você continua participando de alguma atividade política?
- 7) Como você percebe a presença da religião na política?
- 8) Você considera que sua experiência religiosa tenha influenciado sua participação nas ocupações secundaristas?
- 9) Você lembra se no período das ocupações o tema da religião foi abordado nos “aulões”, oficinas ou em outros espaços?
- 10) Você teve apoio ou discriminação da religião sobre sua participação nas ocupações?
- 11) Sua experiência religiosa influenciou em seu voto nas eleições de 2018?

Religião:

- 12) Você se considera uma pessoa religiosa?
- 13) E sua religião hoje, qual é?
- 14) Se você rompeu com a religião, como foi esse processo?

- 15) Conte para nós um pouco de sua trajetória religiosa.
- 16) Qual é a visão da sua religião sobre os movimentos sociais?
- 17) Você participa ativamente de alguma atividade religiosa?
- 18) Você pertence a mesma religião que a sua família no período das ocupações?
- 19) Houve conflitos com a sua experiência religiosa durante as ocupações?
- 20) Você percebeu algum aspecto religioso nas ocupações?
- 21) O que você acha das instituições religiosas?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TÍTULO DA PESQUISA: “A EXPERIÊNCIA RELIGIOSA E O MOVIMENTO ESTUDANTIL: RELATOS E REGISTROS SOBRE A RELIGIÃO NO MOVIMENTO DAS OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS NO BRASIL EM 2015-2016”

Pesquisador(a) responsável: Douglas Franco Bortone

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), do projeto de pesquisa “A experiência religiosa e o movimento estudantil: relatos e registros sobre a religião no movimento das ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016”, de responsabilidade do pesquisador Douglas Franco Bortone. Leia cuidadosamente o que segue e me pergunte sobre qualquer dúvida que você tiver. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, e no caso de aceitar fazer parte do nosso estudo, você receberá uma cópia deste termo por e-mail, assinado pelo pesquisador principal, com seus respectivos contatos para quaisquer dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessárias. Ainda, solicitamos que você assine este termo e envie ao pesquisador por e-mail ou outro meio mais acessível. Orientamos que você possa imprimir duas cópias deste termo, assinando uma delas e enviando digitalizada, formato PDF, como resposta ao e-mail que recebeu, confirmando também sua participação.

Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em caso de recusa você não sofrerá nenhuma penalidade e seus dados não serão utilizados em hipótese alguma.

Ao ler os itens abaixo, você deve declarar se foi suficientemente esclarecido(a) sobre as etapas da pesquisa ao final desse documento.

1. Esta pesquisa tem por objetivo compreender os impactos da experiência religiosa na vida dos estudantes em sua participação no movimento das ocupações secundaristas em 2015-2016, verificando pontos de tensões e aproximações da religião com a participação política da juventude. Pretende-se aprofundar as relações do pertencimento religioso antes e após de seu envolvimento nas ocupações. Entende-se que a religião ocupa uma dimensão estruturante, social e política, capaz de moldar nossa ação, possibilitando processos contínuos de construção e reconstrução de significados e símbolos que compõe a vida humana.

2. A sua participação nesta pesquisa consistirá por meio de uma entrevista, online, através do aplicativo Google Meet (ou outros meios de comunicação mais acessíveis ao entrevistado) com registro de áudio, cujos dados coletados, após sua transcrição, serão destinados para a construção de conhecimentos aprofundando o tema da experiência religiosa no contexto da militância política durante as ocupações secundaristas. Sua participação neste projeto terá a duração durante o período da entrevista, em uma média de 50 (cinquenta) minutos, podendo estender sua duração decorrente do seu andamento e de possíveis problemas técnicos que possam surgir. Além disso, poderá ocorrer intervalos conforme sua necessidade física e pessoal. Os áudios coletados serão de acesso exclusivo do pesquisador principal e utilizado somente para transcrições. Considerando os riscos referente à pandemia, os contatos serão totalmente remotos (e-mail, redes sociais e telefones), bem como a realização da entrevista. O contato por e-mail ou telefone será individual, sem listas que permitam a identificação dos convidados e nem a visualização de seus contatos. Os encontros virtuais serão organizados e conduzidos pelo pesquisador principal, que procederá com os registros e acervo do conteúdo gerado, garantindo sigilo e o anonimato do participante. Registra-se ainda que o acervo será mantido por um período de 05 anos em HD externo específico para a pesquisa. Em nenhuma hipótese as gravações serão depositadas na “nuvem”. As perguntas realizadas na entrevista compreendem os aspectos de trajetória escolar, participação política e vivência religiosa. Pretende-se analisar quatro possíveis experiências, a saber: (a) os que permaneceram com a filiação religiosa cristã; (b) os que declaram agnósticos; (c) os que se declaram sem religião; (d) os que se declaram de religiões de matrizes africanas.

3. Durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de ameaça indireta em relação à divulgação de dados coletados e de suas análises, considerando a liberdade de expressão religiosa e participação política dos participantes, bem como incômodos que porventura possam ser gerados por meio de

alguma pergunta ou lembrança de situações que marcaram a sua experiência. Ainda poderá ocorrer constrangimento e desconforto em relação a trajetória religiosa que remetem aos sentimentos de medo, opressão, angústia e retaliação. Durante a entrevista online poderão ocorrer riscos característicos do ambiente virtual como interrupções, falha na conexão, barulhos externos e outros fatores poderão surgir causando dispersão. Ainda, poderá ocorrer riscos de vazamento de áudios, perda dos dados coletados em ambientes virtuais e outros tipos de violação decorrentes de problemas de internet e suas tecnologias. No entanto, os riscos serão minimizados com a ocultação total dos seus dados pessoais, como: nome, localização, escola, coletivo ou movimento, igreja ou expressão religiosa nos quais era participante, bem como qualquer outro dado que venha expor sua participação. O participante poderá escolher um pseudônimo no momento da entrevista garantindo ainda mais a ocultação dos dados pessoais. Diante das limitações do pesquisador, o mesmo fará o possível para que a entrevista ocorra em local e momento adequado, para minimizar a possibilidade interferências ou participação de terceiros, comprometendo-se com a privacidade e integridade do participante. Antes da escolha/utilização do aplicativo para realização da entrevista, o pesquisador se comprometerá em conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada para minimizar os possíveis riscos e após a realização das entrevistas procederá com o download dos áudios para o HD externo, específico para dados da pesquisa, apagando todo e qualquer rastro de informações na plataforma utilizada. Em relação ao tempo de sua participação na entrevista (descrito no item 2 deste termo), poderá ocorrer interrupções e/ou pausas para descanso, tomar água, ir ao banheiro ou para atender quaisquer necessidades físicas e pessoais que possam surgir, fazendo o possível para garantir sua tranquilidade e conforto. Para tanto, será feita uma combinação com o participante sobre horário e formas de comunicação (como Google Meet e outros meios mais acessíveis ao entrevistado). É garantido o direito de interromper a entrevista, de não responder questões que promovam desconforto e de desistir da sua participação na pesquisa sem qualquer prejuízo. Não há na entrevista nenhuma pergunta obrigatória a ser respondida. Caso você venha desistir de participar da pesquisa em algum momento, o pesquisador irá lhe enviar via e-mail uma resposta consciente de sua retirada de consentimento, lhe assegurando que seus dados e áudios não serão utilizados na pesquisa.

4. Ao participar desse trabalho você contribuirá com a construção de novos olhares e conhecimentos sobre a relação juventude, religião, política e educação, considerando sua própria experiência e participação no movimento estudantil e instituições religiosas. Sua experiência poderá contribuir para a percepção da diversidade e representatividade da juventude no engajamento político e religioso. Espera-se que novos olhares venham surgir na pesquisa em relação a: (1) Percepção da realidade juvenil no Brasil em interface com a religião e os aspectos que convergem para a ruptura do pertencimento religioso; (2) Percepção do associativismo juvenil como fonte de aprendizado de novas competências e possibilidades de atuação na vida pública; (3) Compreensão da religião e suas influências na política, sobretudo no campo da educação e a espiritualidade como força ao engajamento político; (4) Valorização de histórias de vidas e subjetividades juvenis engajada na luta pela democracia e em pautas de políticas públicas para sua a juventude.

5. Você não terá nenhuma despesa por sua participação na pesquisa, sendo as entrevistas totalmente gratuitas; e deixará de participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerá qualquer prejuízo.

6. Você foi informado e está ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação, no entanto, caso você tenha qualquer despesa decorrente da participação na pesquisa, terá direito a buscar ressarcimento.

7. Caso ocorra algum dano, previsto ou não, decorrente da sua participação no estudo, você terá direito a assistência integral e imediata, de forma gratuita pelo pesquisador responsável), pelo tempo que for necessário; e terá o direito a buscar indenização.

8. Será assegurada a sua privacidade, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificá-lo(a), será mantido em sigilo. Caso você deseje, poderá ter livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber antes, durante e depois da sua participação.

9. Você foi informado(a) que os dados coletados serão utilizados, única e exclusivamente, para fins desta pesquisa, e que os resultados da pesquisa poderão ser publicados/divulgados através de trabalhos acadêmicos ou artigos científicos por profissionais da área.

10. A gravação da entrevista terá como única finalidade a transcrição para a presente pesquisa. O som de sua voz não será usado de nenhum outro modo, além desse. Dado isso,

AUTORIZO () / NÃO AUTORIZO ()

a coleta de som de voz, assim como sua transcrição para a presente pesquisa.

11. Você poderá consultar o pesquisador *Douglas Franco Bortone*, no seguinte telefone (35) 98805-6804 ou email: douglas.bortone@sou-unifal.mg.edu.br, e/ou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG*), com endereço na Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700, Centro, Cep - 37130-000, Fone: (35) 3701 9153, no e-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br sempre que entender necessário obter informações ou esclarecimentos sobre o projeto de pesquisa e sua participação.

**O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alfenas (CEP/UNIFAL-MG) é um colegiado composto por membros de várias áreas do conhecimento científico da UNIFAL-MG e membros da nossa comunidade, com o dever de defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento científico dentro de padrões éticos.*

Eu, _____, CPF nº _____, declaro ter sido informado (a) e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Alfenas, ____ de ____ de 2021

..... (Assinatura
do participante da pesquisa)

.....
Douglas Franco Bortone - pesquisador responsável

ANEXO A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS****PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A experiência religiosa e o movimento estudantil: relatos e registros sobre a religião no movimento das ocupações secundaristas no Brasil em 2015-2016

Pesquisador: DOUGLAS FRANCO BORTONE

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 44465221.6.0000.5142

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS - UNIFAL-MG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.742.322

Apresentação do Projeto:

O projeto apresenta pesquisa qualitativa com ex-estudantes que ocuparam suas respectivas escolas nos anos de 2015-2016, gerando um ciclo de protestos estudantis em todo território brasileiro. Objetiva-se compreender as relações da juventude com a religião e a militância política. Os dados serão gerados por meio de entrevistas semiestruturadas e de forma remota devido à pandemia da Covid-19, com a utilização de aplicativos como Google Meet ou outros mais acessíveis ao entrevistado. Os participantes são jovens que concluíram o ensino médio, maiores de 18 anos de idade e sem vínculo institucional com a escola ocupada. Os contatos com os entrevistados serão realizados, inicialmente, por meio de redes de contatos políticos e acadêmicos, por meio de coletivos juvenis, juventudes de partidos políticos, redes sociais e indicações de participantes do movimento das ocupações secundaristas e com dados da pesquisa nacional. O contato para as entrevistas (quatro participantes) será realizado pelo orientador do pesquisador. As análises dos conteúdos gerados nas entrevistas acontecerão por meio de referenciais teóricos que compreendam a temática da juventude e religião.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação da UNIFAL-MG. Foi informado que o projeto de pesquisa de mestrado insere-se em uma pesquisa nacional intitulada "Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016", aprovada pelo

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E

Bairro: centro

CEP: 37.130-001

UF: MG

Município: ALFENAS

Telefone: (35)3701-9153

Fax: (35)3701-9153

E-mail: comite.etica@unifal-mg.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



Continuação do Parecer: 4.742.322

CEP da UNIFAL-MG em 16/10/2018, com o CAEE 94809518.1.0000.5142.

Objetivo da Pesquisa:

É objetivo primário da pesquisa "compreender os impactos do movimento das ocupações secundaristas na trajetória de vida dos estudantes, especificamente no campo religioso e na sua vivência pessoal". De acordo com os objetivos da pesquisa nacional, pretende-se: "Conhecer a participação das/dos ocupas em organizações políticas, sociais e/ou religiosas após as ocupações (organizações estudantis, partidos, sindicatos, governos, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, filiação a igrejas etc.) e ações coletivas, bem como as suas formas de participação (militância, ativismo, liderança etc.)".

O pesquisador informa que "de acordo com os objetivos da pesquisa nacional, pretende-se: 'conhecer a participação das/dos ocupas em organizações políticas, sociais e/ou religiosas após as ocupações (organizações estudantis, partidos, sindicatos, governos, organizações não governamentais, instituições filantrópicas, filiação a igrejas etc.) e ações coletivas, bem como as suas formas de participação (militância, ativismo, liderança etc.)'. Informa ainda que "no diz que respeito ao objetivo citado, vale ressaltar a análise dos movimentos estudantis, verificando a opinião e experiência dos secundaristas a respeito da religião e sua participação em movimentos sociais, movimentos políticos e escola". Para tal, busca-se realizar novas entrevistas, não previstas na pesquisa nacional, para observar a participação dos estudantes e seu engajamento em espaços políticos e religiosos, antes e após as ocupações, relacionando os objetivos da pesquisa nacional com a proposta da nova pesquisa por meio de análises transversais".

São objetivos secundários da pesquisa: 1. Analisar as relações entre escola e religião no Brasil atual, percebendo de que modo a religião se estabelece na educação e suas implicações a partir de um resgate histórico e conceitual. 2. Apresentar o movimento das ocupações secundaristas e os aspectos religiosos, a partir de entrevistas realizadas por uma pesquisa nacional, destacando os pontos de tensão e aproximação da adesão religiosa da juventude em relação à participação política, antes e pós-ocupações. 3. Apontar trajetórias religiosas das e dos ocupas com base em novas entrevistas, promovendo um debate sobre subjetivação política, militância e pertencimento religioso.

Análise CEP: os objetivos são adequados à proposta metodológica e exequíveis em relação ao cronograma.

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br

Continuação do Parecer: 4.742.322

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os pesquisadores informam que "durante a execução da pesquisa poderão ocorrer riscos de ameaça indireta em relação à divulgação de dados coletados e de suas análises, considerando a liberdade de expressão religiosa e participação política dos participantes, bem como incômodos que porventura possam ser gerados por meio de alguma pergunta ou lembrança de situações que marcaram a sua experiência. Ainda poderá ocorrer constrangimento e desconforto em relação a trajetória religiosa que remetem aos sentimentos de medo, opressão, angústia e retaliação".

Durante a entrevista online poderão ocorrer riscos característicos do ambiente virtual como interrupções, falha na conexão, barulhos externos e outros fatores poderão surgir causando dispersão. Ainda, poderá ocorrer riscos de vazamento de áudios, perda dos dados coletados em ambientes virtuais e outros tipos de violação decorrentes de problemas de internet e suas tecnologias.

No entanto, os riscos serão minimizados com a ocultação total dos seus dados pessoais, como: nome, localização, escola, coletivo ou movimento, igreja ou expressão religiosa nos quais era participante, bem como qualquer outro dado que venha expor sua participação. O participante poderá escolher um pseudônimo no momento da entrevista garantindo ainda mais a ocultação dos dados pessoais. Diante das limitações do pesquisador, o mesmo fará o possível para que a entrevista ocorra em local e momento adequado, para minimizar a possibilidade interferências ou participação de terceiros, comprometendo-se com a privacidade e integridade do participante. Antes da escolha/utilização do aplicativo para realização da entrevista, o pesquisador se comprometerá em conhecer a política de privacidade da ferramenta utilizada para minimizar os possíveis riscos e após a realização das entrevistas procederá com o download dos áudios para o HD externo, específico para dados da pesquisa, apagando todo e qualquer rastro de informações na plataforma utilizada.

Em relação ao tempo de sua participação na entrevista (descrito no item 2 do TCLE), poderá ocorrer interrupções e/ou pausas para descanso, tomar água, ir ao banheiro ou para atender quaisquer necessidades físicas e pessoais que possam surgir, fazendo o possível para garantir sua tranquilidade e conforto. Para tanto, será feita uma combinação com o participante sobre horário e formas de comunicação (como Google Meet e outros meios mais acessíveis ao entrevistado). É garantido o direito de interromper a entrevista, de não responder questões que promovam desconforto e de desistir da sua participação na pesquisa sem qualquer prejuízo. Não há na entrevista nenhuma pergunta obrigatória a ser respondida. Caso você venha desistir de participar

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS



Continuação do Parecer: 4.742.322

da pesquisa em algum momento, o pesquisador irá lhe enviar via e-mail uma resposta consciente de sua retirada.

Análise do CEP: os riscos foram bem avaliadas e apresentadas adequadas medidas minimizadoras para esses possíveis riscos.

Benefícios:

A participação na pesquisa poderá trazer benefícios indiretos aos entrevistados, como a colaboração para a construção de novos conhecimentos no campo da religião, juventude e educação a partir de lembranças e reflexões a respeito de suas próprias trajetórias de vida. A própria autorreflexão do entrevistado poderá levá-lo a conhecer um pouco mais das relações entre sua trajetória biográfica, política, escolar e religiosa. Ao participar desse trabalho o entrevistado contribuirá com a construção de novos olhares e conhecimentos sobre a relação juventude, religião, política e educação, considerando sua própria experiência e participação no movimento estudantil e instituições religiosas. Sua experiência poderá contribuir para a percepção da diversidade e representatividade da juventude no engajamento político e religioso. Espera-se que novos olhares venham surgir na pesquisa em relação a: (1) Percepção da realidade juvenil no Brasil em interface com a religião e os aspectos que convergem para a ruptura do pertencimento religioso; (2) Percepção do associativismo juvenil como fonte de aprendizado de novas competências e possibilidades de atuação na vida pública; (3) Compreensão da religião e suas influências na política, sobretudo no campo da educação e a espiritualidade como força ao engajamento político; (4) Valorização de histórias de vidas e subjetividades juvenis engajada na luta pela democracia e em pautas de políticas públicas para sua a juventude.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O referencial teórico é adequado à pesquisa; a metodologia é pertinente aos objetivos; o cronograma é adequado, inclusive ao tempo de tramitação do projeto no CEP. Informam duração de 50 minutos para a realização da entrevista; esclarecem, nesta versão, a forma de abordagem e seleção dos participantes; foram realizadas adequações no TCLE.

A abordagem dos participantes (quatro entrevistas) será feita por meio de contatos pessoais (telefone e e-mail) que constam no banco de dados da pesquisa nacional, apresentando o novo projeto de pesquisa em andamento. Destaca-se que o contato feito por e-mail e telefone não utilizará listas que permitam a identificação dos convidados e nem a visualização dos seus dados.

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br

Continuação do Parecer: 4.742.322

Caso o convidado aceite participar da entrevista, será feito um novo contato, previamente agendado, para apresentar o TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para sua anuência e continuidade nos protocolos de pesquisa. O coordenador responsável pela pesquisa nacional e concomitantemente orientador da pesquisa de mestrado, estará acompanhando e intermediando todo o processo de abordagem e contato. Sobre o recebimento do TCLE via e-mail, o participante será orientado após a leitura e esclarecimentos, a imprimir duas vias, assinar uma das cópias, digitaliza-las, em formato PDF e anexar no e-mail em que recebeu o arquivo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- a) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - presente e adequado.
- b) Termo de Assentimento (TA) – não se aplica.
- c) Termo de Assentimento Esclarecido (TAE) – não se aplica.
- d) Roteiro de entrevista: presente e adequado
- e) Folha de Rosto – presente e adequada.
- g) Projeto de Pesquisa Detalhado - presente e adequado.
- h) TERMO DE COMPROMISSO PARA DESENVOLVIMENTO DE PROTOCOLOS DE PESQUISA NO PERÍODO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19)- não se aplica.
- i) TCUD - presente e adequado.
- j) TAI - Presente e adequado.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Recomenda-se a aprovação do projeto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Após análise a coordenação do CEP emite parecer ad referendum.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1707393.pdf	21/05/2021 16:05:21		Aceito
Outros	TCUD_.pdf	21/05/2021 16:04:13	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALFENAS**



Continuação do Parecer: 4.742.322

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_.pdf	21/05/2021 16:02:23	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Pesquisador_DouglasFrancoBortone.pdf	21/05/2021 16:02:13	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Outros	TAI_Termo_de_Anuencia_Institucional.pdf	23/04/2021 10:25:08	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Outros	Parecer_aprovando_Emenda_Pesquisa_Nacional.pdf	20/04/2021 09:31:17	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Outros	ParecerCEP_Pesquisa_Nacional.pdf	20/04/2021 09:30:14	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO.pdf	12/03/2021 13:48:08	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Outros	ROTEIRO_PARA_NOVAS_ENTREVISTAS.pdf	10/03/2021 09:35:53	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito
Outros	PROJETO_DE_PESQUISA_NACIONAL.pdf	10/03/2021 09:28:26	DOUGLAS FRANCO BORTONE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ALFENAS, 28 de Maio de 2021

**Assinado por:
DANIEL AUGUSTO DE FARIA ALMEIDA
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Gabriel Monteiro da Silva, 700 - Sala O 314 E
Bairro: centro **CEP:** 37.130-001
UF: MG **Município:** ALFENAS
Telefone: (35)3701-9153 **Fax:** (35)3701-9153 **E-mail:** comite.etica@unifal-mg.edu.br